

**Bruno Casares Almeida**

**Extrema-direita, imigração e identidade nacional durante o  
referendo do Brexit no Reino Unido (2015-2016)**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Paula Orrico Sandrin

Rio de Janeiro,  
março de 2023



**Bruno Casares Almeida**

**Extrema-direita, imigração e identidade nacional durante o  
referendo do Brexit no Reino Unido (2015-2016)**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Profa. Paula Orrico Sandrin**

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Profa. Flavia Guerra Cavalcanti**

Instituto de Relações Internacionais e Defesa – UFRJ

**Prof. Paulo Henrique de Oliveira Chamon**

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Rio de Janeiro,

28 de março de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

**Bruno Casares Almeida**

Graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2020.

Ficha Catalográfica

Almeida, Bruno Casares

Extrema-direita, imigração e identidade nacional durante o referendo do Brexit no Reino Unido (2015-2016) / Bruno Casares Almeida ; orientadora: Paula Sandrin. – 2023.

149 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2023.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Brexit. 3. Extrema-direita. 4. Imigração. 5. Identidade nacional. 6. Política internacional. I. Sandrin, Paula Orrico. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

## Agradecimentos

À orientadora Paula Sandrin, uma interlocutora que transformou os desafios da pós-graduação em uma experiência prazerosa de ser lido com qualidade e atenção. Paula tem uma postura que considero exemplar não só como orientadora, mas como docente e como pessoa. Busca explorar as potencialidades do aluno ao mesmo tempo em que preserva o respeito à sua autonomia intelectual. Nossas reuniões de orientação foram momentos agradáveis que certamente ficarão na minha memória.

A Paulo Chamon (ou Paulinho), por compor a banca de defesa do projeto e oferecer valiosas contribuições para este trabalho. Paulinho tem duas qualidades que combinam muito bem: curiosidade e paciência. Sua versão peculiar do método socrático faz com que ele consiga imaginar a melhor versão de nós mesmos.

À Flavia Guerra Cavalcanti, minha orientadora de graduação e de quem fui monitor na UFRJ. Flavia despertou minha curiosidade sobre os aspectos mais teóricos das Relações Internacionais e me incentivou a ingressar no mestrado.

A Jimmy Casas Klausen, por ter me oferecido uma oportunidade importante logo no início do curso e que certamente fará diferença no meu futuro profissional. Jimmy também é ótimo professor e mediu o painel em que estava meu projeto de dissertação.

Aos colegas do grupo de psicanálise e política, coordenado por Paula Sandrin, e do Observatório da Extrema-Direita, coordenado por David Magalhães, Guilherme Casarões, Isabela Kalil e Odilon Caldeira Neto. Todos me estimularam a ler obras interessantes e me levaram a reflexões fundamentais.

Aos demais professores com quem tive aula no IRI/PUC-Rio, que auxiliaram na minha formação, e a todo o quadro de funcionários do instituto, em especial Lia Gonzalez, pela atenção e por facilitar os trâmites burocráticos.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao povo brasileiro e à CAPES, por financiarem esta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

ALMEIDA, Bruno Casares; SANDRIN, Paula Orrico (Orientadora). **Extrema-direita, imigração e identidade nacional durante o referendo do Brexit no Reino Unido (2015-2016)**. 2023. 149p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este estudo investiga as relações, as disputas e os debates no Reino Unido entre partidos de esquerda (*Labour*), direita (*Tories*) e extrema-direita (*UKIP*) durante o referendo do Brexit, entre dezembro de 2015 e julho de 2016. Com base na leitura de jornais, artigos na internet, discursos, programas partidários e leis britânicas, o trabalho destacou a centralidade dos temas da imigração e da construção das identidades nacionais no referendo. O estudo desenvolve dois argumentos principais. O primeiro argumento afirma que os partidos britânicos não atuaram de modo isolado ou autônomo, mas constituíram e responderam a um sistema geral da ação política. Isso implica ver a atuação da extrema-direita como parte dos atores políticos partidários que se influenciaram de forma mútua e permanente. O segundo argumento defende que a votação marcou a estruturação dos espaços políticos no Reino Unido por meio de duas lógicas contraditórias: complexificação e simplificação. Por um lado, o Brexit representou um excedente de significação, levando as disputas a lugares cada vez mais improváveis. Por outro lado, o boletim de votação do dia 23 de junho de 2016 comportava somente duas opções: “*Leave*” ou “*Remain*”, isto é, deixar a União Europeia ou permanecer na mesma instituição. Nesse sentido, o referendo anunciou uma promessa difícil, de modo que as discussões transbordaram a própria moldura da votação. Por meio de um jogo entre excesso e falta, completude e incompletude, significação e contradição, o evento funcionou como um espaço privilegiado para as disputas políticas por hegemonia na construção da coletividade nacional britânica.

## Palavras-chave

Brexit. Extrema-direita. Imigração. Identidade nacional. Política internacional.

## Abstract

ALMEIDA, Bruno Casares; SANDRIN, Paula Orrico (Advisor). **Radical right, immigration, and national identity during the Brexit referendum in the United Kingdom (2015-2016)**. 2023. 149p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study investigates the relations, disputes and debates in the United Kingdom between left-wing (Labour), right-wing (Tories) and radical right (UKIP) parties during the Brexit referendum, between December 2015 and July 2016. Based on the reading of newspapers, articles on the internet, speeches, party manifestos and British laws, the work highlighted the centrality of the themes of immigration and the construction of national identities in the referendum. The study builds two main arguments. The first argument states that British parties did not act in isolation or autonomously, but constituted and responded to a general system of political action. This implies seeing the performance of the radical right as part of the party political actors who influenced each other mutually and permanently. The second argument argues that the voting marked the structuring of political spaces in the United Kingdom through two contradictory logics: complexification and simplification. On one hand, Brexit represented an excess of meaning, leading disputes to increasingly unlikely places. On the other hand, the ballot paper on June 23<sup>rd</sup> 2016 carried only two options: “Leave” or “Remain”, that is, leave or stay in the European Union. In this sense, the referendum announced a difficult promise, so that the discussions overflowed the very frame of the vote. Through a game between excess and lack, completeness and incompleteness, meaning and contradiction, the event functioned as a privileged space for political disputes for hegemony in building British national collectivity.

## Keywords

Brexit. Radical right. Immigration. National identity. International politics.

## Sumário

1	Introdução.....	11
2	Do “buraco negro” ao “estado de limbo”.....	15
2.1	Introdução.....	15
2.2	Delimitações e parâmetros .....	18
2.3	“Buraco negro”.....	28
2.4	“Estado de limbo” .....	37
2.5	Conclusão.....	52
3	Imigração, bem-estar social e segurança.....	54
3.1	Introdução.....	54
3.2	Construindo a “imigração” no Brexit .....	55
3.3	Austeridade e bem-estar.....	63
3.4	Imigrantes ilegais e criminosos estrangeiros .....	77
3.5	Conclusão.....	84
4	Nação, crise pós-imperial, populismo.....	88
4.1	Introdução.....	88
4.2	Uma causa nacional.....	89
4.3	Imagens do império.....	102
4.4	A maioria silenciosa .....	127
4.5	Conclusão.....	138
5	Conclusão.....	140
	Fontes primárias e referências bibliográficas.....	143
	Fontes primárias.....	143
	Jornais.....	143
	Artigos na internet.....	143
	Discursos públicos.....	143
	Programas partidários .....	143
	Acordos e leis .....	144
	Referências bibliográficas .....	145

## Lista de ilustrações

Figura 1 - Boletim de votação do referendo de 2016.....	29
Figura 2 - Boletim de votação do referendo de 1975.....	31
Figura 3 - Renúncia de David Cameron .....	39
Figura 4 - Nomeação de Theresa May .....	43
Figura 5 - Desdém de Angela Merkel .....	69
Figura 6 - Controvérsia sobre a estátua de Rhodes .....	104
Figura 7 - “Mundo de oportunidades” .....	113
Figura 8 - Anúncio do <i>UKIP</i> .....	122
Figura 9 - “Babá em Bruxelas” .....	124



## Lista de abreviaturas e siglas

CEE	Comunidade Econômica Europeia
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i> (Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio)
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SNP	<i>Scottish National Party</i> (Partido Nacional Escocês)
UE	União Europeia
UKIP	<i>UK Independence Party</i> (Partido da Independência do Reino Unido)

*L'existence d'une nation est [...] un plébiscite de tous les jours, comme l'existence de l'individu est une affirmation perpétuelle de vie.*

Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une nation ?*

*[...] what had begun as a vote on the European Community became a larger debate about the 'state of the nation'.*

Robert Saunders, *Yes to Europe!*

# 1 Introdução

Esta pesquisa teve como “objeto” de investigação o referendo realizado no Reino Unido no dia 23 de junho de 2016 que culminou com a saída britânica da União Europeia, um evento que ficou conhecido como Brexit. Mais especificamente, trabalhamos com a seguinte pergunta: “*Como se dá a relação entre a extrema-direita e os partidos tradicionais no referendo do Brexit de 2016?*”.<sup>1</sup> Embora a extrema-direita seja a família de partidos mais estudada na Europa após a Segunda Guerra Mundial (MUDDE, 2007), sua compreensão teórica e conceitual se desenvolveu em grande parte com base na distinção entre alguns binômios ou polos opostos (e.g. democracia liberal/autoritarismo, partidos tradicionais/extrema-direita). Em contraste, esta investigação questionou e tensionou a perspectiva segundo a qual a extrema-direita poderia representar uma força absolutamente externa e alheia à política tradicional. Em vez disso, a ênfase passou a estar na análise da convivência problemática da extrema-direita com os partidos tradicionais e de sua relação tênue e constante com o sistema político. O objetivo não foi desfazer completamente as distinções entre essas identidades políticas nem negligenciar o esforço conceitual na direção da compreensão das diferentes dinâmicas entre esses segmentos. Em outras palavras, não alegamos que essas identidades se dissolveram completamente, formando uma unidade coesa e homogênea. Em vez disso, o intuito foi somente explorar a interação permanente e a influência mútua dos diferentes atores políticos. Dessa forma, as identidades deixam de ser fixadas de uma vez por todas, possibilitando a emergência de suas

---

<sup>1</sup> De acordo com o cientista político holandês Cas Mudde, predominam na Europa “famílias de *partidos tradicionais*, notadamente os conservadores e os democratas cristãos, os socialistas e os socialdemocratas, e os liberais.” Mudde continua: “De fato, apenas duas *novas famílias de partidos* conseguiram se estabelecer em diversos países europeus desde a Segunda Guerra Mundial: os verdes (ou nova política) e a *direita radical populista*.” (MUDDE, 2007, p. 1, grifo nosso). Embora Mudde faça uso da categoria “direita radical populista”, há uma discussão na literatura sobre qual seria a terminologia mais adequada para se referir a esse segmento político, de modo que este trabalho optou por utilizar as categorias de “extrema-direita”, em português, ou “*radical right*”, em inglês. Todas as citações em inglês foram traduzidas para o português. “[...] *even if party systems seem to be more in flux in the twenty-first century, not only in the Eastern part of the continent, they are still largely controlled by members of the traditional party families, notably the conservatives and Christian democrats, socialists and social democrats, and liberals. In fact, only two new party families have been able to establish themselves in a multitude of European countries since the Second World War: the Greens (or New Politics) and the populist radical right.*”

múltiplas e constantes movimentações, aproximações, distanciamentos e deslocamentos.

Antes de prosseguirmos, porém, é importante que façamos algumas delimitações. Ao utilizar a expressão “extrema-direita”, fizemos referência à ideologia política de direita para a qual são atribuídas algumas características como o autoritarismo, o sentimento antidemocrático e o nacionalismo iliberal (CARTER, 2018; MUDDE, 2007).<sup>2</sup> No caso do referendo de 2016, essa categoria foi empregada para se referir ao *UK Independence Party*, um partido político contrário à política de imigração no Reino Unido e à União Europeia. Por sua vez, quando utilizamos a expressão “sistema político”, quisemos fazer menção aos partidos considerados “tradicionais” ou “democráticos”, isto é, aqueles que se desenvolveram historicamente como atores centrais no sistema partidário do Reino Unido sem adotar uma postura antissistema ou que desafiasse abertamente o sistema político. Nesse caso, fizemos referência tanto ao Partido Trabalhista, à esquerda, quanto ao Partido Conservador, à direita. No entanto, marcamos essas distinções entre a extrema-direita e o sistema político britânico apenas para questionar a sua separação fácil e nítida em categorias rígidas e distintas.

Em outras palavras, este trabalho explorou as maneiras pelas quais o extremismo de direita “circulou” no imaginário político britânico de modo mais amplo, também se fazendo presente nos atores e instituições entendidos como “tradicionais”. Assim, o enquadramento proposto para investigar a extrema-direita no referendo do Brexit foi analisar em que medida esse segmento específico reforçava, antagonizava ou tensionava o chamado “sistema político”, no lugar de

<sup>2</sup> Mudde defende o uso da categoria “nativismo” para se referir ao nacionalismo iliberal, argumentando que o termo permite fazer distinção das formas liberais de nacionalismo. Sua definição de nativismo se baseia em uma combinação de nacionalismo e xenofobia. Isso significa que, além da busca da homogeneização que é típica de qualquer nacionalismo — isto é, a congruência entre o as unidades política (Estado) e cultural (nação) —, o nativismo é definido de forma mais específica: “[...] uma ideologia que sustenta que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo (‘a nação’) e que elementos não nativos (pessoas e ideias) são fundamentalmente ameaçadores para o Estado-nação homogêneo. A base para definir a (não) ‘natividade’ pode ser diversa, por exemplo, étnica, racial ou religiosa, mas sempre terá um componente cultural.” (MUDDE, 2007, p. 19). Contudo, é importante destacar que outros autores optam por expressões distintas, como “ultranacionalismo romântico e populista”, “nacionalismo holístico” ou “nacionalismo étnico/exclusivista” (cf. CARTER, 2018, p. 8-9). “[...] a generic definition can be constructed, which closely resembles the combination of xenophobia and nationalism. In this interpretation, nativism is defined here as an ideology, which holds that states should be inhabited exclusively by members of the native group (‘the nation’) and that nonnative elements (persons and ideas) are fundamentally threatening to the homogenous nation-state. The basis for defining (non) ‘nativeness’ can be diverse, e.g. ethnic, racial or religious, but will always have a cultural component (cf. Bennett 1990; Friedman 1967; Higham 1955).”

tomar como ponto de partida a ideia de que a extrema-direita seria uma força totalmente antagônica ou estranha aos partidos tradicionais. Com esse objetivo, foram investigadas as relações, as disputas e os debates no Reino Unido entre partidos de esquerda (*Labour*), direita (*Tories*) e extrema-direita (*UKIP*) durante o Brexit, em um recorte definido entre os dias 17 dezembro de 2015 e 13 julho de 2016. Após a leitura de jornais, artigos na internet, discursos, programas partidários e leis britânicas, a pesquisa constatou a centralidade dos temas da imigração e da construção das identidades nacionais no referendo.

Sob tais parâmetros, a investigação foi estruturada e organizada da seguinte forma. O Capítulo 2 se dedicou a contextualizar e delimitar o que entendemos como o Brexit, construindo uma linha do tempo que se iniciou no dia 17 de dezembro de 2015, quando foi publicada a lei que definiu os termos do referendo, e terminou no dia 13 de julho de 2016, com a renúncia de David Cameron como primeiro-ministro britânico. Nesse capítulo, além de apresentar uma justificativa para os significados social, político e teórico do Brexit, demos ênfase aos limites dos marcos temporais. Em dezembro de 2015, a União Europeia foi tomada como um “buraco negro” capaz de sugar os poderes da soberania nacional britânica. Em outra ponta, no mês de julho de 2016, o Brexit não restaurou o poder e os direitos que teriam sido subtraídos da soberania nacional do Reino Unido; em vez disso, o evento teria levado o país e a União Europeia a um “estado de limbo”. A partir do descompasso incontornável entre os termos que compuseram a própria moldura da votação, por um lado, e o imaginário atribuído a ela, por outro lado, argumentamos que o Brexit operou como um símbolo político e cultural que marcou a estruturação dos espaços políticos no Reino Unido por meio de duas lógicas contraditórias: complexificação e simplificação. Finalmente, o capítulo desenvolveu o conceito de “sistema geral da ação política” para a análise da atuação da extrema-direita como parte dos atores políticos partidários que se influenciaram de forma mútua e permanente.

Os demais capítulos analisaram a circulação de temas comuns relacionados à votação entre os partidos britânicos, identificando as aproximações e os distanciamentos entre os seus posicionamentos frente a pautas tornadas comuns a partir da consulta pública. O Capítulo 3 se voltou para um dos temas mais controversos nas discussões do referendo: a imigração. O capítulo foi dividido em três partes: a construção da “imigração” como um problema no Brexit; a associação discursiva entre imigração, salários, austeridade e acesso ao bem-estar social; e,

finalmente, a associação discursiva entre imigração, segurança, terrorismo e criminalidade. Trabalhamos com a hipótese de que o moralismo de bem-estar e a hostilidade ao estrangeiro foram os recursos culturais utilizados pelos britânicos para atribuir sentido às percepções sobre as ameaças de segurança e declínio econômico na conjuntura da votação, com o objetivo de condensar a complexidade dos desafios contemporâneos do Reino Unido nas figuras daqueles que ousaram cruzar as fronteiras nacionais.

Já o Capítulo 4 explorou os múltiplos significados atribuídos à nação britânica durante o Brexit, destacando dois elementos centrais na constituição da identidade nacional: a crise pós-imperial e o populismo. O capítulo sugeriu a hipótese de que o referendo foi tomado como uma oportunidade para redefinir a identidade dos britânicos como um povo “nacional” (e não mais “imperial”) na ausência tanto da guerra quanto do *welfare state*. A dificuldade enfrentada no momento da votação foi como definir os limites da coletividade nacional de modo a dar conta das experiências de deslocamento do universo simbólico britânico, como o fim do império, a desindustrialização, a substituição do bem-estar pela austeridade, a imigração em massa e outras transformações culturais que desestabilizaram qualquer tentativa de fixar o conteúdo substantivo último da comunidade nacional. Argumentamos que, por meio de uma vertente defensiva e populista da identidade inglesa, esse “buraco” nacional parece ter sido temporariamente preenchido no Reino Unido, mas não de forma definitiva, de modo que outras versões ainda podem ser hegemonicamente articuladas nas disputas pela definição da identidade nacional britânica.

Por fim, a Conclusão retoma os principais argumentos desenvolvidos ao longo da dissertação, apontando também as suas limitações. Oferecemos uma resposta à pergunta de pesquisa, discutindo os resultados da investigação. Finalmente, sugerimos algumas implicações e contribuições do trabalho para discussões acadêmicas futuras, identificando novos ângulos de investigação e novas possibilidades de pesquisa.

## 2 Do “buraco negro” ao “estado de limbo”

A ‘Europa’ da União Europeia pode ser uma promessa ou uma ilusão, mas não é uma realidade. (MAZOWER, 1998, p. xiv).<sup>1</sup>

As crises são exploradas pelos entusiastas da Europa para *sugar poderes* dos Estados-membros em direção ao acervo comunitário da União Europeia – um verdadeiro *buraco negro* para a soberania nacional.<sup>2</sup>

A UE tem questões cruciais a tratar, e um *estado de limbo* torna isso difícil.<sup>3</sup>

### 2.1 Introdução

No prefácio do livro *Dark Continent: Europe's Twentieth Century*, publicado em 1998, o historiador britânico Mark Mazower descreveu o século XX como um período de intensa experimentação política na Europa. Segundo Mazower, com a destruição da antiga ordem internacional pelo acontecimento da Primeira Guerra Mundial, três ideologias rivais disputaram o futuro da modernidade europeia: a democracia (representada por Woodrow Wilson), o comunismo (representado por Lenin) e o fascismo (representado por Hitler). O que nos interessa em *Dark Continent*, no entanto, diz respeito a um aspecto diferente e que talvez seja mais periférico no livro: a interpretação contingente e não naturalizada do autor a respeito da criação da União Europeia. Mais especificamente, Mazower entende a Europa como uma região “cujas fronteiras são porosas e adaptáveis”, acrescentando

---

<sup>1</sup> Frase do historiador britânico Mark Mazower em *Dark Continent*. Ao longo de toda a dissertação, as citações em inglês foram traduzidas para o português, e todas as expressões que aparecem em itálico são grifo nosso, a menos que indiquemos que a ênfase está no original. Os trechos originais citados aparecem nas notas de rodapé, bem como as referências das fontes de onde eles foram extraídos. Por fim, quanto às referências bibliográficas, estas são indicadas pelo sistema autor-data (isto é, entre parênteses), e as informações completas se localizam na última seção do trabalho. “*The ‘Europe’ of the European Union may be a promise or a delusion, but it is not a reality.*”

<sup>2</sup> SHENKMAN, Gregory. EU supporters can no longer conceal how dysfunctional it has become. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.942, 18 dez. 2015. Letters to the Editor, p. 25. Trecho de uma carta escrita pelo consultor de negócios britânico Gregory Shinkman ao jornal *The Daily Telegraph*, publicada no dia 18 de dezembro de 2015. O “acervo comunitário” é a base comum de direitos e obrigações que vinculam todos os Estados-membros da União Europeia. “*Crises are exploited by eurozealots to suck powers from member states into the European Union’s acquis communautaire – a veritable black hole for national sovereignty.*”

<sup>3</sup> SCHULZ, Martin. The EU must not treat the UK as a deserter – we can negotiate without rancour. **The Guardian** (on-line), 12 jul. 2016. Opinion: UK News. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jul/12/brexit-eu-uk-negotiate-without-rancour>. Acesso em: 24 ago. 2022. Excerto de coluna de opinião do alemão Martin Schulz, Presidente do Parlamento Europeu de 2012 até 2017, no jornal *The Guardian*. Edição do dia 12 de julho de 2016. “*The EU has crucial issues to address, and a state of limbo makes this difficult.*”

o seguinte preceito: “Levar a sério as *divisões* e as *incertezas* do continente [...] implica abandonar a metafísica e renunciar à busca por uma ‘Europa’ essencialista e misteriosa, explorando em vez disso a *disputa constante para definir o que ela significa*.” (MAZOWER, 1997, p. xiv).<sup>4</sup>

É com inspiração nesse *ethos* de Mazower a respeito da Europa que gostaríamos de iniciar uma discussão sobre o Brexit, o referendo do dia 23 de junho de 2016 que decidiu pela ruptura entre Reino Unido e União Europeia. Mazower nos permite perceber de que formas o Brexit também pode ser compreendido como um processo de disputas constantes no esforço permanente de definição e redefinição das identidades britânica e europeia — para ficar apenas nessas duas — e que, como argumentaremos, esteve relacionado a tendências mais amplas da política internacional contemporânea do século XXI. Esta dissertação busca levar a sério as “divisões” e “incertezas” trazidas pelo evento.

O Reino Unido ingressou pela primeira vez na então chamada “Comunidade Europeia” no ano de 1973, mais de uma década após a assinatura do Tratado de Roma, em 1957.<sup>5</sup> Essa adesão iria moldar parte significativa da paisagem da política britânica até a contemporaneidade. Desde aquele momento inicial, a “questão europeia” se tornou objeto de controvérsia no Reino Unido, dividindo os principais partidos do sistema político e a sociedade. Em dois referendos nacionais, os britânicos usaram do mecanismo da democracia direta para decidir sobre a permanência no bloco europeu. O primeiro referendo ocorreu apenas dois anos após o ingresso britânico, no dia 5 de junho de 1975. Neste dia, uma maioria expressiva de 67,23% do eleitorado demonstrou apoio ao projeto europeu. Entretanto, o país seguiu uma direção oposta quatro décadas mais tarde, no dia 23 de junho de 2016.

<sup>4</sup> “*Taking the divisions and uncertainties of this continent seriously—as I have tried to do here—implies abandoning metaphysics, renouncing the search for some mysterious and essential ‘Europe,’ and exploring instead the constant contest to define what it should mean.*”

<sup>5</sup> O Tratado de Roma foi um acordo assinado em 26 de março de 1957 entre França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo criando a Comunidade Econômica Europeia (CEE), com o objetivo de aumentar a cooperação e a integração entre os países da região, além de estimular o crescimento econômico. O acordo também criou algumas instituições, como a Comissão Europeia, o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu. No ano de 1961, durante a administração do primeiro-ministro britânico conservador Harold Macmillan, o Reino Unido havia feito a primeira solicitação para ingressar na CEE, mas o pedido foi vetado pelo presidente francês Charles de Gaulle. Foi apenas em 1973 que o Reino Unido finalmente se juntou à CEE, sob o primeiro-ministro britânico conservador Edward Heath, e com a anuência do presidente francês Georges Pompidou. No dia 1 de novembro de 1993, a assinatura do Tratado de Maastricht finalmente criou a União Europeia (UE), expandindo as competências da CEE e criando uma união política e econômica mais forte do que a anterior, inclusive estabelecendo uma moeda única.



Nessa segunda votação, uma disputa mais acirrada levou ao desfecho surpreendente de 51,9% dos eleitores votando em favor do Brexit. Mais do que inédita, a decisão contrariou a orientação do governo do conservador David Cameron e gerou perplexidade dentro e fora do Reino Unido, trazendo as percepções de instabilidade econômica e turbulência política.

Como isso pode ter acontecido? Gostaríamos de argumentar que não podem ser apontadas somente continuidades *ou* rupturas entre 1975 e 2016. Por um lado, é verdade que, já na década de 1970, o Reino Unido era visto como um país “diferente” em relação aos demais membros europeus, em função da teoria do “excepcionalismo britânico”.<sup>6</sup> Nação “insular” e com tradição da soberania parlamentar, seu ingresso na instituição foi considerado “pragmático” e relacionado sobretudo à situação econômica difícil do país nos anos 1970. Essas condições estariam em oposição ao “entusiasmo” que se acredita ter existido em outros Estados europeus pela ideia de uma instituição cada vez mais integrada politicamente, inclusive em direção ao supranacionalismo, para além dos aspectos comerciais e econômicos mais imediatos. Entretanto, a despeito da persistência da percepção sobre a falta de entusiasmo britânica no que diz respeito ao projeto europeu ao longo das décadas, a conjuntura de 2016 trouxe, ainda, ingredientes novos: (1) a desaceleração econômica trazida pela crise de 2008 e a crise da dívida pública da zona do euro; (2) a chamada “crise dos refugiados” dos anos 2014 e 2015, quando aproximadamente um milhão de migrantes adentraram o território europeu, incluindo o Reino Unido; (3) a ascensão, na política internacional e no Reino Unido, de forças hostis ao sistema político e de extrema-direita, incluindo o crescimento do *UK Independence Party (UKIP)* na política britânica.

Acreditamos que o estudo do Brexit tem o potencial de oferecer uma série de contribuições para pensar a política internacional contemporânea neste começo do século XXI. A investigação do referendo de 2016 pode ser justificada sob inúmeras perspectivas. Do ponto de vista *social*, o Brexit revela controvérsias culturais

---

<sup>6</sup> O “excepcionalismo britânico” foi uma teoria que surgiu no Reino Unido na segunda metade do século XX, no contexto das discussões sobre a adesão à CEE. Seus proponentes defendem que o Reino Unido teria uma cultura e instituições distintas dos demais países da Europa, e que isso justificaria o direito do país a um tratamento especial, incluindo a negociação de cláusulas de exceção para permanecer fora de certas áreas da integração europeia, como a zona do euro. A teoria do “excepcionalismo britânico” é associada a políticos conservadores, como Margaret Thatcher e Boris Johnson, mas também aparece em discursos de políticos de extrema-direita, como Nigel Farage, líder do *UK Independence Party (UKIP)*.

profundas e expõe as desigualdades econômicas no Reino Unido, especialmente quando consideramos a votação desigual numa perspectiva regional. Em termos *políticos*, traz à tona a questão do futuro da integração europeia, a discussão sobre o declínio ou ascensão do Estado-nação e do nacionalismo no sistema internacional, e o debate sobre o futuro da própria ordem política, com a ascensão de forças antissistema e de extrema-direita. Já em uma perspectiva *teórica*, mobiliza discussões sobre a construção das identidades políticas, as relações entre eu/outro e a problemática do multiculturalismo.

## 2.2 Delimitações e parâmetros

Há diversos contornos possíveis para delinear o processo político que culminou com a saída do Reino Unido da União Europeia (UE). Neste capítulo, lidamos com o problema de como especificar o que foi o Brexit, desenhando os marcos temporais que definem o que entendemos como o nosso “objeto” de investigação.<sup>7</sup> Mais especificamente, propomos a seguir uma análise dos *limites* desses marcos temporais, isto é, dos momentos que selecionamos como o “início” e o “fim” do Brexit. Por que buscar a compreensão desse evento a partir desses contornos específicos, e não de outros? Faremos a aproximação do evento a partir de duas imagens de início e de fim que consideramos produtivas: em primeiro lugar, a perspectiva de que a UE representaria um “buraco negro” para a soberania nacional do Reino Unido, no mês de dezembro de 2015; e, por último, a interpretação do país como estando em um “estado de limbo” após o resultado da votação, no mês de julho de 2016. Entretanto, os limites desse intervalo não são tomados como dois momentos monolíticos, totalmente distintos e claramente

---

<sup>7</sup> Não temos a pretensão, entretanto, de isolar completamente esse “objeto” ou de dar uma definição absoluta. Os contornos aqui desenhados não devem ser entendidos como muros intransponíveis, mas como linhas porosas, possibilitando a intromissão do “dentro” no “fora” e, simultaneamente, a passagem do “externo” ao “interno”. Se esse trabalho tem como “objeto” o Brexit, não está claro em que medida ele se diferencia de outros “objetos” como extrema-direita, imigração, globalização, austeridade econômica e neoliberalismo. Se a dissertação formalmente se filia à área de Relações Internacionais, não é evidente o que a separa de contribuições nos campos da história ou da ciência política. Em *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, os filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari escreveram a respeito dos funcionamento maquínico dos livros, defendendo a posição de que estes não possuem objeto nem sujeito: “Um livro tampouco tem objeto. Considerado como agenciamento, ele está somente em conexão com outros agenciamentos, em relação com outros corpos sem órgãos. Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se à com o que ele funciona, em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpos sem órgãos sem órgãos ele faz convergir com o seu.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 18).

demarcados; em vez disso, estamos interessados nos movimentos e nos espaçamentos produzidos entre um e outro.

Em termos teóricos, isso significa que não temos a pretensão de procurar somente as continuidades ou as rupturas entre ambos; de forma distinta, colocamos ênfase no *jogo de semelhanças e diferenças* (CONNOLLY, 2002; FOUCAULT, 2016, 2020; HANSEN, 2006; LACLAU; MOUFFE, 1985) que ocorre nas fraturas e nos limites dos marcos temporais. Em segundo lugar, parece-nos importante sair das distinções entre extremos e caminhar em direção às *margens*, aos *limites* e aos *interstícios*, os quais constantemente desestabilizam esses sistemas e distinções (BHABHA, 1994; DERRIDA, 1976, 1988; FOUCAULT, 2016, 2020). É nas margens que as identidades atingem seus pontos mais altos de tensionamento e de interação, ocupando várias posições num mesmo sistema, em um movimento de inconstância e de vacilação, no lugar de identidades rígidas ou estáveis.

A seguir, sugerimos iniciar uma exploração do funcionamento do Brexit a partir da análise desses dois momentos específicos da conjuntura do Reino Unido; uma conjuntura que, no entanto, não se limita a fatores “domésticos” ou “nacionais”, mas cujas fronteiras transbordam para o continente europeu e a política internacional de modo geral.<sup>8</sup> Essa imbricação entre diferentes níveis se relaciona ao argumento central que desenvolvemos ao longo da dissertação: a hipótese de que o Brexit não pode ser entendido somente como uma questão “própria” do Reino Unido ou mesmo da (extrema-)direita; de forma distinta, o evento borra uma série de distinções ou fronteiras. Em particular, destacamos os distúrbios gerados pelo Brexit a uma distinção constitutiva na literatura sobre a extrema-direita durante o pós-guerra, segundo a qual haveria uma clara separação entre a atuação dos partidos “tradicionais” do sistema político, de um lado, e a ação da extrema-direita, de outro.

---

<sup>8</sup> Sobre a dificuldade de delimitar com precisão o que estaria “fora” ou “dentro” da política doméstica e da política internacional, ver livro do teórico político britânico e canadense R. B. J. Walker, *Inside/outside: international relations as political theory* (WALKER, 1993).

Essa distinção é vista como uma necessidade teórica para o campo, que busca as especificidades desse segmento em relação aos demais atores políticos.<sup>9</sup>

Por sua vez, esta pesquisa não busca qualquer especificidade dos grupos sociais, mas sim a interação entre os diferentes atores. Segundo essa perspectiva — a qual gostaríamos de chamar de tomar o Brexit pelas “margens” —, a atuação de determinado segmento nunca é isolada, mas desloca o *sistema geral* da ação política. O desafio de uma análise desse tipo é fazer com que a interação entre os diferentes atores não seja confundida com a formação de uma unidade entre eles. Ao destacar o jogo de semelhanças e diferenças nas órbitas das linhas que separam os grupos sociais, evitamos a dissolução das distinções (e.g. esquerda, direita, extrema-direita) em direção à formação de uma única identidade. Isso quer dizer que as diferentes identidades não se dissolvem nem dão lugar a uma síntese: elas somente deixam de ser fixadas ou estabilizadas, fazendo emergir os movimentos que operam, gerando constantes aproximações, distanciamentos e deslocamentos.

Sob esses parâmetros, como definir a linha do tempo específica do Brexit? Em outras palavras, onde exatamente marcar os pontos inicial e final desse evento? Como foram realizados dois referendos no Reino Unido sobre a questão da permanência britânica na União Europeia, seria possível retroceder aos primórdios e dizer que o Brexit teve início ainda nos anos 1960. Afinal, a própria adesão britânica à CEE foi marcada por ressalvas desde o início, e o chamado “euroceticismo”, isto é, a oposição ao projeto de integração europeia, começou a ganhar força no Reino Unido pelo menos desde década de 1980 (DOREY, 2017; GIFFORD, 2006). Entretanto, todos esses aspectos não impediram os quarenta anos de adesão do Reino Unido à União Europeia. Em vez disso, foi somente no ano de 2016 que a decisão de deixar a UE por meio de um referendo se tornou possível.

---

<sup>9</sup> Em *Populist Radical Right Parties in Europe*, um dos livros mais canônicos sobre o extremismo de direita, o cientista político holandês Cas Mudde se esforçou na definição do que chamou de “núcleo ideológico” da direita radical, distinguindo-o das demais ideologias dos partidos do sistema político (MUDDE, 2007). Nesse trabalho, Mudde criticou o que chamou de falta de um “um quadro comparativo sistemático” entre os partidos de direita radical e procurou oferecer uma contribuição pan-europeia do campo da política comparada, “independentemente do contexto geográfico” (MUDDE, 2007, p. 3). Em outras palavras, Mudde buscou construir um lugar “próprio” para a direita radical que pudesse atravessar o espaço e o tempo. Nossa ambição aqui é bastante distinta e mais modesta que a de Mudde, para além de diferenças terminológicas: desejamos explorar não as “especificidades” dos partidos (sejam eles de extrema-direita ou não), mas a sua interação. Aqui, nenhum lugar é “próprio”. Sobre a controvérsia terminológica nos estudos de extrema-direita, ver artigo recente da especialista britânica em estudos europeus e política europeia Elisabeth Carter, *Right-wing extremism/radicalism: Reconstructing the concept* (CARTER, 2018).

Dessa forma, com o objetivo de construir um olhar mais preciso sobre o Brexit, retomamos o que afirmou o historiador britânico Robert Saunders a respeito do primeiro referendo, em 1975: “As eleições não acontecem no vazio: elas respondem ao *contexto* e ao *clima* nos quais a votação é realizada.” (SAUNDERS, 2018, p. 10).<sup>10</sup> Em uma direção similar, esta pesquisa investiga o referendo do Brexit de 2016 precisamente a partir do “contexto” e do “clima” da decisão do dia 23 de junho. Mais especificamente, analisamos as maneiras pelas quais o voto britânico sobre a UE se relacionou a inúmeras questões e preocupações não apenas dentro do Reino Unido, mas também do continente europeu e, de modo ainda mais amplo, da política internacional contemporânea.<sup>11</sup>

Buscando uma aproximação mais nítida do contexto e do clima da votação de 23 de junho, arriscamos iniciar a investigação propondo uma linha do tempo do Brexit que se inicia no dia 17 de dezembro de 2015, com a publicação do *European Union Referendum Act 2015*,<sup>12</sup> e que termina no dia 13 de julho de 2016, data do último discurso de David Cameron como primeiro-ministro.<sup>13</sup> Esse recorte entre os dias 17 de dezembro de 2015 e 13 de julho de 2016 se justifica à medida que as datas mencionadas consideram como ponto de partida e de fim os debates relacionados à escolha da permanência do Reino Unido na União Europeia, representando os dois momentos em que a consulta foi lançada e encerrada. A seguir, explicamos as escolhas pelas datas frente às demais possibilidades e mostramos esses limites foram configurados. Entretanto, a ênfase da análise está

<sup>10</sup> “*Elections do not take place in a vacuum: they respond to the context and climate in which the vote is held.*”

<sup>11</sup> Do ponto de vista do nível de análise, é verdade que esta pesquisa se baseia em arquivos nacionais do Reino Unido. Entretanto, acreditamos que isso não impede a compreensão de que as questões do Brexit — incluindo a imigração, a austeridade, o multilateralismo e a ascensão da extrema-direita — transcendem a política doméstica e as fronteiras nacionais. Assim, a escolha pelos arquivos de um país específico, o Reino Unido, serviu como parâmetro para a análise e compreensão de questões que, na verdade, circulam de forma mais ampla na cultura política contemporânea. Esse espaço comum do debate aparece de forma explícita no próprio material pesquisado, de modo que acreditamos que seria um equívoco afirmar que os arquivos nacionais são imunes e fechados a influências “externas”.

<sup>12</sup> REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010-2016: David Cameron). **European Union Referendum Act 2015**. London, 17 dez. 2015. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2015/36/enacted/data.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

<sup>13</sup> REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010-2016: David Cameron). **David Cameron's departing words as Prime Minister**. London, 13 jul. 2016. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/david-camerons-departing-words-as-prime-minister>. Acesso em: 29 jun. 2022.

mais nos *rastros* e nos espaçamentos entre o que entendemos como o início e o fim do Brexit, a partir da circulação de temas comuns relacionados à votação.<sup>14</sup>

Começamos a análise apresentando as justificativas para a data que estabelecemos como o “início” do Brexit. É verdade que David Cameron prometeu a realização de um referendo ainda em 2013, no seu famoso discurso em Bloomberg.<sup>15</sup> Entretanto, foi somente a partir da publicação do *European Union Referendum Act 2015* que o Brexit começou a ganhar contornos mais concretos no debate público e que se iniciaram oficialmente as campanhas antagônicas *Leave* (a defesa da saída da UE) e *Remain* (a defesa da permanência na UE). Assim, a lei de 2015 definiu o enquadramento básico dos termos e das tendências que marcariam os debates do Brexit, a partir das únicas opções disponíveis para a votação do dia 23 de junho. (Posteriormente, mostramos como esse enquadramento do referendo condicionou o funcionamento do Brexit segundo dois eixos de estruturação dos espaços políticos: complexificação e simplificação.).

Por outro lado, no diz respeito à data de “fim” do Brexit, tomamos a posição de que o evento não se encerrou com o resultado da própria votação, no dia 23 de junho de 2016. Em vez disso, os efeitos imediatos do Brexit levaram à renúncia de David Cameron como primeiro-ministro, no dia 13 de julho.<sup>16</sup> É verdade que seria possível esticar esse intervalo ainda mais, alcançando o governo do também conservador Boris Johnson — por exemplo, até o dia 24 de janeiro de 2020, quando

<sup>14</sup> A imagem do “rastro” se refere à crítica de Jacques Derrida ao privilégio que a filosofia ocidental atribuiu à ontologia: “É preciso pensar o rastro antes do ente. Mas o movimento do rastro é necessariamente ocultado, produz-se como ocultação de si. Quando o outro anuncia-se como tal, apresenta-se na dissimulação de si.” (DERRIDA, 1973, p. 57). Nesse trecho de *Gramatologia*, Derrida está sugerindo que o que vem primeiro é o rastro, ou seja, a marca ou o vestígio de algo, e não o ente, isto é, a coisa em si. Entendemos o “início” e o “fim” do Brexit como esse espaçamento, menos como uma coisa individualizável e mais como os movimentos entre um começo e um fim, sempre se tornando algo sem nunca se realizar completamente, de modo a possibilitar as constantes disputas pela hegemonia política da nação britânica.

<sup>15</sup> REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010-2016: David Cameron). **EU speech at Bloomberg**. London, 23 jan. 2013. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/eu-speech-at-bloomberg>. Acesso em: 30 ago. 2022.

<sup>16</sup> Já havia uma percepção de que Cameron não dispunha de condições políticas para permanecer no cargo, uma vez que o eleitorado britânico divergiu da posição oficial do governo pela permanência na UE. Entretanto, a expectativa na imprensa era de que ele continuasse como primeiro-ministro até o dia 9 de setembro. Ocorre que um fato inusitado da conjuntura política britânica adiantou o fim do mandato de Cameron: a retirada inesperada da candidatura de Andrea Leadsom da disputa pela liderança do Partido Conservador. A consequência dessa desistência foi a imediata nomeação de Theresa May como a nova primeira-ministra do Reino Unido e o fim do mandato de Cameron.

o Reino Unido oficialmente deixou a União Europeia;<sup>17</sup> ou então quando foi publicado o novo acordo de comércio e cooperação entre ambas as partes, no dia 30 de dezembro de 2020.<sup>18</sup> Entretanto, não apenas essa extensão fugiria do escopo de uma dissertação, como também nossa ênfase está nos movimentos múltiplos e contraditórios que tornaram o Brexit possível. Isso implica colocar em segundo plano os acordos legais específicos que foram firmados durante a implementação do referendo e os acontecimentos distantes do resultado da votação.

Ao trazer o intervalo entre o dia 17 de dezembro de 2015 e o dia 13 de julho de 2016, lidamos com momentos relativamente distintos da conjuntura política no Reino Unido, os quais foram simbolizados nas nossas fontes primárias por meio de duas imagens específicas. Se um leitor do jornal *The Daily Telegraph* pode afirmar, em 2015, que a União Europeia representava “um verdadeiro buraco negro para a soberania nacional”,<sup>19</sup> o presidente do Parlamento Europeu fez referência, no jornal *The Guardian*, a um “estado de limbo” no Reino Unido após a votação.<sup>20</sup> Selecionamos ambas as representações por entender que elas captam, respectivamente, a promessa do referendo, marcada pelo excesso de significação, e, após a votação, as impossibilidades e incompletudes inerentes em sua realização, sua falta e incompletude. Em outras palavras, como explicar os movimentos que levaram à transição entre um momento em que o poder foi visto como subtraído do Reino Unido em razão de uma instituição externa para um momento em que esse poder não voltou a se manifestar, como prometiam os eurocéticos, mas que em vez disso parece ter levado a um estado angustiante de indecisão e indefinição?

<sup>17</sup> REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2019-2022: Boris Johnson). **Agreement on the Withdrawal of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland from the European Union and the European Atomic Energy Community**. Brussels and London, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/agreement-on-the-withdrawal-of-the-united-kingdom-of-great-britain-and-northern-ireland-from-the-european-union-and-the-european-atomic-energy-communi>. Acesso em: 3 set. 2022.

<sup>18</sup> REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2019-2022: Boris Johnson). **Trade and Cooperation Agreement between the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, of the one part, and the European Union and the European Atomic Energy Community, of the other part**. Brussels and London, 30 dez. 2020. Disponível em: [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/982648/TS\\_8.2021\\_UK\\_EU\\_EAEC\\_Trade\\_and\\_Cooperation\\_Agreement.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/982648/TS_8.2021_UK_EU_EAEC_Trade_and_Cooperation_Agreement.pdf). Acesso em: 4 set. 2022.

<sup>19</sup> SHENKMAN, Gregory. EU supporters can no longer conceal how dysfunctional it has become. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.942, 18 dez. 2015. Letters to the Editor, p. 25.

<sup>20</sup> SCHULZ, Martin. The EU must not treat the UK as a deserter – we can negotiate without rancour. **The Guardian** (on-line), 12 jul. 2016. Opinion: UK News. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jul/12/brexit-eu-uk-negotiate-without-rancour>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Buscando os espaçamentos e os movimentos que operam nos limites e nas fraturas dos marcos temporais, construímos um *corpus* documental composto de determinadas fontes primárias. A saber, investigamos as formas como os diferentes partidos do sistema político britânico mobilizam as pautas e as discussões do referendo, em especial o Partido Trabalhista (*Labour*), à esquerda, o Partido Conservador (*Tories*), à direita, e o partido de extrema-direita, o Partido da Independência do Reino Unido (*UK Independence Party*), atualmente intitulado *Reform UK*. A atuação desses partidos foi analisada em dois jornais de grande circulação e impacto no Reino Unido: o *The Guardian* (*The Observer* aos domingos), com inclinação mais progressista e à esquerda, favorável ao *Remain*;<sup>21</sup> e o *The Daily Telegraph* (*The Sunday Telegraph* aos domingos), com tendências conservadoras e de direita, favorável ao *Leave*.<sup>22</sup> Mais especificamente, a análise dos jornais permite visualizar as continuidades e transformações dos posicionamentos dos partidos frente às questões do referendo, fazendo emergir as aproximações, os distanciamentos e os deslocamentos entre eles.

O acompanhamento dos documentos oficiais por meio da repercussão na imprensa permite identificar as questões mais amplas que tornaram possível a própria existência desses documentos. A avaliação dos posicionamentos dos partidos nas discussões do referendo torna possível notar em que medida os atores operam incessantemente o jogo de semelhanças e diferenças, gerando distúrbios no sistema político do Reino Unido. Com isso, os partidos deixam de ser tomados de forma fixa em seus lugares “próprios” ou como um identidade única e isolada: ao elaborar discursos sobre o Brexit, eles respondem e são constituídos dentro do sistema geral da ação política. *O que um partido diz condiciona, mas não predetermina exhaustivamente, o que os demais podem dizer.*<sup>23</sup>

<sup>21</sup> THE GUARDIAN. London, 17 dez. 2015 a 13 jul. 2016. Guardian News & Media.

<sup>22</sup> THE DAILY TELEGRAPH. London, 17 dez. 2015 a 13 jul. 2016. Telegraph Media Group Limited.

<sup>23</sup> Sobre a inadequação das análises que buscam os lugares próprios a serem isolados e claramente demarcados, reunimos algumas frases de Jacques Derrida, do teórico político e filósofo argentino Ernesto Laclau, da teórica política belga Chantal Mouffe e do sociólogo e antropólogo francês Michel de Certeau. Para Derrida, “não há experiência de *pura* presença, mas somente cadeias de marcas diferenciais.” (DERRIDA, 1990, p. 25, grifo do autor). Mouffe e Laclau acrescentaram: “[...] a presença do ‘Outro’ me impede de ser um próprio. A relação não decorre de totalidades completas, mas da impossibilidade de sua constituição.” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 125). Por fim, Certeau afirmou: “Todo lugar ‘próprio’ é alterado por aquilo que, dos outros, já se acha nele.” (CERTEAU, 2014, p. 104). “[...] *the presence of the 'Other' prevents me from being totally myself. The relation arises not from full totalities, but from the impossibility of their constitution.*”



Nossa abordagem rejeita uma interpretação influente sobre o Brexit segundo a qual o referendo teria sido um evento majoritariamente “doméstico” da política britânica, relacionado *exclusivamente* às disputas entre os *Tories* e o *UKIP*. Segundo essa interpretação, o então primeiro-ministro David Cameron apresentou a votação como uma tentativa de apaziguar os eurocéticos do Partido Conservador e de frear o crescimento do *UKIP*, o partido anti-imigração e de extrema-direita no Reino Unido. Embora certamente esses fatores tenham tido seu papel, não podemos negligenciar o que foi descrito por um leitor do jornal *The Guardian* como o “esmagador apoio suprapartidário ao referendo no Parlamento.”<sup>24</sup> Não somente o Parlamento britânico foi amplamente favorável à realização do referendo — portanto, para além da (extrema-)direita —, como também a sociedade e a imprensa do Reino Unido demonstraram interesse e capacidade de intensa mobilização nas discussões a respeito dos temas relacionados à votação. A respeito da capacidade de referendos operarem *deslizamentos de sentido*, Saunders escreveu:

Um referendo é oficialmente uma campanha de uma única pauta, mas na prática o debate raramente se restringe à questão contida no boletim de voto. [...] O resultado implicou não apenas levar o debate europeu a *lugares improváveis* [...]. Igualmente importante, o efeito foi colocar o referendo em contato com uma *gama muito mais ampla de questões e preocupações*, de modo que o que havia começado como uma votação sobre a Comunidade Europeia se tornou um debate maior sobre o ‘estado da nação’. (SAUNDERS, 2018, p. 10).<sup>25</sup>

A essa descrição precisa de Saunders sobre a primeira votação, uma explicação que consideramos apropriada também para 2016, gostaríamos de acrescentar que a avaliação sobre o “estado da nação” dificilmente pode ser entendida como uma questão meramente interna ou doméstica. Em outras palavras,

<sup>24</sup> BRNO, Jeff Smith. Legitimacy of the Brexit referendum. **The Guardian** (on-line), 13 jul. 2016. Brexit: Letters. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jul/12/legitimacy-of-the-brexit-referendum>. Acesso em: 30 ago. 2022. “It’s true that the referendum was a Tory initiative, but I am surprised that neither McEwan nor any of the commentary I have read since the vote mentions the overwhelming cross-party support for it in parliament. The European Union Referendum Act of 2015 passed the Commons 544-53 on second reading. The House of Lords also approved. Only the Scottish Nationalists opposed the bill; other parties, even the Liberal Democrats and the Greens, agreed not just on holding the referendum but on structuring it as a single vote, a one-day plebiscite requiring only a simple majority nationwide to pass – no supermajority, no ‘multiple lock’ recognising Britain’s constituent parts, no later confirming vote and no requirement for a detailed prospectus of the leave position.”

<sup>25</sup> “A referendum is nominally a single-issue campaign, yet in practice the debate is rarely restricted to the question on the ballot paper. [...] The result was not simply to carry the European debate into unlikely places [...]. Just as importantly, the effect was to bring the referendum into contact with a much wider range of issues and concerns, so that what had begun as a vote on the European Community became a larger debate about the ‘state of the nation’.”

a situação “nacional” do Reino Unido transbordou e foi influenciada por questões internacionais. Temas discutidos durante o Brexit — como imigração, austeridade e direitos humanos — também ganhavam importância na Europa e no sistema internacional, criando redes mais porosas de discussão que não eram pré-determinadas pelas fronteiras nacionais. Notadamente, a chamada “crise dos refugiados” de 2014 e 2015 foi um problema construído dentro e fora do Reino Unido.

Soma-se a essa imbricação o fato de que Brexit foi entendido pelos britânicos como um momento para disputar a posição do Reino Unido em relação aos demais países no sistema internacional. Um editorial do jornal *The Guardian* afirmou, no mês de maio de 2015, que o referendo seria capaz de dizer qual seria o “*lugar do Reino Unido no mundo*”.<sup>26</sup> De forma similar, em uma coluna de opinião de julho de 2016 sobre política externa publicada no mesmo veículo, a jornalista francesa Natalie Nougayrède escreveu: “Após o [...] choque produzido pelo Brexit [...], somos confrontados com a questão mais ampla de *como o Reino Unido redefinirá seu papel no mundo*”.<sup>27</sup>

Como vemos nessas afirmações, os diferentes níveis — Reino Unido, Europa e política internacional — operavam numa relação de imbricação e de constante interação, não havendo uma esfera da ação política absolutamente autônoma que

<sup>26</sup> THE GUARDIAN. The Guardian view on benefit cuts: Cameron’s menu of pain (Editorial). **The Guardian** (on-line), 26 maio 2015. Opinion: Welfare. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/may/26/guardian-view-on-benefit-cuts-cameron-menu-of-pain>. Acesso em: 30 ago. 2022. “*The sovereign’s scroll will touch on Britain’s place in the world, via the EU referendum, on fundamental human rights, and, through Scotland’s post-referendum reforms, the integrity of the kingdom itself.*”

<sup>27</sup> NOUGAYRÈDE, Natalie. Britain will still be unable to define its global role without Europe. **The Guardian** (on-line), 12 jul. 2016. Opinion: Foreign Policy. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jul/11/britain-unable-define-global-role-europe-brexite>. Acesso em: 12 fev. 2023. “*After the double shock produced by Brexit and the Chilcot report, we are faced with the wider question of how Britain will redefine its role in the world – and how that role may still depend on the cooperation it can maintain with its European neighbours.*”

pudesse ser isolada das demais.<sup>28</sup> Com isso, vemos que o jogo de semelhanças e diferenças não se limitou às distinções entre os partidos e as ideologias do sistema político no nível doméstico, mas desestabilizou as próprias fronteiras entre o que se entende como política doméstica, política europeia e política internacional. Esse fato cria uma abertura na análise para a emergência dos distúrbios e dos movimentos que não cessam de chacoalhar as separações e distinções, sem recorrer ao artifício de buscar demarcações rígidas. As linhas que dividem e separam não estão dadas de uma vez por todas nem passam a ser ignoradas, mas são constantemente desestabilizadas, redefinidas e, conseqüentemente, alvos de disputas hegemônicas.

Uma vez apresentado o funcionamento da perspectiva das “margens” para a análise do referendo, quais imagens poderiam ser construídas nos limites do Brexit, isto é, nas datas de 17 de dezembro de 2015, numa ponta, e em 13 de julho de 2016,

---

<sup>28</sup> Apresentamos neste capítulo o conceito de “sistema geral da ação política” como uma adaptação a ideias do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss e do linguista suíço Ferdinand de Saussure. Usamos esse recurso para explorar a dificuldade, nas análises políticas, de isolar e delimitar domínios próprios e claramente distintos. Lévi-Strauss analisou o problema da proibição do incesto de forma análoga à abordagem de Saussure a respeito da linguística. Saussure define a natureza do signo linguístico a partir de dois princípios: a arbitrariedade do signo e o caráter linear do significante. Enquanto o *signo* linguístico se baseia numa convenção arbitrária, isto é, indiferente em relação ao significado, o *significante* desenvolve-se no tempo. Em outras palavras, Saussure analisa a língua como um sistema, uma totalidade que se constitui a partir da relação entre esses dois fatores opostos: “a *convenção* arbitrária, em virtude da qual a escolha se faz livre, e o *tempo*, graças ao qual a escolha se acha fixada.” (SAUSSURE, 2006, p. 88). Assim, há sempre um deslocamento que não pode ser apagado entre significado e significante. Essa separação é representada pelo signo linguístico, que se repete indefinidamente no tempo à medida que, simultaneamente, sofre alterações. O que se altera, contudo, nada mais é do que a transformação das relações entre significado e significante no *sistema geral da língua*. Em resumo, o signo marca a extensão mutável no tempo das relações sem as quais o sistema linguístico não poderia ser analisado. Nas palavras de Saussure: “Uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante.” (SAUSSURE, 2006, p. 90). A partir da abordagem de Saussure a respeito da totalidade do fato linguístico, Lévi-Strauss pode desenvolver, em *As Estruturas Elementares do Parentesco*, uma perspectiva similar sobre a análise das relações sociais. Lévi-Strauss partiu do problema da proibição do incesto, uma questão não pode ser analisada isolando um dos binômios dos pares natureza/cultura, indivíduo/social: “Uma relação não pode ser isolada arbitrariamente de todas as outras, e também não é possível que o indivíduo se mantenha aquém ou além do mundo das relações. O meio social não deve ser concebido como um quadro vazio no interior do qual os seres e as coisas podem ser ligados, ou simplesmente justapostos. O meio é inseparável das coisas que nele habitam. Em conjunto constituem um campo de gravitação onde as cargas e as distâncias formam um conjunto coordenado, e onde *cada elemento, ao se modificar, provoca a alteração do equilíbrio total do sistema.*” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 523). Aplicando ambas as noções para a análise dos significados atribuídos ao Brexit pelos partidos britânicos, podemos entender que cada ator não age ou atribui significado aos temas do referendo de forma isolada. Em vez disso, eles atuam no sistema geral da ação política, ao mesmo tempo em que também respondem e são influenciados por este. Dessa forma, os significados do Brexit nunca são “próprios” a um partido específico ou ideologia particular, mas pertencem a uma cultura política mais ampla compartilhada dentro e fora do Reino Unido no contexto da votação.

em outra? Enquanto este capítulo se concentra nos extremos e limites desse intervalo, os demais lidam com a sua duração propriamente dita, a partir da circulação de temas comuns relacionados à questão da permanência do Reino Unido na União Europeia. Ao apontar semelhanças e diferenças entre o “início” e o “fim” do Brexit, o objetivo não é estabelecer, a partir dessas duas posições, qual seria o percurso pré-definido entre um momento e outro. Em vez disso, o que apresentamos a seguir são tão somente as *posições* inicial e final do Brexit, para que, posteriormente, possamos explorar melhor os movimentos e espaçamentos desse percurso, a partir de um debate público comum.

### 2.3 “Buraco negro”

A nossa linha do tempo do Brexit começa no dia 17 de dezembro de 2015. Nesse momento, a publicação do *European Union Referendum Act 2015* lançou oficialmente as campanhas do referendo: *Leave* e *Remain*. A lei de 2015 previu a realização de um referendo no Reino Unido sobre a permanência britânica União Europeia até o dia 31 de dezembro de 2017. Com o objetivo de dar importância às palavras específicas que compuseram a moldura que tornou o Brexit possível, retomamos o boletim de votação com as opções de voto no dia 23 de junho e um trecho da lei de 17 de dezembro:

Figura 1 - Boletim de votação do referendo de 2016

<b>Referendum on the United Kingdom's membership of the European Union</b>	
Vote only once by putting a cross <input checked="" type="checkbox"/> in the box next to your choice	
Should the United Kingdom remain a member of the European Union or leave the European Union?	
<b>Remain a member of the European Union</b>	<input type="checkbox"/>
<b>Leave the European Union</b>	<input type="checkbox"/>

Fonte: SAVAGE, Michael. 'Remain or leave' will be question on referendum ballot. **The Times** (on-line), 26 jan. 2016. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/remain-or-leave-will-be-question-on-referendum-ballot-hdtvbm5gn>. Acesso em: 13 fev. 2023.

A pergunta que deve constar nos boletins de voto é: 'O Reino Unido deve permanecer membro da União Europeia ou deixar a União Europeia?'. [...] As respostas alternativas a essa pergunta que devem constar dos boletins de voto são: 'Permanecer membro da União Europeia; Deixar a União Europeia'. (p. 1, grifo no original).<sup>29</sup>

“Permanecer membro da União Europeia; deixar a União Europeia”. Esses foram os dois únicos itens do cardápio oferecido ao eleitorado britânico no referendo do dia 23 de junho de 2016. Por um lado, Robert Saunders corretamente observou que referendos deslizam para questões mais amplas, fazendo o debate chegar a lugares cada vez mais improváveis. Por outro lado, todos os debates do Brexit poderiam e, na verdade, *deveriam* ser enquadrados nessas duas únicas alternativas a partir da publicação da lei de 2015. É assim que defendemos o argumento de que o Brexit pode ser entendido a partir de dois eixos de estruturação dos espaços políticos: complexificação e simplificação, excesso e falta, completude

<sup>29</sup> REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010-2016: David Cameron). **European Union Referendum Act 2015**. London, 17 dez. 2015. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2015/36/enacted/data.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022. “The question that is to appear on the ballot papers is - ‘Should the United Kingdom remain a member of the European Union or leave the European Union?’ [...] The alternative answers to that question that are to appear on the ballot papers are - ‘Remain a member of the European Union’; ‘Leave the European Union’”.

e incompletude, significado e contradição.<sup>30</sup> Em outras palavras, a votação de junho de 2016 foi constituída por meio de um jogo entre a amplitude dos deslizamentos de significados possíveis de serem atribuídos ao referendo e, *simultaneamente*, a codificação, tradução e redução de todos esses significados a apenas duas únicas opções de voto.

Além do documento de 2016, convém retomar o boletim de voto da primeira votação sobre a União Europeia, realizada em 5 de junho de 1975. Diferentemente do segundo referendo, o texto contou com um preâmbulo mencionando a existência de uma renegociação dos termos da relação entre o Reino Unido e a União Europeia: “O governo anunciou os resultados da renegociação dos termos da adesão do Reino Unido à Comunidade Europeia”. Em seguida, veio a pergunta: “Você acredita que o Reino Unido deve permanecer na Comunidade Europeia (o Mercado Comum)? Sim; Não”:<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Nosso entendimento dos eixos de simplificação e complexificação dos espaços políticos se baseia na explicação do funcionamento das lógicas da equivalência e da diferença teorizados por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau. Em seu trabalho a respeito das lógicas da equivalência e da diferença que caracterizam os antagonismos sociais, Mouffe e Laclau afirmaram que, na lógica da *equivalência*, os elementos podem ser substituídos uns pelos outros (simplificação e redução); por sua vez, na lógica da *diferença*, crescem as possibilidades de combinação entre eles (complexificação e expansão). Essas duas lógicas são descritas por Laclau e Mouffe nos termos da abordagem de Saussure a respeito da linguística: “Tomando inspiração numa explicação da linguística comparada, poderíamos dizer que a *lógica da diferença* tende a expandir o polo sintagmático da linguagem, o número de posições que podem entrar em uma relação de combinação e, portanto, de continuidade entre si; enquanto a *lógica da equivalência* expande o polo paradigmático - ou seja, os elementos que podem ser substituídos uns pelos outros - reduzindo assim o número de posições que podem eventualmente ser combinadas.” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 130). Se aplicamos essa noção para a análise do Brexit, a lógica da equivalência tende a simplificar a discussão dos temas relacionados ao referendo em duas únicas opções (*Leave* ou *Remain*), como no boletim de votação, enquanto a lógica da diferença tende a levar a discussão da votação a lugares cada vez mais improváveis, como afirmou Saunders. “*Taking a comparative example from linguistics, we could say that the logic of difference tends to expand the syntagmatic pole of language, the number of positions that can enter into a relation of combination and hence of continuity with one another; while the logic of equivalence expands the paradigmatic pole - that is, the elements that can be substituted for one another - thereby reducing the number of positions which can possibly be combined.*”

<sup>31</sup> “*The Government have announced the results of the renegotiation of the United Kingdom's terms of membership of the European Community. Do you think that the United Kingdom should stay in the European Community? Yes; No.*”

Figura 2 - Boletim de votação do referendo de 1975

**Referendum Act 1975** c. 33

**SCHEDULE**

**FORM OF BALLOT PAPER**

The Government have announced the results of the renegotiation of the United Kingdom's terms of membership of the European Community.

**DO YOU THINK THAT THE UNITED KINGDOM SHOULD STAY IN THE EUROPEAN COMMUNITY (THE COMMON MARKET)?**

**YES** ☐

**NO** ☐

PRINTED IN ENGLAND BY HAROLD GLOVER  
Controller of Her Majesty's Stationery Office and Queen's Printer of Acts of Parliament

Fonte: SAUNDERS, Robert. **Yes to Europe!**: The 1975 Referendum and Seventies Britain. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 97.

Ao comparar os boletins de votação de 1975 e 2016, alguns aspectos chamam a atenção. Primeiramente, verificamos que não havia um preâmbulo mencionando a existência de uma renegociação com a UE no caso do referendo de 2016, mesmo David Cameron tendo se encarregado do mesmo esforço de tentar redefinir os termos da relação entre ambas as partes do acordo. Além disso, o texto de 1975 estabelecia uma equivalência entre “Comunidade Europeia” e “Mercado Comum”, enquanto os dizeres do segundo referendo mencionavam apenas “União Europeia”.<sup>32</sup> Apesar dessas diferenças, ambos os referendos só ofereceram duas alternativas, a permanência ou a saída da instituição, o que é conhecido tanto na imprensa quanto na literatura como “*in-out referendum*”. Esse enquadramento binário fez com que, apesar de a escolha de palavras ter sido cuidadosamente pensada na formulação de ambos os referendos, muitos questionassem a própria

<sup>32</sup> Saunders explica que a equivalência entre “Comunidade Europeia” e “Mercado Comum” encontrada no referendo de 1975 foi uma forma de acomodar as posições tanto favoráveis quanto contrárias à permanência do Reino Unido na União Europeia. Mais especificamente, a expressão “Comunidade Europeia”, embora inexistente oficialmente na legislação, foi defendida pelo governo conservador de Harold Wilson, que era favorável à adesão e argumentava pela suposta não familiaridade do eleitorado com termos alternativos. Por sua vez, a expressão “Mercado Comum” foi defendida pelos segmentos contrários à permanência no bloco, mais especificamente, por uma parte do *Labour* que via a União Europeia como uma instituição supranacional simbolizando os ideais do livre comércio, aos quais o partido se opunha (cf. SAUNDERS, 2018, p. 96-97).

moldura dessas votações. Notadamente, o economista Thomas Colignatus defendeu, em uma publicação de 2017 no site da *London School of Economics and Political Science*, a tese de que dispor somente de duas opções no referendo de 2016 não teria sido apropriado para dar conta da complexidade envolvida na decisão.<sup>33</sup> Em outras palavras, as disputas do Brexit começaram antes mesmo da votação: elas se iniciaram na própria moldura que constituiu o referendo.

Ao investigar a repercussão da lei de 2015 na imprensa, percebemos uma semelhança entre os veículos da imprensa. Já naquele momento inicial de elaboração do referendo, tanto o *The Guardian* quanto o *The Daily Telegraph* alertaram sobre a força do *Leave* e a possibilidade concreta de ruptura entre Reino Unido e UE. Em uma matéria de primeira capa do dia 17 de dezembro de 2015 no *The Daily Telegraph*, assinada por Kate McCann, Matthew Holehouse e Christopher Hope, o jornal publicou uma pesquisa do instituto Lord Ashcroft Pools apontando que 47% dos britânicos desejava deixar a União Europeia, enquanto somente 38% deles optavam pela permanência.<sup>34</sup> Responsável pelo instituto de pesquisa mencionado, Lord Ashcroft escreveu um comentário instrutivo nessa mesma edição do jornal, antecipando que os debates sobre o referendo não iriam se resumir aos “fatos”:

A forma como pessoas avaliam toda a questão da adesão à UE vai depender das suas próprias perspectivas políticas. *Os ‘fatos’, dos quais haverá não uma seca, mas uma enxurrada*, serão filtrados por meio das atitudes existentes das pessoas, e não o contrário. Ao *escolherem os fatos que se encaixam*, veremos na prática o ditado de Paul Simon: um homem ouve o que quer ouvir e desconsidera o resto.<sup>35</sup>

Embora possa parecer trivial, consideramos valiosa a lição de Lord Ashcroft. Enquanto análises acadêmicas posteriores viram o Brexit como uma variação do fenômeno da “pós-verdade”, isto é, uma era na qual os “fatos” supostamente teriam

<sup>33</sup> COLIGNATUS, Thomas. The Brexit referendum question was flawed in its design. **LSE Brexit** (on-line), 17 maio 2017. Campaigns | Featured | UK politics. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/brexit/2017/05/17/the-brexit-referendum-question-was-flawed-in-its-design/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

<sup>34</sup> McCANN, Kate; HOLEHOUSE, Matthew; HOPE, Christopher. Voters turn against EU as Cameron faces fight in Brussels. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.941, 17 dez. 2015. Front page, p. 1.

<sup>35</sup> ASHCROFT, Lord. Will Cameron persuade his own voters to back Europe?. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.941, 17 dez. 2015. Commentary, p. 11. “How people assess the whole question of EU membership will come down to their own outlook on politics. The ‘facts’, of which there will not be a drought but a blizzard, will be filtered through people’s existing attitudes, not the other way round. As they choose the facts that fit, we will see in practice Paul Simon’s dictum: a man hears what he wants to hear and disregards the rest.”



perdido a importância (HENKEL, 2021; MARSH, 2018; MARSHALL, 2018; ROSE, 2017), Ashcroft esclarece que o problema do referendo não seria da ordem da *escassez* dos fatos, mas de sua *hiperabundância*: “haverá não uma seca, mas uma enxurrada...”. Assim, o que caberia aos eleitores no momento da votação não seria uma busca objetiva e desinteressada de fatos supostamente neutros, e sim a procura daquelas informações que “se encaixavam”, fragmentos da realidade que podiam ser admitidos pelos sujeitos na conjuntura da votação em meio à complexificação dos deslizamentos de sentido que poderiam ser atribuídos ao referendo. Questão que não é meramente jornalística ou da ordem da apuração, mas também diz respeito ao próprio domínio psíquico-social-político do eleitorado britânico.

Curiosamente, no mesmo dia 17 de dezembro, o *The Guardian* optou por publicar uma pesquisa alternativa que “se encaixava” na edição do jornal. Em vez dos números de Lord Ashcroft, o editor de política Patrick Wintour escreveu a respeito de uma pesquisa de Lord Rose, líder da campanha *Britain Stronger in Europe*. Essa pesquisa afirmava que o Reino Unido teria de lidar com um aumento expressivo de € 11 bilhões em novas tarifas, caso o Brexit fosse aprovado e o país não conseguisse um novo acordo de livre comércio com a UE.<sup>36</sup> Rose apresentou uma citação de John Major, ex-primeiro-ministro britânico, defendendo a tese de que o Brexit levaria o Reino Unido a um “isolamento esplêndido”. Assim, os fatos e os números admitidos por Rose levavam à defesa do *Remain*, enquanto a “enxurrada” de informações filtrada pelo instituto de Ashcroft favorecia o voto no *Leave*.

Entretanto, em um editorial do mesmo dia 17, o *The Guardian* reconheceu a força do *Leave* ao admitir que as questões da imigração, das fronteiras com a UE e da crise dos refugiados haviam se tornado uma “grande ansiedade popular”, enquanto outros temas relacionados à UE, que haviam sido apontados por David Cameron em Bloomberg, teriam perdido a relevância. Mais especificamente, o jornal argumentou que as preocupações do eleitorado britânico com a soberania nacional no contexto da discussão sobre a UE não estariam mais relacionadas aos diferentes posicionamentos em relação ao aprofundamento da integração, à

<sup>36</sup> WINTOUR, Patrick. Brexit will set UK back £11bn in EU trade costs, research finds. **The Guardian** (on-line), 17 dez. 2015. Europe: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2015/dec/16/brexit-uk-11bn-extra-costs-eu-trade-research>. Acesso em: 13 fev. 2023.

disciplina fiscal ou ao tratamento dado aos países fora da zona do euro, mas sim, passaram a se concentrar na intensificação do fluxo de refugiados. Foi com estas palavras que o jornal admitiu a “virada contra a adesão à UE nas pesquisas recentes”:

As preocupações do Reino Unido sobre uma Europa que aprofunda a integração em diferentes velocidades, a proteção dos direitos dos países que estão fora da zona do euro dentro do funcionamento da UE, tudo isso continua importante para os que querem permanecer ou deixar a UE. Mas esses temas deixaram de ser, e talvez inadvertidamente, uma grande ansiedade popular. [...] A campanha do referendo, quando finalmente entrar em marcha, refletirá inevitavelmente esse novo contexto. A *virada contra a adesão à UE* nas pesquisas de opinião pública recentes já reflete essa nova realidade.<sup>37</sup>

Deixando provisoriamente de lado as diferenças entre ambos os jornais, fica claro que tanto o *The Daily Telegraph* quanto o *The Guardian* apontaram a circulação de temas comuns relacionados ao Brexit. A difusão de questões e preocupações similares em jornais de orientação política e ideológica distinta pode fornecer pistas sobre o “clima político” a partir do qual o Brexit se tornou possível. Nesse caso, observamos a publicação de uma série de reportagens e de notícias relacionadas aos temas da imigração, terrorismo e extremismo. É somente no jornal *The Daily Telegraph*, no entanto, que esses temas se misturam numa mesma publicação, com menções frequentes à situação dos chamados “imigrantes ilegais” no Reino Unido.

Por outro lado, mesmo no *The Guardian* não se pode dizer que havia uma cobertura positiva ou propositiva sobre a imigração, uma vez que o assunto havia se tornado, nas palavras do jornal, objeto de uma “grande ansiedade popular”. No dia 18 de dezembro, por exemplo, esse jornal noticiou uma divisão interna no *Labour* a respeito da imigração. Enquanto o líder do partido Jeremy Corbyn defendia a continuação do pagamento de benefícios aos imigrantes da União Europeia, os quais David Cameron pretendia congelar por quatro anos, segmentos

<sup>37</sup> THE GUARDIAN. The Guardian view on the EU summit: a chance to get it right on refugee policy (Editorial). *The Guardian* (on-line), 17 dez. 2015. Opinion: European Union. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/dec/16/the-guardian-view-on-the-eu-summit-a-chance-to-get-it-right-on-refugee-policy>. Acesso em: 13 fev. 2023. “*The UK’s concerns about a multi-speed Europe, and whether the rights of non-eurozone member states are adequately protected within the union’s workings, remains an important issue for the committed on both sides but they are not, perhaps shortsightedly, a big popular anxiety. [...] The referendum campaign, when it finally gets into gear, will inevitably reflect this new context. The shift against EU membership in recent polls may already do so.*”

importantes do *Labour* — entre eles, Andy Burnham — eram favoráveis ao banimento desses benefícios durante dois anos.<sup>38</sup>

Entretanto, é com a edição do *The Daily Telegraph* do dia 18 dezembro que gostaríamos de começar a construir a imagem de “início” do Brexit. Nessa data, o jornal conservador trouxe duas publicações que pareceram se combinar para a defesa do voto no *Leave*: a ideia de excepcionalismo britânico, defendida pelo jornalista Nelson Fraser, e a perspectiva da UE como um “buraco negro para a soberania nacional” do Reino Unido, na argumentação do consultor de negócios Gregory Shenkman. No comentário a seguir, Nelson Fraser apresenta o Reino Unido como um país que não possuiria “nenhuma crise de identidade para resolver”, uma nação com um espírito comercial e que, diferentemente de 1975, agora prospera economicamente:

Margaret Thatcher costumava dizer que a lógica para a União Europeia poderia ser resumida em uma frase: “Os franceses estão apavorados com os alemães - e os alemães também”. A isso se pode acrescentar os poloneses, desconfiados dos russos. E os gregos, aterrorizados com a memória do regime militar. Mas o Reino Unido sempre teve muito menos a temer. Não temos uma história difícil da qual gostaríamos de recuar, nenhuma crise de identidade a resolver. Gostamos de manter relações comerciais, e o referendo de 1975 foi uma decisão sobre se devíamos permanecer no mercado comum europeu. Na época, o Reino Unido vivia uma crise econômica - uma posição lamentável em relação às economias industrializadas ressurgentes da Itália e da Alemanha. Votamos em favor de nos associarmos a uma unidade econômica comprovadamente mais forte. Agora, o Reino Unido é mais uma vez uma exceção - mas desta vez, em sucesso econômico.<sup>39</sup>

No trecho anterior, há um grande espaço separando a identidade britânica e a identidade dos demais países europeus. O Reino Unido é apresentado como um país destemido, que saiu vitorioso dos grandes conflitos da história e que desenvolveu um *ethos* pelas relações comerciais. Por outro lado, países como França, Alemanha

<sup>38</sup> WINTOUR, Patrick. Jeremy Corbyn says he opposes making EU migrants wait to receive benefits. *The Guardian* (on-line), 18 dez. 2015. Europe: Jeremy Corbyn. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2015/dec/17/jeremy-corbyn-says-he-opposes-making-eu-migrants-wait-to-receive-benefits>. Acesso em: 13 fev. 2023.

<sup>39</sup> FRASER, Nelson. George Osborne will campaign to stay in the EU – his future depends on it. *The Daily Telegraph*, London, n. 49.942, 18 dez. 2015. Comment, p. 24. “Margaret Thatcher used to say that the logic for the European Union could be summed up in a sentence: ‘The French are terrified of the Germans – and so are the Germans.’ To that you can add the Poles, wary about the Russians. And the Greeks, terrified of the memory of military rule. But Britain has always had far less to fear. We have no tortured history to recoil from, no identity crisis to resolve. We like to trade and the 1975 referendum was about whether to stay in a European Common Market. At the time, Britain was the economic basket case – a pitiful sight next to the resurgent industrialised economies of Italy and Germany. We voted to plug ourselves in to a demonstrably stronger economic unit. Now, Britain is an outlier once again – but this time, in economic success.”

e Polônia estariam no grupo dos Estados que teriam problemas históricos graves a serem resolvidos, um passado do qual gostariam de “recuar”, possivelmente numa referência ao passado nazifascista na Europa. Sobre esse último aspecto, a jornalista francesa Natalie Nougayrède também endossou o excepcionalismo britânico no *The Guardian*, estabelecendo uma comparação entre o Reino Unido, de um lado, e a França e a Alemanha, de outro. Em uma coluna de opinião, publicada na edição do dia 25 de julho de 2016, Nougayrède também fez analogia ao passado da ocupação fascista para justificar que o Reino Unido seria um país “especial” na Europa:

É verdade que o Reino Unido é um *caso especial* na Europa. Ele se juntou tardiamente e apenas por motivos econômicos. Ele teve todos os tipos de *isenções*. Durante vários anos, conquistou um *status especial* de forma diversas. Essa foi uma consequência do passado da Europa, e não apenas da identidade britânica, da política doméstica ou mesmo do ambiente midiático. Diferentemente da França e da Alemanha no pós-guerra, o Reino Unido - como reconheceu em suas memórias Jean Monnet, o pai da UE - “*não sentiu a necessidade de exorcizar a história*”.<sup>40</sup>

Diferentemente de Nelson Fraser, porém, Nougayrède parecia não compartilhar o mesmo entusiasmo pela defesa do Brexit. Seu texto, publicado após o referendo dia 23 de junho, revelava o intuito de apenas constatar que o resultado da votação não surpreendia. A essa diferença ontológica de não precisar “exorcizar a história”, Fraser acrescentou, ainda em seu texto no *The Daily Telegraph*, uma diferença temporal. O referendo de 1975 teria sido uma decisão sobre o “mercado comum europeu”, e a escolha pela união só se justificava em função da crise econômica do Reino Unido naquele contexto. Desta vez, não haveria crise, mas “sucesso econômico”. O país, portanto, não deve temer o Brexit.

Entretanto, parecia insuficiente argumentar que o Reino Unido não *precisa* fazer parte da UE, seja por ser concebido como diferente ou autossuficiente. Era necessário, ainda, demonstrar como o país *perde* dentro do bloco europeu. Em muitos discursos do referendo, esse objeto subtraído do Reino Unido parecia estar

<sup>40</sup> NOUGAYRÈDE, Natalie. Brexit is a wake-up call: save Europe. *The Guardian* (on-line), 25 jun. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/25/brexit-vote-wake-up-call-save-europe>. Acesso em: 13 fev. 2023. “*It’s true that Britain is a special case in Europe. It joined belatedly, and purely for economic reasons. It has had all sorts of opt-outs. For years it fought for and won special status for a specific status and it got it in diverse ways. This was a product of Europe’s past – not just of British identity or domestic politics, or even the media environment. Unlike post-war France and Germany, Britain – as Jean Monnet, the father of the EU, acknowledged in his memoirs – ‘felt no need to exorcise history’.*”

relacionado à ideia de perda da soberania nacional. Gregory Shenkman, um consultor de negócios que reside em Londres, publicou uma coluna de opinião no *The Daily Telegraph* defendendo a tese de que a saída da UE permitiria que o Reino Unido retomasse conexões com o *NAFTA*, a *Commonwealth* e o mundo anglo-saxão.<sup>41</sup>

As crises são exploradas pelos entusiastas da Europa para *sugar* poderes dos Estados-membros em direção ao acervo comunitário da União Europeia - um verdadeiro *buraco negro* para a soberania nacional. Entretanto, a UE se tornou grande e burocrática demais para exercer seus poderes de maneira eficaz ou mesmo honesta. [...] A incompetência no tratamento das relações com a Rússia e a crise dos imigrantes são apenas dois exemplos gritantes de ações desastradas recentes da UE. [...] Devemos deixar a UE, aderir à Associação Europeia de Comércio Livre e ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio e procurar nos aproximar da *Commonwealth* e do mundo anglo-saxão [*Anglosphere*].<sup>42</sup>

A metáfora da União Europeia como uma força que pudesse representar um “buraco negro para a soberania nacional” exige uma pausa para reflexão. Como teria sido possível que uma instituição da qual os britânicos decidiram voluntariamente fazer parte ser tomada, em uma conjuntura distinta, como um campo gravitacional capaz de sugar os poderes dos Estados-membros em direção ao seu “acervo comunitário”? Esse poder conferido à UE, se totalitário, ao menos estabelecia as fundações para o seu próprio colapso: a instituição se tornaria, nas palavras da Shenkman, “burocrática”, “ineficiente”, “desonesta” e “incompetente”. Por outro lado, Shenkman não se contentou com a opção de “isolamento esplêndido” sugerido por John Major e lembrada no *The Guardian*. Em vez disso, buscou redirecionar as energias intensificando outras conexões do Reino Unido com o mundo.

## 2.4 “Estado de limbo”

<sup>41</sup> Respectivamente: tratado de livre comércio entre Estados Unidos, México e Canadá, assinado em 1994; organização intergovernamental fundada em 1926 pelo Reino Unido e pelas ex-colônias britânicas; termo que se refere a Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

<sup>42</sup> SHENKMAN, Gregory. EU supporters can no longer conceal how dysfunctional it has become. *The Daily Telegraph*, London, n. 49.942, 18 dez. 2015. Letters to the Editor, p. 24. “Crises are exploited by eurozealots to suck powers from member states into the European Union’s acquis communautaire – a veritable black hole for national sovereignty. However, the EU has become too big and bureaucratic to exercise its powers in an effective or even honest manner. [...] Incompetence in the handling of relations with Russia and the migrant crisis are just two glaring examples of recent EU bungling. [...] We should leave the EU, join the European Free Trade Association and the North American Free Trade Agreement, and seek to rekindle closer relations with the Commonwealth and the Anglosphere.”

O último discurso de David Cameron na posição de primeiro-ministro do Reino Unido, no dia 13 de julho de 2016, marcou o “fim” da nossa linha do tempo do Brexit.<sup>43</sup> Após um mês do “estado de choque” e das incertezas trazidas pelo resultado do referendo, Cameron fez um pronunciamento de despedida na qual afirmou que havia assumido o governo do Reino Unido com o compromisso de “confrontar nossos problemas enquanto país e liderar as pessoas por meio de decisões difíceis, para que pudéssemos viver tempos melhores”.<sup>44</sup> Segundo Cameron, esses “tempos melhores” chegaram, e o indicador que ele usou para obter essa conclusão seria a própria situação econômica do Reino Unido: “não pode haver dúvida de que a nossa economia está imensamente mais forte”.<sup>45</sup> Na figura a seguir, a capa do *The Daily Telegraph* no dia 25 de junho de 2016 trouxe uma foto de Cameron e sua esposa durante o discurso em que este anunciou a renúncia do cargo de primeiro-ministro britânico, logo após o resultado da votação do dia 23 de junho:

---

<sup>43</sup> REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010-2016: David Cameron). **David Cameron's departing words as Prime Minister**. London, 13 jul. 2016. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/david-camerons-departing-words-as-prime-minister>. Acesso em: 29 jun. 2022.

<sup>44</sup> “*When I first stood here in Downing Street on that evening in May 2010, I said we would confront our problems as a country and lead people through difficult decisions, so that together we could reach better times.*”

<sup>45</sup> “*Above all it was about turning around the economy. And with the deficit cut by two-thirds, two and a half million more people in work and one million more businesses, there can be no doubt that our economy is immeasurably stronger.*”

Figura 3 - Renúncia de David Cameron

Saturday 25 June 2016 FINAL telegraph.co.uk No 50,104 £2.00

The best comment and analysis on the biggest vote in a generation

**EU REFERENDUM SPECIAL EDITION**

Allister Heath, William Hague, Allison Pearson, Fraser Nelson, Michael Deacon, Andrew Roberts, David Blair, Juliet Samuel, Bryony Gordon and Charles Moore

# The Daily Telegraph

NATIONAL NEWSPAPER OF THE YEAR

## EU BRIEFING

### ECONOMY

#### Pound bounces back from 30-year low

The Bank of England had to intervene to help the pound rally from a 30-year low following the referendum. The markets calmed after Mark Carney, the Bank Governor, said he was prepared to inject up to £250 billion into the economy. Mr Carney said he would take "all necessary steps" after the FTSE 100 fell by more than 8 per cent. European ministers said the rally was evidence that warnings of the effects of a Brexit were unfounded. Page 6

### LABOUR

#### Corbyn rebels move to unseat leader

Jeremy Corbyn could face a leadership contest within days after two Labour MPs submitted a motion of no confidence and scores more called on him to resign. Leading party figures demanded Mr Corbyn "do the honourable thing" and quit after he was accused of failing to do enough to convince voters in Labour's heartlands to choose Remain. The motion was submitted by Dame Margaret Hodge and seconded by Ann Coffey. Page 12

### SCOTLAND

#### Sturgeon eyes fresh bid to break up Britain

Nicola Sturgeon fired the starting gun on another Scottish independence referendum yesterday as she insisted a new vote on breaking up Britain was "highly likely". After England and Wales backed Brexit, the First Minister insisted that a second poll could now be held before the UK leaves Europe in late 2018. She added that it was "democratically unacceptable" for the Scots to be dragged out of the EU when the country had backed Remain. Page 14

### BRUSSELS

#### EU leaders demand quick start to exit talks

Britain must begin exit talks "as soon as possible", European Union leaders said yesterday, as they fought to prevent a contagion of referendums pulling apart the bloc. The UK is on course for a stand-off with Brussels after leaders said "orderly" talks must begin without delay, exerting pressure on the Government to trigger Article 50, the EU's exit clause. Page 8

### Letters

31

### Obituaries

39

### Business

41

### Weather

44

ISSN 0950-2688 25  
9 770307 123764

## I love this country and I feel honoured to have served it

Cameron's emotional departure  
Pages 2-3



Samantha Cameron could barely mask her pain and sadness as her husband, David, announced he would stand down as Prime Minister following the Brexit vote, saying he said he could no longer 'captain the ship'.

# Birth of a new Britain

### ◆ Shock vote to leave Europe pushes Prime Minister to resign

By Peter Dominiczak, Christopher Hope and Steven Swinford

BORIS JOHNSON and Michael Gove are preparing a "dream team" attempt to take control of the leadership of the Conservative Party in the wake of the most dramatic week in modern British political history.

David Cameron announced his resignation as Prime Minister yesterday morning after Britain voted to leave the European Union, sparking a political, economic and constitutional crisis.

Within hours of the surprise result, Mr Cameron made his statement in Downing Street, the Bank of England intervened in the financial markets to prevent a crash and the Scottish government threatened to hold another referendum on splitting from the rest of the United Kingdom.

In a statesmanlike address from the Vote Leave headquarters, Mr Johnson positioned himself as a prime minister in waiting by urging unity across the nation and speaking of the bright future that now awaits an outward-looking Britain. "I want to speak to the millions of people who did not vote for this outcome, especially young people who may feel that this decision in some way involves pulling up the drawbridge or any kind of isolationism. I think the very opposite is true."

"To those who may be anxious at home or abroad, this does not mean that the UK will be in any way less united, nor indeed does it mean that it will be any less European."

He added: "We cannot turn our backs on Europe. We are part of Europe. Our children and grandchildren will continue to have a wonderful future as Europeans, travelling to the continent, understanding the languages and cultures that make up our common European civilisation."

It is now expected that Mr Johnson will stand as leader, with Mr Gove, the

### ◆ Boris reaches out to Remain supporters with plea for unity

### ◆ Johnson and Gove prepare to head 'Brexit government'

made overtures towards Mr Johnson, sending an olive branch text message in the early hours yesterday following the shock victory by the Leave campaign.

It came on a day described as the most sensational in the recent history of British politics.

As the financial markets crashed to a 30-year low, Nicola Sturgeon, the Scottish First Minister, said a second independence referendum was "highly likely" and there were calls for a united Ireland after both Scotland and Northern Ireland voted to Remain against the prevailing national mood.

After a night of tension which saw the Brexit campaign score major victories across middle England and the north, it became clear shortly after dawn that Mr Cameron was going to resign.

At 8.15am he gave a speech in Downing Street, flanked by his wife Samantha, who appeared tearful as her husband said it was "in the national interest to have a period of stability and then the new leadership required".

Sources close to Mr Johnson say he was left "extremely upset" by Mr Cameron's resignation and "felt personally responsible" as he watched an emotional Mr Cameron tell the nation that he was no longer the right person to be "the captain that steers our country to its next destination".

While Mr Cameron called Mr Gove before making his resignation speech, he pointedly declined to make contact with Mr Johnson, only replying to a text message sent later in the morning by the former London mayor.

Within minutes of Mr Cameron saying that he wanted a new Tory leader in place by the beginning of October, there was speculation about his potential successor.

Although Mr Johnson is the clear front runner, moderates were last night

Continued on Page 3



Good evening. Aliens didn't land on earth and Elvis wasn't found alive, but everything else happened...

Justice Secretary, becoming the Chancellor in a 'Brexit Government', sources claimed.

George Osborne could work alongside the pair after it emerged that he

BOODLES  
1798



BOODLES.COM/BOSSON

Fonte: THE DAILY TELEGRAPH. London, 25 jun. 2016, n. 50.104, p. 1. Telegraph Media Group Limited.

Em seu discurso final no dia 13 de julho, o primeiro-ministro destacou o papel do seu mandato na redução do déficit público e na criação de vagas de emprego. Em especial, seu discurso foi dedicado às “famílias que trabalham duro”: “Penso nas *famílias que trabalham duro*, que estão pagando menos impostos e recebendo melhores salários em razão do reajuste do salário mínimo”.<sup>46</sup> Esse último trecho permite começar a visualizar a retórica em defesa dos trabalhadores que havia caracterizado o mandato de Cameron e que iria também marcar os governos posteriores de Theresa May e Boris Johnson. Isso não significou, contudo, que esses líderes deixaram de demarcar a importância na redução de impostos e o equilíbrio das contas públicas, bandeiras históricas da agenda do *Tory*. Em vez disso, a defesa das políticas de austeridade no Reino Unido permanecia intacta.

No discurso de Cameron, o Brexit foi apresentado como um momento no qual o Reino Unido teve de lidar com seus “problemas” e chegar a “decisões difíceis”. Essa necessidade de enfrentar as dificuldades é fundamental, pois se o Brexit diz respeito aos “*nossos problemas enquanto país*” (e aqui esses qualificadores são cruciais), isso amenizaria a escolha pessoal de Cameron ao propor a realização de um referendo, durante seu discurso em Bloomberg, e a possibilidade de a votação ter criado problemas que antes não existiam. Entretanto, Cameron buscou terminar sua intervenção de despedida com um tom otimista, anunciando o novo governo de Theresa May em alusão à Margareth Thatcher: “Estou encantado com o fato de que, pela segunda vez na história britânica, a nova primeira-ministra será uma mulher e, mais uma vez, uma conservadora”.<sup>47</sup> Cameron afirmou que a liderança de May seria “forte” e “estável”, desejando êxito à sua sucessora em renegociar “os melhores termos possíveis” para o Brexit. Em seus momentos finais, o primeiro-ministro estabeleceu um contraste entre o calor que teria caracterizado as discussões do referendo, de um lado, e o espírito britânico, de outro:

---

<sup>46</sup> “*I think of the hard-working families paying lower taxes and getting higher wages because of the first ever National Living Wage.*”

<sup>47</sup> “*I am delighted that for the second time in British history the new Prime Minister will be a woman, and once again, a Conservative.*”



[...] sim, nossa política está cheia de discussões e debates e pode ficar bastante acalorada, mas, não importa quão difíceis sejam as decisões, há uma grande sentimento de *fair play* britânico, um sentimento *discreto*, mas predominante, de que a maioria das pessoas deseja o bem de seu primeiro-ministro e quer que eles se mantenham e continuem com o trabalho.<sup>48</sup>

Entretanto, esse mesmo espírito “discreto” ainda teria de enfrentar os desafios deixados pelo resultado do Brexit. Sobre esse último aspecto, notamos uma conjuntura bastante distinta com a renúncia de Cameron, se comparada aos discursos mais inflamados de 2015. Embora temas como declínio econômico, intensificação do fluxo migratório e ameaças de terrorismo continuassem com destaque nas edições de ambos os jornais, o resultado da votação parece ter imposto neste segundo momento uma pergunta mais pragmática e existencial a respeito de qual seria o futuro do Reino Unido na UE. Foi assim que tanto o *The Daily Telegraph* quanto o *The Guardian* se concentraram no fim do mandato de Cameron e na nomeação de Theresa May como nova primeira-ministra britânica, frente aos desafios práticos e logísticos de implementação do Brexit.

Após o fracasso de Cameron na defesa da permanência do Reino Unido na União Europeia e a insurgência de parte significativa do *Labour* contra Jeremy Corbyn, havia uma expectativa mais otimista na imprensa de que May pudesse “unificar” o Reino Unido e fazer um bom mandato. Isso foi verificado não apenas no conservador *The Daily Telegraph*, mas também no rival *The Guardian*. Para desfazer essa aparente estranheza, é preciso retomar alguns detalhes daquela conjuntura que foi chamada pelo Presidente do Parlamento Europeu de um “estado de limbo”.

Theresa May pertencia a um grupo conhecido na imprensa como “*reluctant Remainers*”, no qual estava incluso Cameron, para se referir àqueles políticos que defenderam timidamente o voto para permanecer na UE, porque compartilhavam críticas importantes ao funcionamento da instituição. Logo de início, a nova primeira-ministra deu declarações de que não teria pressa em acionar o Artigo 50, cláusula que iniciaria o processo formal de rompimento das relações entre Reino Unido e UE. Essa sinalização foi vista como positiva tanto pelos que haviam votado pela permanência quanto por empresários que expressaram

<sup>48</sup> “But one of the things that sustains you in this job is the sense that, yes, our politics is full of argument and debate, and it can get quite heated, but no matter how difficult the decisions are, there is a great sense of British fair play, a quiet but prevailing sense that most people wish their Prime Minister well and want them to stick at it and get on with the job.”

preocupação com as incertezas trazidas pelo voto, sobretudo do ponto de vista econômico. É possível especular que o *The Guardian* avaliasse que essa nomeação fosse preferível à nomeação de um eurocético radical para o cargo, e que seria melhor que a economia britânica conseguisse reduzir os danos do Brexit.

Em sintonia com o discurso de despedida de Cameron, o *The Daily Telegraph* iniciou a edição de 12 de julho de 2016 com um tom mais otimista, mas logo deixou claro que o voto de May havia sido derrotado pelos britânicos e exigiu que a nova primeira-ministra delegasse funções e montasse um gabinete de forma a refletir a sinalização do eleitorado — isto é, em benefício do *Leave*, dos mais eurocéticos e dos mais radicais. Não deixa de ser curiosa a posição de May no sentido de ter de implementar o Brexit num momento em que os principais proponentes do referendo, como Nigel Farage, haviam liquidado suas chances de sentar à cadeira de primeiro-ministro, deixando no lugar um vácuo de poder a ser ocupado por uma “*reluctant Remainer*”, no lugar de o cargo ser ocupado por um representante da opção preferida pela maioria dos britânicos. Nesse mesmo dia, o jornal conservador trouxe como foto de capa uma May sorridente, acompanhada do marido, com a promessa de entregar o “melhor acordo” com a UE para o Reino Unido:

Figura 4 - Nomeação de Theresa May



Naquela data, o jornal publicou o famoso primeiro discurso de May como primeira-ministra. May seguiu o tom de Cameron e prometeu uma “liderança forte”, prometendo “negociar o melhor acordo para o Reino Unido” e “unir o país”. Além disso, a nova primeira-ministra lançou uma expressão que se tornou icônica do momento do Brexit:

Durante esta campanha, eu defendi três coisas – primeiro, a necessidade de uma liderança forte e comprovada para nos guiar durante esse momento difícil de incertezas econômicas e políticas. A necessidade, é claro, de negociar o melhor acordo para o Reino Unido ao deixar a UE e forjar um novo papel para nós mesmos no mundo. *O Brexit quer dizer Brexit* e nós vamos fazer dele um sucesso. Em segundo lugar, precisamos unir nosso país e, em terceiro lugar, precisamos de uma nova e forte visão positiva para o futuro do nosso país. Uma visão de um país que funcione não apenas para os poucos privilegiados, mas que funcione para cada um de nós. Porque vamos dar às pessoas mais controle sobre suas vidas.<sup>49</sup>

O fato de May ter declarado que “o Brexit quer dizer Brexit” foi considerado significativo por uma série de razões. Primeiramente, por confirmar a perspectiva de Cameron de que o referendo representaria um “momento difícil de incertezas econômicas e políticas”. Mas May dá um passo além na definição do que se tornaria o Brexit, para além da incerteza sobre o que ele significa. Embora seu discurso tenha sido tomado como uma ilustração máxima da falta de um plano prévio para o Brexit, de certo modo explicitando o amadorismo e até uma atitude inconsequente por parte dos *Leavers* (sobretudo do próprio Partido Conservador), acreditamos que esse aspecto aparentemente evasivo do discurso deve ser entendido não como uma falta de sentido ou um esvaziamento de conteúdo, mas como a *hiperabundância de significado* nos discursos do Brexit. Por meio de um jogo de temporalidades, May fez com que a vitória no referendo não fosse confirmada pelo próprio resultado da votação, mas sim, que ficasse adiada para o futuro. O presente, por sua vez, é descrito como um “momento difícil de incertezas econômicas e políticas”. Entretanto, seria simultaneamente uma ocasião para “forjar um novo papel para nós

<sup>49</sup> SWINFORD, Steven; HOPE, Christopher. 'Brexit means Brexit, and we'll make success of it'. **The Daily Telegraph**, London, n. 50.118, 12 jul. 2016. New Prime Minister Theresa May's ascent, p. 2. “During this campaign my case has been based on three things – first, the need for strong, proven leadership to steer us through what will be difficult and uncertain economic and political times. The need, of course, to negotiate the best deal for Britain in leaving the EU and to forge a new role for ourselves in the world. Brexit means Brexit and we're going to make a success of it. Second, we need to unite our country and, third, we need a strong new positive vision for the future of our country. A vision of a country that works not just for the privileged few, but that works for every one of us. Because we are going to give people more control over their lives.”

mesmos no mundo”, em que se coloca em questão a construção do futuro do país em interação direta com o que aconteceria “fora” do Reino Unido.

Se há, de fato, alguma tautologia na afirmação de que “o Brexit quer dizer Brexit”, não vemos nisso uma ausência de significado, mas sim uma possível sinalização das múltiplas possibilidades de sentido que o Brexit poderia assumir. Em outras palavras, o Brexit foi tomado por May como um *significante vazio*, permitindo infinitos deslizamentos de sentido sem que um deles houvesse se fixado ou se se tornasse hegemônico, representando outra vez a complexificação dos espaços políticos durante o Brexit.<sup>50</sup> Afinal, May deixou claro que o país ainda precisava ser “unido”, apesar das contradições que lhes são próprias. Essa imagem contrasta com o relato que havíamos apresentado de Gregory Shenkman, segundo o qual o Reino Unido não teria “nenhuma crise de identidade a resolver”. Em outras palavras, May conseguiu fazer com o que o Brexit pudesse funcionar exatamente como um *signo linguístico*, tal como analisado por Saussure: por meio desse artifício, o Brexit passou de uma só vez a poder dizer tudo, apesar da impossibilidade inerente de fazê-lo pelo excesso de suas contradições internas. Questão que não é só linguística, mas também psíquica, política e social.<sup>51</sup>

Por outro lado, o trecho “um país que funcione não apenas para os poucos privilegiados, mas que funcione para cada um de nós” foi compreendido com um sentido um pouco mais nítido. De certo modo, May parece ter buscado dar continuidade à política de Cameron de reformar ou modernizar o Partido Conservador. Em ambos os mandatos, isso se deu com uma retórica em defesa da

<sup>50</sup> Há um complicado trabalho teórico que foi desenvolvido em torno da noção de significantes vazios, flutuantes ou deslizantes. Em particular, o conceito se desenvolveu como uma conversa entre Lévi-Strauss e o antropólogo francês Marcel Mauss (MAUSS, 2003; JAKOBSON; LOTZ, 1949). No prefácio para a edição francesa do *Sociologia e antropologia* de Marcel Mauss, Lévi-Strauss se debruçou sobre a noção de *mana* desenvolvida por Mauss, uma palavra polinésia que se refere à honra, à magia, à autoridade e ao prestígio. Para Lévi-Strauss, a estrutura do Ensaio de Mauss é inteiramente baseada na noção de *mana*, cuja função seria “*representar um valor indeterminado de significação, em si mesmo vazio de sentido e portanto suscetível de receber qualquer sentido, cuja única função é preencher uma distância entre o significante e o significado*” (MAUSS, 2003, p. 39). Assim, Lévi-Strauss afirmou que o *mana* é um *significante flutuante*, marcado pelo “excedente de significação”, isto é, pela “superabundância do significante em relação aos significados” (MAUSS, 2003, p. 43). Ao trazer essa discussão para a análise do referendo, argumentamos que Theresa May marcou o funcionamento do Brexit como “*mana*” ou como um significante deslizante, de modo que pudesse assumir múltiplos e infinitos sentidos, ou seja, atuando do lado da complexificação dos discursos do referendo. Para investigações posteriores da noção de significantes flutuantes, cf. Hall, 1988, 2017; Laclau, 2005; Laclau; Mouffe, 1985.

<sup>51</sup> No livro *Lógica do Sentido*, Gilles Deleuze brilhantemente adicionou às expressões *mana*, *machin*, *truc* e *oopmh* de Mauss o *ça* (inconsciente) de Freud (DELEUZE, 1974, p. 52). Na mesma direção, queremos destacar os componentes psíquicos e afetivos nas discussões do Brexit.

classe trabalhadora — o que, para segmentos mais à esquerda, significava ocupar espaços antes preenchidos pelo *Labour*. No dia 12 de julho, o jornal *The Guardian* afirmou que a posição de May representava uma “uma visão que colocou os pés do seu partido nos gramados trabalhistas”.<sup>52</sup> Entretanto, parece haver uma omissão significativa nos relatos do *The Guardian* que buscaram descrever a postura dos líderes conservadores meramente por meio de expressões como “conservadorismo operário” [“*blue-collar conservatism*”], “deixados para trás” [“*left-behind*”] ou política de uma nação [“*one-nation policy*”].<sup>53</sup>

Isso porque Cameron e May não somente direcionavam o discurso à classe trabalhadora, como também se posicionaram por meio de visões relativamente progressistas em relação a raça, gênero e orientação sexual (embora mantendo uma perspectiva hostil em relação à imigração). Mais especificamente, Cameron se notabilizou pela defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo, enquanto May montou um gabinete dando mais protagonismo a mulheres, inclusive nas posições de liderança. Assim, o reformismo do *Tory* transbordou a adoção de uma retórica pró-trabalhador ou meramente a favor dos marginalizados economicamente: envolveu, também, a defesa de algumas minorias (em termos de raça, gênero e orientação sexual), e, paradoxalmente, a hostilidade aos imigrantes.<sup>54</sup>

<sup>52</sup> ASHTANA, Anushka; MASON, Rowena; ELGOT, Jessica. Theresa May to become new PM after Tory rival Leadsom withdraws. **The Guardian** (on-line), 12 jul. 2016. UK politics: Theresa May. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jul/11/cameron-announces-he-will-step-down-after-pmqs-on-wednesday>. Acesso em: 13 fev. 2023. “*May had laid out a vision that placed his party’s tanks on Labour lawns.*”

<sup>53</sup> Os trabalhadores *blue-collar* ou “colarinho azul” se contrapõem aos trabalhadores *white collar* (“colarinho branco”, isto é, funcionários executivos ou administrativos) e desenvolvem atividades que envolvem a força física, em geral nas fábricas. Por sua vez, os britânicos que teriam sido “deixado para trás” (*left-behind*) pertencem ao grupo que teria sido marginalizado do ponto de vista socioeconômico pelas elites políticas e culturais e que não se sente mais representado por estas (cf. CLARKE; GOODWIN; WHITELEY, 2017). Por último, a política de uma nação (*one-nation policy*) se refere à tradição conservadora de reformas sociais em defesa da classe trabalhadora e de harmonia nas relações industriais. Essa ideologia é creditada a Benjamin Disraeli, porta-voz conservador que se tornou primeiro-ministro britânico no ano de 1968 (WALSHA, 2003).

<sup>54</sup> Essa combinação incomum por parte dos líderes conservadores conjugando a defesa de políticas de austeridade com posicionamentos mais favoráveis a minorias parece ecoar uma tese recente da filósofa americana Nancy Fraser a respeito do fenômeno que chamou de “neoliberalismo progressista” (FRASER, 2019). No livro *The Old Is Dying and the New Cannot Be Born: From Progressive Neoliberalism to Trump and Beyond*, Fraser identificou a construção de uma nova hegemonia nos Estados Unidos composta pelas vertentes liberais dos chamados “novos movimentos sociais” (feminismo, LGBTQIA+, antirracismo etc.) e pelo setor financeiro da economia americana (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood). Essa mesma aliança pode ter impulsionado a chamada “modernização” do Partido Conservador que se iniciou em 2010. Entretanto, as fontes primárias do Brexit acrescentam a essa explicação de Fraser os limites da política de reconhecimento da nova hegemonia do neoliberalismo progressista em relação ao problema da imigração.

Talvez seja necessário aprofundar um pouco mais na análise do que seria essa retórica favorável aos trabalhadores adotada por David Cameron e Theresa May. Os jornalistas Christopher Hope e Steven Swinford trouxeram, no *The Daily Telegraph* desse mesmo dia 12 de julho, um discurso em que Theresa May propôs um “tipo diferente de conservadorismo”. Nesse discurso, May defendeu a ideia de que os *Tories* não buscam somente os valores individuais, como também os comunitários. Em um contexto de insatisfação com a chamada “classe política”, com o *establishment* econômico e intelectual e com as instituições britânicas, parecia importante demarcar a possibilidade e a importância de dar voz ao cidadão comum, participando da vida de uma grande nação. Foi assim que May afirmou que, no seu mandato, “o país inteiro tem uma participação”:

Este é um tipo diferente de Conservadorismo [...]. Porque nós não acreditamos apenas nos mercados, mas nas *comunidades*. Nós não acreditamos apenas no individualismo, mas na *sociedade*. Não odiamos o Estado, valorizamos o papel que só o *Estado* pode desempenhar. [...] Os trabalhadores têm uma participação, as comunidades locais têm uma participação, e muitas vezes *o país inteiro tem uma participação*.<sup>55</sup>

Apesar dos esforços de May no sentido de forjar uma aproximação com o eleitorado, tanto o *Labour* quanto o *Tory* enfrentaram uma crise imediata após o resultado do referendo do dia 23 de junho. Esse foi o entendimento que apareceu em ambos os jornais, tanto no dia 12 quanto no dia 13 de julho de 2016. Em relação aos *Tories*, a despeito da vitória expressiva dos conservadores nas eleições gerais de 2010, o mandato de David Cameron foi marcado pelo seu fracasso em tentar convencer o eleitorado a votar em favor da permanência do Reino Unido na UE e pelo esvaziamento de suas condições de governabilidade após o resultado da votação, isso para não mencionar o racha interno no partido a respeito de qual posição tomar no referendo. Por sua vez, a votação também prejudicou a avaliação de Jeremy Corbyn como líder trabalhista. Não apenas sua posição em favor do *Remain* teria sido tímida e ambígua, como também houve uma insurgência dentro do seu partido no sentido de destituí-lo da liderança. Além disso, assim como ocorreu no *Tory*, o Brexit também provocou rachas no Partido Trabalhista,

<sup>55</sup> SWINFORD, Steven; HOPE, Christopher. May attacks Osborne and Cameron for lack of ‘deep economic reform’. **The Daily Telegraph**, London, n. 50.118, 12 jul 2016. New Prime Minister Top team, p. 13. “*This is a different kind of Conservatism [...]. Because we don’t just believe in markets, but in communities. We don’t just believe in individualism, but in society. We don’t hate the state, we value the role that only the state can play. [...] Workers have a stake, local communities have a stake, and often the whole country has a stake.*”



sobretudo no que diz respeito ao pagamento de benefícios aos imigrantes da União Europeia.

Em certo sentido, é possível dizer que o *The Daily Telegraph* se dedica com profundidade ao que acontece com os *Tories*, trazendo informações detalhadas, bastidores e até recados sobre as decisões que acontecem dentro do partido. Por sua vez, o *The Guardian* parece ter o mesmo comportamento em relação ao *Labour*. Mais especificamente, enquanto o *Telegraph* tratou em minúcias de definir como deveria ser a composição ministerial de Theresa May, o *The Guardian* se preocupou em discutir, em um editorial, a “perda de contato com o povo” do *Labour* e, no dia seguinte, a “crise profunda” que o partido enfrentava após o referendo:

As derrotas eleitorais consecutivas indicam um mal-estar mais profundo, *um partido que perdeu o contato com o povo* que deveria representar e permitiu que as estruturas que outrora proporcionavam comunicação e propósito se esvaíssem.<sup>56</sup>

O Partido Trabalhista está envolvido em uma *crise profunda* desde o resultado do referendo do mês passado, com muitas renúncias de membros da equipe de liderança e um voto de desconfiança em que 80% dos deputados de Corbyn se recusaram a apoiá-lo. No entanto, ele se recusou repetidamente a deixar o cargo, enfatizando o seu mandato das bases do partido.<sup>57</sup>

Entretanto, o que parece ter figurado omissos em ambos os casos, mas é possível inferir pelos seus “rastros” e vestígios, é a atuação do partido de extrema-direita *United Kingdom Independence Party (UKIP)* no Brexit, mesmo que atuando “às margens”. Embora tenha sido frequente a publicação de matérias sobre imigração e terrorismo, pouca atenção foi dada na imprensa ao enquadramento desses assuntos pelo partido hostil à imigração, o qual estava em ascensão eleitoral e, certamente, influenciava o campo possível de atuação do próprio *Labour* e dos

<sup>56</sup> THE GUARDIAN. The Guardian view on the Labour leadership: a challenge is just the start (Editorial). *The Guardian* (on-line), 12 jul. 2016. Opinion: Labour party leadership. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jul/11/the-guardian-view-on-the-labour-leadership-a-challenge-is-just-the-start>. Acesso em: 13 fev. 2023. “Consecutive election defeats indicate a deeper malaise, a party that has lost touch with the people it was set up to represent and allowed the structures that once provided communication and purpose to wither away.”

<sup>57</sup> STEWART, Heather; SYAL, Rajeev; QUINN, Ben. Labour executive rules Jeremy Corbyn must be on leadership ballot. *The Guardian* (on-line), 12 jul. 2016. UK politics: Labour party leadership. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jul/12/jeremy-corbyn-must-be-on-labour-leadership-ballot-paper-party-rules-nec>. Acesso em: 13 fev. 2023. “Labour has been embroiled in a deep crisis since last month’s referendum result, with scores of frontbench resignations and a vote of no confidence in which 80% of Corbyn’s MPs refused to back him. But he has repeatedly refused to step aside, stressing his mandate from the party’s grassroots.”



*Tories*. Não se tratava de um exterior absoluto; no máximo, tratava-se do *exterior constitutivo* do sistema geral da ação política.<sup>58</sup>

A crise nos partidos tradicionais também esteve relacionada ao que foi chamado de um “estado de limbo” pelo Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, em uma coluna de opinião do *The Guardian*. Essa imagem marcou o “fim” da linha de tempo do Brexit. Na edição do dia 12 de junho, Schulz avaliou as renegociações entre Reino Unido e a União Europeia. Citamos a seguir um trecho de sua coluna de opinião para entender como esse “estado de limbo” pode ser construído após a votação do dia 23 de junho:

A votação foi claramente apresentada por David Cameron e outras pessoas como uma votação que decidiria a questão da UE de uma vez por todas. O resultado está aí, e não há botão de ‘desfazer’ para apagá-lo. [...] Será necessária alguma pausa para reflexão, tanto para permitir que o cenário político britânico se equilibre quanto para permitir que os defensores do *Leave* que lamentavelmente não tinham planos para a saída apresentem uma estratégia para seguir em frente. No entanto, essa pausa deve ser curta. A UE tem questões cruciais a tratar, e um *estado de limbo* torna isso difícil. O Reino Unido, entretanto, precisa reunir seu povo e proporcionar certeza econômica, o que é quase impossível se o *limbo* persistir.<sup>59</sup>

No trecho acima, Schulz entendeu que o Brexit foi um problema construído por David Cameron e aqueles que optaram por colocar a discussão sobre a Europa em um referendo “dentro/fora”. Seu raciocínio foi que o resultado da votação deveria ser respeitado, não sendo papel da União Europeia impedir a implementação do *Leave*. Esse apontamento era importante num momento em que advogados escreviam cartas aos jornais pedindo para que o Brexit não fosse implementado, pois não havia obrigação na legislação do Reino Unido para que os resultados dos referendos fossem efetivamente cumpridos. Além da defesa de que se respeitasse a decisão do eleitorado, Schulz tentou decidir qual deveria ser a

<sup>58</sup> É preciso, segundo Derrida em *Gramatologia*, “dar a pensar a potência de exterioridade como constitutiva da interioridade” (DERRIDA, 1973, p. 383).

<sup>59</sup> SCHULZ, Martin. The EU must not treat the UK as a deserter – we can negotiate without rancour. *The Guardian* (on-line), 12 jul. 2016. Opinion: UK News. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jul/12/brexit-eu-uk-negotiate-without-rancour>. Acesso em: 24 ago. 2022. “The vote was clearly painted by David Cameron and others as being one that would decide the issue of the EU once and for all. The result is there, and no ‘undo’ button is available to erase it. [...] Some pause for reflection will be necessary, both to allow Britain’s political landscape to settle and to allow the shamefully plan-less leave campaigners to come up with a strategy to go forwards. However, this time out must be short. The EU has crucial issues to address, and a state of limbo makes this difficult. The UK, meanwhile, needs to reunite its people and provide economic certainty, both of which are next to impossible if limbo persists.”

temporalidade do Brexit. O Presidente do Parlamento Europeu reconheceu que não seria possível haver uma implementação imediata do resultado — afinal, não havia sequer um plano definido —, mas que isso deveria acontecer “logo”, pois a situação atual consiste num sombrio “estado de limbo” que não pode perdurar. Esse “estado de limbo”, segundo Schulz, impediu que a União Europeia lidasse com “questões cruciais”, de um lado, e que o Reino Unido tivesse “certeza econômica”, de outro.

No momento que se seguiu ao resultado, mas em que ainda não havia um acordo formal, uma série de questões exigia resposta dos políticos britânicos e da UE. Qual seria o status da relação entre Reino Unido e União Europeia? O país estava dentro ou fora? Quais eram os direitos e as obrigações de ambas as partes no futuro? Como a economia poderia se anteciper aos novos arranjos? Em outras palavras, esse momento do indecível, diferentemente da imagem de recuperação de uma soberania nacional perdida da campanha, trouxe incertezas e uma situação de indefinição. Foi no contexto desse “limbo” que Schulz esboçou alguns dos princípios que, segundo ele, deveriam nortear as negociações futuras:

As conversas devem começar *sem rancores*. O Reino Unido não deve ser tratado como um desertor, mas como um *membro da família que ainda é amado, mas que decidiu ir em outra direção*. Não há intenção de buscar garantir que o Reino Unido receba um mau acordo, mas [...] a UE deve zelar pelos interesses de seus membros e manter seus princípios fundadores.<sup>60</sup>

Schulz oscila entre autorizar e desautorizar as emoções e afetividades do Brexit. O Reino Unido é definido como um “membro da família que ainda é *amado*, mas que decidiu ir em outra direção”. O rompimento sem ruptura do Reino Unido, essa nova tomada de caminho que seria capaz de manter o antigo vínculo com a comunidade europeia, tudo isso parecia *não caber nos termos “dentro/fora” do referendo*. Em vez disso, representam o lugar do *indecível*, no sentido derrideano do termo, que se desenhava nas fissuras do Brexit.<sup>61</sup> Esse desejo pela continuidade

<sup>60</sup> “Talks must then start without rancour. The UK should not be treated as a deserter but as a family member who is still loved but has decided to go in another direction. There is no intention to ensure that the UK receives a bad deal, [...] but [...] The EU [...] must look out for its members’ interests and uphold its founding principles.”

<sup>61</sup> No livro *Posições*, Derrida apresenta o indecível em oposição à dialética hegeliana: “unidades de simulacro, ‘falsas’ propriedades verbais, nominais ou semânticas, que não se deixam mais compreender na oposição filosófica (binária) e que, entretanto, habitam-na, opõe-lhe resistência, desorganizam-na, mas, *sem nunca* constituir um terceiro termo, sem nunca dar lugar a uma solução na forma da dialética especulativa.” (DERRIDA, 2001, p. 49-50, grifo do autor). Em outras palavras, o indecível se refere àquilo que não pode ser compreendido ou categorizado de forma clara ou definitiva.

do familiar e pela permanência, um desejo que se manifesta em meio à ruptura, foi uma construção sobretudo dos segmentos que defenderam o *Leave*. Foram estes que argumentaram que os laços com a Europa deveriam ser mantidos mesmo com o rompimento das relações institucionais. Todas essas contradições não se resumem a questões econômicas, como parecia crer David Cameron. Pertencem, também, à ordem dos afetos e emoções.

Schulz sentiu necessidade, em sua coluna de opinião do *The Guardian*, de alocar os pesos relativos de responsabilidade sobre o resultado do referendo. Afinal, mesmo David Cameron tendo formulado o referendo, esse fato não ameniza a preocupação com o que ficou conhecido como o “efeito contágio” após o Brexit, isto é, a preocupação de que outros países europeus sigam o mesmo caminho do Reino Unido e deixem a instituição. Vejamos como Schulz operou esse difícil equilíbrio de responsabilização:

A UE nunca mais será a mesma. Devemos aprender com o resultado do referendo, mas não devemos fazer uma interpretação exagerada. Durante décadas, os tabloides britânicos fizeram uma lavagem cerebral em massa e a força da campanha do *Leave* alimentou seus leitores com a intolerância aos estrangeiros. Nenhuma mudança na UE convencerá aqueles que foram vítimas dessas circunstâncias. Uma fogueira da UE não é, portanto, o caminho a seguir. No entanto, muitos dos que votaram no *Leave* o fizeram por terem sido deixados para trás [*left-behind*]. Eles querem voltar o tempo para uma época em que não eram marginalizados. Esse perfil é comum em toda a Europa e merece toda a nossa atenção. A UE não é a causa de sua marginalização, mas pode ser parte da solução.<sup>62</sup>

Segundo a versão de Schulz, a União Europeia faz um reconhecimento parcial das suas responsabilidades pelo Brexit. Embora não tenha iniciado o referendo, a instituição ainda poderia “aprender com o resultado”. A “causa” do Brexit — da qual, lembremos, a UE não faz parte, pois pertenceria ao campo da “solução” — é ambígua: simultaneamente legítima e ilegítima. A parte ilegítima diz respeito aos tabloides e à campanha do *Leave*, responsabilizados pela “lavagem cerebral em massa” e pela “intolerância aos estrangeiros”. Mas há, na outra ponta, a parte

<sup>62</sup> “The EU for its part can never be the same again. We must learn from the result of the referendum, while on the other hand not over-interpreting it. For decades the UK tabloids have performed mass brainwashing, and the leave campaign force-fed their readers with intolerance of foreigners. No change to the EU will convince those who have fallen victim to these factors. A bonfire of the EU is therefore not the way forwards. However, many who voted leave did so because they have been left behind. They want to turn the clock back to a time when they were not marginalised. This profile is common across Europe, and deserves our full attention. The EU is not the cause of their marginalisation, but it can be part of the solution.”

legítima: aqueles que foram “deixados para trás”, uma condição que poderia ser revista retornando o tempo a “uma época em que não eram marginalizados”. Desse modo, a União Europeia, mesmo não tendo relação direta com o referendo, pode ser reformulada *como um efeito do Brexit a fim de evitar a marginalização dos que foram deixados para trás*. Não fazendo parte do problema, pode agora compor a solução.

## 2.5 Conclusão

Nos limites do Brexit, isto é, nos dias 17 de dezembro de 2015 e 13 de julho de 2016, os partidos britânicos atuaram dentro, e não fora, do que chamamos de sistema geral da ação política. Como o todo é maior que a soma entre as partes, os partidos não existiram em lugares “próprios”: o que um partido dizia condicionava, mas não predeterminava exaustivamente, o que os demais podiam dizer. Foi assim que vimos o *Tory* adotar a retórica pró-trabalhadores e os posicionamentos em favor de minorias do *Labour*. Foi assim que vimos o *Labour* querer implementar o mesmo plano de David Cameron de congelar os benefícios aos imigrantes da União Europeia. Foi assim que vimos Theresa May, uma *Remainer*, assumir o posto de primeira-ministra imediatamente após a vitória do *Leave* ter sido confirmada. Quanto ao *UKIP*, que atuou às “margens” nas publicações da imprensa, retomamos Derrida para argumentar que o que é tomado como exterior ao “sistema político” não é uma anomalia ou acidente, não é mera contingência. Em vez disso, precisamos admitir que não há exterior absoluto: há, no máximo, “possibilidade positiva e a estrutura ‘interna’, sob um certo exterior” (DERRIDA, 1990, p. 24).

Com o seu discurso segundo o qual “o Brexit quer dizer Brexit”, no mês de julho de 2016, May identificou o funcionamento do Brexit como um signo linguístico. Há um excedente de significação no referendo, um “valor indeterminado de significação, em si mesmo vazio de sentido e, portanto, suscetível de receber qualquer sentido” (MAUSS, 2003, p. 39), levando a votação a lugares cada vez mais improváveis. O Brexit trouxe um conteúdo suplementar ao seu significado, que na verdade pode assumir qualquer valor. *O Brexit foi “mana”, o Brexit foi “isso”*.

Ao mesmo tempo, o referendo do dia 23 de junho impôs somente duas alternativas: *Leave* ou *Remain*. O boletim de votação não comportava o excedente de significação: “quero permanecer na UE, mas reformar a UE neoliberal” (Jeremy

Corbyn); “quero sair da UE, mas manter os laços com a Europa” (Boris Johnson); “quero permanecer na UE, mas romper com o livre movimento de pessoas” (David Cameron). Um corte radical impediu a junção entre significante e significado. Essa castração, que foi o próprio referendo, fez com que a enxurrada de fatos tivesse de ser filtrada no aparelho psíquico do eleitorado. Este teve de decidir o que passava ou não, o legítimo e o ilegítimo, o dentro e o fora. A despeito das contradições internas, apesar do indecível, o referendo do Brexit foi marcado pela significação.

Os limites do início e do fim desse evento não foram, como havíamos intuído, posições ou pontos. Foram, simultaneamente, limite, abertura e condição para que o referendo pudesse operar por meio do excesso e da falta. Resta saber o essencial: não os limites, mas a duração mesma desse intervalo, o entrelugar que foi constituído a partir da circulação de temas comuns.

### 3 Imigração, bem-estar social e segurança

A imigração não foi apenas a questão dominante — ela se tornou uma grande *máquina trituradora* por meio da qual outros debates foram fomentados.<sup>1</sup>

Eu estou lutando para que minha filhinha consiga uma vaga na escola primária. *São os estrangeiros, há estrangeiros demais.*<sup>2</sup>

[...] as pessoas querem mudanças. [...] Elas estão furiosas porque *as fronteiras de seu país estão abertas* não apenas a gênios com doutorado, enfermeiros, professores, encanadores, eletricitistas e outros que podem contribuir com o país, mas *a turistas do bem-estar, trombadinhas, estupradores e assassinos.*<sup>3</sup>

#### 3.1 Introdução

“Imigrantes ilegais”, “solicitações de seguridade social”, “preocupações de segurança”, “imigração descontrolada”, “risco de terroristas se apresentarem como migrantes”, “onda massiva de migração”, “crise de migração”, “preconceito contra imigrantes”, “a maior onda de migração em massa desde o fim da Segunda Guerra Mundial”. Essas foram algumas das expressões que apareceram nos jornais *The Daily Telegraph* e *The Guardian*, entre dezembro de 2015 e julho de 2016, para se referir à chegada de pessoas no Reino Unido. O objetivo deste capítulo é responder à seguinte pergunta: *como a extrema-direita e os partidos tradicionais dão sentido à imigração no contexto do Brexit?* Partindo da afirmação feita pelo documentarista

<sup>1</sup> OLUSOGA, David. ‘It was supposed to be a dialogue about free trade. It morphed into a national feud over immigration’. **The Observer** (on-line), 26 jun. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/26/dialogue-free-trade-morphed-into-feud-over-immigration>. Acesso em: 24 out. 2022. Excerto de coluna de opinião do documentarista e historiador David Olusoga no jornal *The Observer* (publicado aos domingos). Edição do dia 26 de junho de 2016. “*Immigration was not just the dominant issue — it became a great mincing machine through which other debates were fed.*”

<sup>2</sup> ASHTANA, Anushka. Immigration and the EU referendum: the angry, frustrated voice of the British public. **The Guardian** (on-line), 20 jun. 2016. UK politics: UK news. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2016/jun/20/seven-towns-one-story-referendum-voters-say-too-many-foreigners>. Acesso em: 24 out. 2022. Frase de uma moradora do noroeste da Inglaterra identificada apenas como Chantelle, apoiadora do *UK Independence Party (UKIP)*. Reportagem de Anushka Asthana no *The Guardian*, 20 de junho de 2016. “*I’m just fighting for my little girl to get a place at primary school. It’s all the foreigners, there are too many.*”

<sup>3</sup> HEFFER, Simon. The chance for our moment of greatness. **The Sunday Telegraph**, London, n. 2.871, 19 jun. 2016. Comment, p. 28. Comentário do jornalista e escritor Simon Heffer na edição do jornal *The Sunday Telegraph* (publicado aos domingos) de 19 de junho de 2016. “*In the real world, as some politicians have belatedly recognised, people want change. They dislike being told that the United Kingdom cannot run itself. They deplore doomsayers who have lost faith in their country. They are angry that their country’s borders are open not just to geniuses with PhDs, nurses, teachers, plumbers, electricians and others who can contribute to it, but to welfare tourists, pickpockets, rapists and murderers.*”

e historiador David Olusoga, no *The Observer* (jornal publicado aos domingos), segundo a qual “A imigração [...] se tornou uma grande máquina trituradora por meio da qual outros debates foram fomentados”, gostaríamos de identificar de que maneiras a questão da imigração criou aproximações e distanciamentos entre os diferentes partidos do sistema britânico no contexto do Brexit.

Como fontes primárias, selecionamos os discursos sobre a imigração que apareceram imprensa entre dezembro de 2015 e julho de 2016. Além disso, foram excepcionalmente analisadas as propostas sobre o tema apresentadas nos programas de governo dos partidos britânicos para as eleições gerais de 2010 e 2015 no Reino Unido.<sup>4</sup> Mais especificamente, selecionamos as propostas do Partido Trabalhista (*Labour*), do Partido Conservador (*Tory*) e do Partido para a Independência do Reino Unido (*UKIP*) — à esquerda, à direita, e à extrema-direita, respectivamente. Com o intuito de investigar a operação de semelhanças e diferenças entre esses diferentes atores, o capítulo foi dividido em três partes: (1) a construção da “imigração” como um problema no Brexit; (2) a associação discursiva entre imigração, salários, austeridade e acesso ao bem-estar social; (3) a associação discursiva entre imigração, segurança, terrorismo e criminalidade.

### 3.2 Construindo a “imigração” no Brexit

O chamado “euroceticismo”, isto é, a oposição ou desconfiança em relação à União Europeia (UE), seja esta última tomada como ideia ou instituição, tem uma longa história no Reino Unido (DOREY, 2017; GIFFORD, 2006; VASILOPOULOU, 2016). Antes da primeira década do século XXI, o euroceticismo britânico dizia respeito principalmente a aspectos constitucionais e monetários, sendo pouco orientado em torno das questões da imigração e de identidade (DENNISON; GEDDES, 2018). No seu famoso discurso em Bloomberg, no ano de 2013, David Cameron anunciou a decisão de levar adiante um referendo sobre a UE no Reino Unido sem mencionar a imigração uma única

<sup>4</sup> Os programas de governo para as eleições gerais de 2010 e 2015 estão inseridos no contexto do governo do primeiro-ministro conservador David Cameron, que propôs a realização do referendo e permaneceu no cargo de primeiro-ministro até o mês de julho de 2016. Sendo assim, optamos por analisar os programas das duas eleições mais próximas da conjuntura da votação, mesmo que o ano de 2010 não estivesse inicialmente previsto na delimitação da nossa linha do tempo do Brexit, uma vez que as eleições gerais acontecem a cada cinco anos no Reino Unido e consideramos necessário dispor de um parâmetro mais amplo para a comparação das transformações dos posicionamentos dos partidos em relação ao tema da imigração.

vez, concentrando-se, em vez disso, nos aspectos institucionais, nos problemas econômicos e no avanço do projeto político de integração, aos quais sinalizou a intenção de fazer oposição.<sup>5</sup> Entretanto, a ênfase do Brexit mudou de direção no contexto da chamada “crise dos refugiados” e da chegada de cidadãos da União Europeia, sobretudo os da Europa Oriental, para o Reino Unido. Esses dois eventos relacionados à movimentação de pessoas para o país culminaram com uma associação cada vez mais frequente entre o euroceticismo e a hostilidade à imigração. Mesmo assim, a relação entre ambos não se tornou automática. Havia eurocéticos que não se opunham ao livre movimento de pessoas — a exemplo do próprio líder do *Labour*, Jeremy Corbyn — na conjuntura mais próxima da votação.

A expressão “crise dos refugiados” faz referência à intensificação dos fluxos de refugiados para a Europa no ano de 2015, quando mais de um milhão de pessoas chegaram ao continente para solicitar asilo, um recorde desde a Segunda Guerra Mundial. Esse número foi quatro vezes superior ao registrado em 2014 e foi impulsionado sobretudo pelos acontecimentos da guerra civil na Síria. No caso do Reino Unido, os refugiados vinham principalmente da Síria, do Iraque e da Líbia. Já a chegada de cidadãos da União Europeia para o Reino Unido se intensificou com a vinda de cidadãos da Europa Oriental, sobretudo os da Romênia e da Bulgária, após a expansão da UE em 2004 e as dificuldades econômicas trazidas pela crise de 2008 e a crise do euro. Entretanto, a fim de evitar reproduzir acriticamente a ideia de que estamos tratando de um problema de “imigração” e de confirmar que havia uma “crise” objetiva no contexto do Brexit, é preciso redobrar a atenção em relação aos próprios termos do debate. Como notam James Dennison e Andrew Geddes (2018),

O termo geral ‘imigração’ tem um valor analítico limitado, pois esconde uma realidade muito mais complexa de motivos variados de migração (trabalhar, estudar, unir-se a membros da família ou buscar refúgio são os quatro tipos principais), características sociodemográficas dos migrantes, duração da estadia e também ambiguidades nas categorias e erros de especificação. (DENNISON; GEDDES, 2018, p. 1139).<sup>6</sup>

<sup>5</sup> REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010-2016: David Cameron). **EU speech at Bloomberg**. London, 23 jan. 2013. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/eu-speech-at-bloomberg>. Acesso em: 30 ago. 2022.

<sup>6</sup> “The broad-brush term ‘immigration’ has only limited analytical utility because it disguises a much more complex reality of varying motives for migration (to work, to study, to join with family members or to seek refuge being four key types), socio-demographic characteristics of migrants, durations of stay and also categorical ambiguities and misspecifications.”



Mais do que uma mera imprecisão analítica, Nando Sigona (2017) destaca que as categorias usadas para se referir àqueles que estão em movimento têm implicações legais e morais. Escrevendo sobre os enquadramentos problemáticos a respeito da chamada “crise dos refugiados”, Sigona identifica uma transição do momento inicial que chamou de “*refugee’s welcome*” — isto é, um discurso baseado nos direitos humanos e em noções de empatia — para “*migrants unwelcome*” — um discurso securitário e hostil à imigração. A partir dessa operação, Sigona observa que as causas que fizeram os refugiados abandonarem seus países de origem — como violência, perseguição política e violação de direitos humanos, entre outras — deram lugar a uma ênfase crescente nas supostas “irregularidades” dos seus percursos.

De fato, embora a imigração no Reino Unido estivesse passando por um crescimento expressivo em relação aos padrões históricos — passando da marca de 2,7 milhões de imigrantes entre os anos de 1975 e 1995 para 8,7 milhões entre 1995 e 2015 (OUTHWAITE, 2018, p. 96) —, a chegada de pessoas no contexto do Brexit pode ser mais apropriadamente descrita como um movimento de *refugiados*, de um lado, e a vinda de *cidadãos da União Europeia*, de outro, para o Reino Unido, e não exatamente de um movimento de “imigrantes”. Este último termo, em sentido técnico, deve ser reservado para se referir exclusivamente à “disposição de receber o status de residente permanente, ou melhor, de buscar a naturalização” (FAVELL; BARBULESCU, 2018, p. 120).<sup>7</sup> Como escreveu William Outhwaite (2018),

A “migração” neste contexto costumava ser entendida como uma imigração relativamente permanente, em vez de uma mobilidade a curto prazo ou sazonal de outros lugares da UE ou de outros países; o fracasso muitas vezes deliberado do *establishment* político britânico em fazer essa distinção foi muito significativo politicamente. (OUTHWAITE, 2018, p. 95).<sup>8</sup>

A relutância em fazer distinções cruciais sobre imigração pode ser parcialmente explicada pelas diferentes abordagens a respeito da política de imigração adotadas no Reino Unido. De acordo com James Dennison e Andrew Geddes (2018), a lei da União Europeia garante amplos direitos ao livre movimento

<sup>7</sup> “On this, a willingness to take permanent resident status or, better, to seek naturalisation would seem the obvious objective criteria in order to count someone as an ‘immigrant’.”

<sup>8</sup> “‘Migration’ in this context tended to be understood as relatively permanent immigration, rather than shorter-term or seasonal mobility from elsewhere in the EU or from elsewhere; the often deliberate failure by the UK political establishment to draw this distinction was politically very significant.”

de pessoas dentro dos Estados-membros do bloco — tanto direitos sociais quanto econômicos, em áreas como trabalho, estudo e aposentadoria —, enquanto a abordagem do Reino Unido para cidadãos de fora da União Europeia se baseava em uma “permissão”, isto é, envolvia a discriminação em razão de nacionalidade, qualificação e reagrupamento familiar. Os autores apontam que a política de migração do Reino Unido sempre buscou seguir um equilíbrio entre os “números” e a “integração”, e que o preceito do livre movimento de pessoas da União Europeia não se submetia a esse mesmo balanço. Com isso, a imigração se tornou uma questão cada vez mais relevante no país, inclusive do ponto de vista eleitoral, em razão da sua crescente importância econômica, da magnitude dos fluxos dos cidadãos da UE e do que Dennison e Geddes chamaram da “retórica populista” que a mobilizava.

Para Outhwaite, o discurso britânico contrário à imigração diz respeito tanto à hostilidade contra os pedidos de benefícios sociais quanto ao que chamou de “ressentimento” daqueles que estariam destituídos do acesso à habitação e aos serviços médicos. Foi assim que o que o autor chamou de uma “*percepção* a respeito de uma crise migratória” (OUTHWAITE, 2018, p. 93, grifo do autor)<sup>9</sup> — e não uma “crise de imigração”— passou a ser enquadrada sob as lentes não apenas da xenofobia e do conservadorismo social, mas também do cosmopolitismo. Em relação a esses diferentes aspectos em disputa no Reino Unido sobre a circulação de pessoas, muitas vezes incompatíveis entre si, Robert Ford, Will Jennings e Will Somerville (2015) identificaram “três regimes da política de imigração” no Reino Unido. Os autores observam que, após uma fase de controle restritivo (1982-1997) e uma segunda fase de “liberalização seletiva” (1997-2004), a imigração no Reino Unido passou a se caracterizar por uma abordagem “funcionalista” após 2004, marcada por um mercado de trabalho cada vez mais liberal e desregulamentado. Com isso, cresceram não apenas os fluxos migratórios como também a oposição à imigração.

L. D. Morris (2018) jogou luz a um aspecto central dessa oposição: o entrecruzamento discursivo entre a imigração e o bem-estar social doméstico. Mais especificamente, Morris destacou as “distinções econômicas e morais” criadas

<sup>9</sup> “*When the UK voted by a narrow majority in the June 2016 referendum in favor of leaving the European Union after over forty years of membership, this result was substantially due to a campaign which came to be focused on a perceived migration crisis over the previous years.*”

pelos discursos sobre imigração e bem-estar no mandato do conservador David Cameron, entre 2010 e 2016, um governo que se caracterizou por uma diferenciação entre “a injustiça, a extravagância e a dependência dos *beneficiários do bem-estar* (tanto dentro como fora do trabalho), em contraposição à austeridade, à responsabilidade e ao trabalho árduo dos *pagadores de impostos*” (MORRIS, 2018, p. 7).<sup>10</sup> Essa hierarquia entre ambos autorizou a criação de outro antagonismo: aquele entre os migrantes e o povo britânico. Enquanto os beneficiários foram inicialmente condenados pelo mesmo discurso de responsabilidade e austeridade de Cameron, sob o pretexto de redução do déficit público, posteriormente isso deu lugar a um discurso no qual esses mesmos beneficiários estariam sujeitos a um tratamento cada vez mais desigual em função da intensificação do fluxo migratório.

Para além das interpretações sobre o acesso aos benefícios sociais, Alyosxa Tudor (2022) propôs o conceito de migratismo [*migratism*] para se referir às “relações de poder que atribuem a migração a certas pessoas, construindo-as como migrantes e discriminando-as” (TUDOR, 2022, p. 1).<sup>11</sup> O termo busca dar conta das discriminações trazidas pelo Brexit que não podem ser explicadas totalmente pelos termos do “racismo” ou da “xenofobia”. Em vez disso, os discursos do referendo representam “uma complexa sobreposição de racismos, islamofobia, propaganda anti-imigração e chauvinismos nacionais” (TUDOR, 2022, p. 5).<sup>12</sup> Considerando a oposição à vinda dos cidadãos da Europa Oriental para o Reino Unido, Tudor sugere que essa atribuição de migração se relaciona com as experiências do colonialismo e do império britânicos. O racismo e o migratismo seriam fenômenos que se relacionam de forma complexa, e é importante que saibamos distinguir ambos para não negligenciar nem o papel da supremacia branca, por um lado, nem o papel da discriminação contra a migração de europeus orientais, por outro:

<sup>10</sup> “The lines of equivalence and difference are thus drawn to associate unfairness with profligacy, dependency, and welfare recipients (both in-work and out-of-work), as set against austerity, responsibility, and hardworking taxpayers.”

<sup>11</sup> “To make sense of the overlapping racist, anti-immigration and anti-EU rhetoric that marks the pre- and post-Brexit moment in the United Kingdom, this article introduces the concept of ‘migratism’ — a name for the power relation that ascribes migration to certain people, constructing them as migrants and discriminating against them.”

<sup>12</sup> “[...] we could analyse the Brexit situation as a complex overlap of racisms, Islamophobia, anti-immigration propaganda and national chauvinisms.”

O ‘migratismo’ [*‘migratism’*] atribui a migração (indesejada) a certas pessoas, sejam estas migrantes reais ou não. Assim, trata-se de uma discriminação que pode afetar negros e pardos, pessoas não brancas, muçulmanos - e, na Europa Ocidental, os brancos, caso eles sejam provenientes ou *percebidos como* provenientes da Europa Oriental ou da América Latina, o que significa exterior ao que é construído como o mundo ocidental. (TUDOR, 2022, grifo da pessoa autora).<sup>13</sup>

Após este breve percurso sobre as políticas de imigração no Reino Unido, fica claro que o debate britânico sobre imigração não se orienta somente por fatores objetivos ou dados estatísticos ligados à circulação de pessoas, mas dizia respeito também aos campos das percepções, das opiniões, dos afetos e das paixões. Como afirmou o jornalista e escritor Ian Birrel em uma coluna de opinião no jornal *The Sunday Telegraph*: “O maior impacto [do referendo] será *psicológico - sobre como nos percebemos como nação - e não material*”.<sup>14</sup> Nesse sentido, Outhwaite (2018) observa a importância diferenciar a existência de “um grande fluxo migratório”, o que se verificava empiricamente naquele momento no Reino Unido, sobretudo a partir do ano de 2015, e “a *percepção* de que isso significava uma crise e que poderia ser resolvida ao recuperar o ‘controle’ sobre a migração por meio da saída da UE” (OUTHWAITE, 2018, p. 93).<sup>15</sup>

Podemos começar a construir um panorama geral a respeito dos posicionamentos dos partidos em relação à imigração em uma conjuntura mais próxima da votação, ocorrida no dia 23 de junho, por meio de uma análise dos programas de governo do *Labour*, dos *Tories* e do *UKIP*, os três principais partidos britânicos durante o Brexit, para as eleições gerais de 2010 e 2015. De forma significativa, todos esses programas não apenas mencionavam a imigração, como também comunicavam o intuito de reduzi-la, embora de diferentes formas. Além disso, a imigração aparecia nesses manifestos relacionada às supostas “pressões” trazidas tanto para a manutenção dos serviços públicos, quanto à própria identidade e aos valores britânicos. Havia em comum uma preocupação com a criminalidade

<sup>13</sup> “‘Migratism’ ascribes (unwelcomed) migration to certain people, actual migrants or not. With this, it is a discrimination that can affect Black and Brown people, people of colour, Muslims - and in Western Europe, white people only if they are or are perceived as coming from Eastern Europe or Latin America, which means from outside what is constructed as the Western world.”

<sup>14</sup> BIRREL, Ian. Don’t expect the PM to play nice as he battles for his place in history. **The Sunday Telegraph**. London, n. 2.845, 17 fev. 2016. Comment, p. 16. “The biggest impact will then be psychological — on how we perceive ourselves as a nation — not material.”

<sup>15</sup> “This chapter suggests that, although there had indeed been a large migration flow, resulting in additional pressure on run-down public services in some parts of the UK, the perception that this was a crisis and that it could be resolved by recovering ‘control’ over migration through leaving the EU was a deliberately fostered delusion.”

e com a capacidade de deportar criminosos estrangeiros. Por último, verificou-se em todos esses programas uma distinção entre a imigração considerada “boa”, aquela favorável à economia, e a imigração considerada prejudicial e ameaçadora ao país, aquela que ameaçaria a integridade e a coesão da nação. Esses elementos comuns aproximavam os posicionamentos dos partidos britânicos em relação ao movimento de pessoas e mostravam as suas convergências.

Por outro lado, um jogo de diferenças também separava os posicionamentos desses mesmos partidos. Os *Tories* prometeram, para as eleições gerais de 2010, reduzir a imigração líquida — isto é, a imigração menos a emigração — para 100 mil pessoas e defenderam a integração desses imigrantes em direção aos valores britânicos e à comunidade local, inclusive por meio de um teste de proficiência de inglês.<sup>16</sup> Nas eleições seguintes, no ano de 2015, o Partido Conservador justificou a incapacidade de cumprir a promessa de 2010 alegando que havia “mais pessoas vindo da UE para o Reino Unido do que havia sido previsto”,<sup>17</sup> embora mantendo a mesma promessa inicial dos 100 mil. Os conservadores sugeriram, ainda, mudanças no acesso dos “migrantes” da UE aos benefícios sociais e uma contribuição mínima de quatro anos para poder solicitar créditos fiscais e benefícios às crianças.

Por sua vez, o programa de governo de 2010 do *Labour* tratou da imigração em uma seção curiosa, cujo título era “crime e imigração”.<sup>18</sup> O partido afirmou que o governo trabalhista havia sido exitoso em reduzir as solicitações de asilo e a migração interna líquida, reconhecendo a necessidade de preservar os “valores britânicos” e as pressões geradas pela imigração na habitação e nos serviços públicos. Os trabalhistas propuseram um sistema de imigração baseado em pontuação ou mérito no estilo australiano e sinalizaram a intenção de tornar os testes de proficiência de inglês mais difíceis. Em 2015, o programa do partido focou

<sup>16</sup> CONSERVATIVE PARTY. **The Conservative Party Manifesto 2010:** Invitation to Join the Government of Britain. Disponível em: [http://media.conservatives.s3.amazonaws.com/manifesto/cpmanifesto2010\\_lowres.pdf](http://media.conservatives.s3.amazonaws.com/manifesto/cpmanifesto2010_lowres.pdf). Acesso em: 27 out. 2022.

<sup>17</sup> CONSERVATIVE PARTY. **The Conservative Party Manifesto 2015:** Strong Leadership, a Clear Economic Plan, a Brighter, More Secure Future. Disponível em: <https://www.theresavilliers.co.uk/sites/www.theresavilliers.co.uk/files/conservativemanifesto2015.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022. “We have seen many more people from the EU coming to Britain than originally anticipated, principally because our economy has been growing so much more rapidly and creating more jobs than other EU countries.”

<sup>18</sup> LABOUR PARTY. **The Labour Party Manifesto 2010:** A Future Fair for All. Disponível em: <https://manifesto.deryn.co.uk/wp-content/uploads/2021/04/TheLabourPartyManifesto-2010.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

especialmente na migração de trabalhadores pouco qualificados, reconhecendo a produção de uma situação de “ansiedade pública” em função dos efeitos da imigração nos “salários, serviços públicos e nosso modo de vida compartilhado”.<sup>19</sup> Além de sinalizar a intenção de frear o que chamou de “imigração ilegal”, o manifesto buscou garantir a capacidade de o Reino Unido deportar “aqueles que cometem crimes” e evitar a exploração de trabalhadores migrantes que recebem salários baixos. As propostas eram fixar dois anos de contribuição para começar a receber benefícios e interromper o envio dos pagamentos para crianças de famílias morando no exterior.

Saindo dos partidos tradicionais em direção ao partido que se apresenta como *antiestablishment*, o *UKIP* declarou, ainda no ano de 2010, que, “como membro da UE, o Reino Unido perdeu o controle de suas fronteiras” e que isso só poderia ser resolvido com o rompimento da adesão britânica à instituição.<sup>20</sup> O partido apontou a suposta incapacidade de o Reino Unido deportar “criminosos estrangeiros”, defendendo a retirada britânica da Convenção Europeia para Direitos Humanos. Suas propostas diziam respeito ao intervalo de cinco anos para obter residência, a redução da imigração para 50 mil pessoas por ano e também a defesa de um sistema de pontos para a imigração, de forma semelhante ao *Labour*. Por outro lado, chama a atenção já naquele momento a proposta de fazer “os cidadãos da UE [...] serem tratados da mesma forma como os cidadãos dos outros países” e de interromper o que chamou de “promoção ativa da doutrina do multiculturalismo”.<sup>21</sup> Nas eleições seguintes, o programa de 2015 atribuiu os números da imigração à postura dos partidos tradicionais (chamados no manifesto de “velhos partidos”), referindo-se à “imigração descontrolada e motivada politicamente que tem sido promovida e

<sup>19</sup> LABOUR PARTY. **The Labour Party Manifesto 2015**: Britain can be Better. Britain only succeeds when working people succeed. This is a plan to reward hard work, share prosperity and build a better Britain. Disponível em: <https://manifesto.deryn.co.uk/wp-content/uploads/2021/04/BritainCanBeBetter-TheLabourPartyManifesto2015.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022. “*Britain has seen historically high levels of immigration in recent years, including low-skilled migration, which has given rise to public anxiety about its effects on wages, on our public services, and on our shared way of life.*”

<sup>20</sup> UNITED KINGDOM INDEPENDENCE PARTY. **UKIP Manifesto April 2010**: Empowering the People. Disponível em: <http://www.manifesto.com/wp-content/uploads/2015/09/UKIPManifesto2010.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022. “*As a member of the EU, Britain has lost control of her borders.*”

<sup>21</sup> “*Ensure all EU citizens who came to Britain after 1 January 2004 are treated in the same way as citizens from other countries (unless entitled to ‘Permanent Leave to Remain’).*” “*End the active promotion of the doctrine of multiculturalism by local and national government and all publicly funded bodies.*”

defendida pelos trabalhistas e conservadores”.<sup>22</sup> De forma curiosa, o partido contrário à imigração afirmou que “a imigração não é sobre raça: é sobre espaço”, criticando os partidos tradicionais por supostamente se referirem àqueles que se opunham à imigração como racistas ou intolerantes.<sup>23</sup> A proposta do partido eurocético para o ano de 2015 foi estabelecer uma moratória de cinco anos na migração de “trabalhadores não qualificados”, a introdução do sistema de imigração baseado em pontuação e resolver o problema do que chamou de “casamentos falsos”. Um foco especial foi dado aos “imigrantes ilegais” e aos “criminosos estrangeiros”.

Para além do histórico de políticas para a imigração no Reino Unido e dos posicionamentos dos partidos nas eleições gerais, os discursos na imprensa ajudam a completar o panorama geral do que podia ser dito a respeito da imigração no contexto do Brexit, entre 17 de dezembro de 2015 e 13 de julho de 2016. Tanto no jornal *The Guardian* como no *The Daily Telegraph*, podemos observar que a construção do problema da “imigração” se deu por meio de alguns aspectos principais. Em primeiro lugar, as manchetes centralizavam os números (geralmente significativos) de pessoas chegando no Reino Unido, muitas vezes atingindo recordes históricos: “milhões de pessoas”, “cerca de um milhão”, “100.000”, “um milhão de migrantes e contando” e “centenas de milhares de imigrantes da UE” foram algumas das expressões utilizadas. Além disso, esses mesmos números eram interpretados por meio de palavras como “influxo”, “onda gigante”, “crise”, “fluxos substantivos”, “descontrole”, “sem precedentes” e “meios irregulares”. As próximas duas seções do capítulo buscam, a partir dos jornais *The Guardian* e *The Daily Telegraph*, dar conta das condições de existência das interpretações possíveis a respeito dos números da imigração na conjuntura do Brexit, com foco em dois aspectos principais: o bem-estar social e a segurança.

### 3.3 Austeridade e bem-estar

<sup>22</sup> UNITED KINGDOM INDEPENDENCE PARTY. **UKIP Manifesto 2015**: Believe in Britain. Disponível em: <https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/ukipdev/pages/1103/attachments/original/1429295050/UKIPManifesto2015.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022 “What we do have a problem with is the uncontrolled, politically-driven immigration that has been promoted and sustained by Labour and the Conservatives.”

<sup>23</sup> “Immigration is not about race: it is about space. Immigrants are not the problem, it is the current immigration system that is broken.”

Antes de investigarmos as associações discursivas entre imigração, salários, austeridade e acesso ao bem-estar social, gostaríamos de trazer o plano de fundo a respeito de como se davam as discussões mais gerais sobre a economia do Reino Unido durante o Brexit. Por um lado, o crescimento nos números da “imigração”, sobretudo a vinda de cidadãos da Europa Oriental para o Reino Unido, era justificado pelos conservadores sob o argumento de que a economia britânica estaria aquecida, em contraposição à situação dos países vizinhos europeus após a crise de 2008 e a crise da zona do euro, cujas economias estariam estagnadas e com dificuldades de crescimento. Como afirmou um editorial do *The Daily Telegraph* a respeito do crescimento nos números da imigração, “[...] enquanto a economia britânica crescer e o resto da UE estagnar, apenas uma rápida recuperação da zona do euro interromperia o fluxo de trabalhadores migrantes para o Reino Unido”.<sup>24</sup>

Por outro lado, a despeito dessa avaliação positiva dos conservadores a respeito da situação da economia britânica em comparação com os vizinhos europeus, os problemas econômicos do país não eram inexistentes e foram intensamente debatidos em ambos os jornais, isto é, tanto no *The Guardian* quanto no *The Daily Telegraph*. Entre esses problemas, destacamos: os cortes nos gastos públicos com o *National Health Service* (NHS), o sistema público de saúde britânico;<sup>25</sup> problemas de habitação, em especial a concentração de propriedade nos

<sup>24</sup> THE DAILY TELEGRAPH. EU needs a strategy to tackle migration (Editorial). **The Daily Telegraph**, London, n. 49.943, 19 dez. 2015. Letters to the Editor, p. 27. “[...] as long as the British economy grows while the rest of the EU stagnates only a rapid eurozone recovery would stop the flow of migrant workers into the UK.”

<sup>25</sup> FOWLER, Norman. Only a Royal Commission will get us talking sensibly about the NHS. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.941, 17 dez. 2015. Comment, p. 24.



mais ricos;<sup>26</sup> a austeridade;<sup>27</sup> a concentração de renda;<sup>28</sup> e a estagnação dos salários no Reino Unido.<sup>29</sup>

A despeito de toda a complexidade envolvida nos temas e debates da área econômica, o que nos parece relevante é o fato de que os problemas econômicos do Reino Unido passaram a ser discutidos e avaliados não somente pela eficácia atribuída (ou não) às políticas econômicas adotadas pelo país, mas sim, foram contrapostos à intensificação do fluxo de refugiados e à crescente vinda dos cidadãos da Europa Oriental para o Reino Unido. De forma significativa, antes mesmo da realização do referendo para decidir o futuro britânico na União Europeia, David Cameron, o primeiro-ministro conservador, buscou renegociar os termos do acordo entre o Reino Unido e a UE por meio da realização de reformas no acesso de trabalhadores da UE ao sistema de bem-estar social britânico. Além de ter proposto reduzir a imigração líquida para 100 mil pessoas em dois sucessivos programas de governo, Cameron associou os “níveis de migração” ao que chamou de “pressões [...] sobre as comunidades e os serviços públicos”:

<sup>26</sup> DAILY TELEGRAPH Reporter. Britain has 75,000 new property millionaires. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.941, 17 dez. 2015. News, p. 8. JONES, Rupert. Gentrification fears loom over rise in east London 'property millionaires'. **The Guardian** (on-line), 17 dez. 2015. Property: Housing market. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2015/dec/17/gentrification-fears-east-london-property-millionaires>. Acesso em: 14 fev. 2023. STEWART, Heather. UK buyers need to save for up to 24 years to get on housing ladder. **The Guardian** (on-line), 21 dez. 2015. Property: Housing market. Disponível em: <https://www.theguardian.com/money/2015/dec/20/uk-home-buyers-save-24-years-housing-ladder-deposit-study>. Acesso em: 14 fev. 2023. OSBORNE, Hilary. UK house prices to rise 6% on average in 2016, surveyors forecast. **The Guardian** (on-line), 22 dez. 2015. Property: Housing market. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2015/dec/22/uk-house-prices-6-percent-2016-rics-forecast>. Acesso em: 14 fev. 2023.

<sup>27</sup> SYAL, Rajeev. Osborne gives political adviser 42% rise amid public sector pay freeze. **The Guardian** (on-line), 19 dez. 2015. UK politics: George Osborne. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2015/dec/17/osborne-hands-advisers-big-pay-rises-while-freezing-public-sector-wages>. Acesso em: 14 fev. 2023. CASH, Mick et al. EU is now a profoundly anti-democratic institution (Letters). **The Guardian** (on-line), 18 fev. 2016. Europe: European Union. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/feb/17/eu-is-now-a-profoundly-anti-democratic-institution>. Acesso em: 14 fev. 2023. ELLIOTT, Larry. OECD calls for less austerity and more public investment. **The Guardian** (on-line), 19 fev. 2016. Economics: OECD. Disponível em: <https://www.theguardian.com/money/2015/dec/20/uk-home-buyers-save-24-years-housing-ladder-deposit-study>. Acesso em: 14 fev. 2023.

<sup>28</sup> STEWART, Heather. Almost half of Britain's private wealth owned by top 10% of households. **The Guardian** (on-line), 19 dez. 2015. Economics: Rich lists. Disponível em: <https://www.theguardian.com/money/2015/dec/18/britain-private-wealth-owned-by-top-10-of-households>. Acesso em: 14 fev. 2023.

<sup>29</sup> DOMINICZAK, Peter; SPENCE, Peter. Bank report finds migration is pushing down wages. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.945, 22 dez. 2015. News, p. 2.

Os *níveis de migração* que temos visto em um período relativamente curto de tempo *não têm precedentes*, incluindo as *pressões* que eles colocam sobre as *comunidades* e os *serviços públicos*. Esta é uma *grande preocupação* do povo britânico que está minando o apoio à União Europeia. Precisamos encontrar uma resposta efetiva para esse problema.<sup>30</sup>

Cameron, no entanto, não estava sozinho em avaliar a “migração” como um “problema”. “Há *pressões* significativas sobre os *serviços públicos* agora e é preciso pensar sobre isso”, afirmou Boris Johnson, o conservador que saiu em defesa do *Leave* após ficar conhecido por ter adotado um posicionamento supostamente “pró-imigração”, em entrevista a Peter Dominiczak no *The Daily Telegraph*.<sup>31</sup> Além disso, a também conservadora Theresa May, ainda na posição de Secretária do Interior, alertou que a imigração estaria “pressionando nossos empregos, a habitação e nossos serviços públicos”.<sup>32</sup> Como iria elaborar Cameron de forma mais detalhada em outra declaração, “As pessoas podem vir ao nosso país, mas *não poderão se beneficiar do nosso sistema de bem-estar social até que tenham contribuído para ele*”.<sup>33</sup>

Em muitos desses discursos sobre a imigração, podemos notar o processo de moralização dos benefícios sociais identificado por L. D. Morris (2018). Por meio dessa operação, crescem as “questões a respeito do que é justo e quem é digno” (MORRIS, 2018, p. 3) em relação ao acesso ao bem-estar social.<sup>34</sup> Mais especificamente, Cameron determinou que o imigrante “digno” do bem-estar seria aquele que contribui de forma justa com a sua parte. A mensagem implícita, em um

<sup>30</sup> WINTOUR, Patrick; TRAYNOR, Ian. EU renegotiation: Cameron faces Brussels deadlock over migrants' benefits. **The Guardian** (on-line), 18 dez. 2015. UK politics: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2015/dec/17/david-cameron-compromise-eu-migrants-benefits-summit>. Acesso em: 14 fev. 2023. “*The levels of migration we have seen in a relatively short period of time are unprecedented, including the pressures this places on communities and public services. This is a major concern of the British people that is undermining support for the European Union. We need to find an effective answer to this problem.*”

<sup>31</sup> DOMINICZAK, Peter. 'This vote is more important than my political career' (Interview). **The Daily Telegraph**, London, n. 50.102, 23 jun. 2016. News, p. 3. “*There are very considerable pressures on public services now and you do need to think about that.*”

<sup>32</sup> SWINFORD, Steven. Hundreds of thousands of EU immigrants ‘missing from official figures’. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.999, 26 fev. 2016. News, p. 10. “*Theresa May, the Home Secretary, said the net migration levels remained too high and warned it was “putting pressure on our jobs, housing and our public services.”*”

<sup>33</sup> WATT, Nicholas; TRAYNOR, Ian; RANKIN, Jennifer. Cameron will put ‘heart and soul’ into staying in EU after sealing deal. **The Guardian** (on-line), 20 fev. 2016. Europe: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/19/david-cameron-deal-european-leaders-paves-way-june-referendum>. Acesso em: 14 fev. 2023. “*People can come to our country but they will not get out of our welfare system until they have paid in.*”

<sup>34</sup> “*The factors at play in terms of public acceptability are financial contribution, personal desert, and social belonging, raising questions as to what is fair, and who is worthy that have no ready answer, each being amenable to interpretation, manipulation, or persuasion.*”

contexto de austeridade econômica, é que existem imigrantes que não se encaixariam nessa categoria, e que mesmo assim gozariam dos benefícios proporcionados pelos britânicos “nativos” que trabalham arduamente e pagam seus devidos impostos ao governo.

Ainda sobre esse mesmo processo de moralização dos benefícios sociais, Robert Shilliam (2018) ofereceu uma brilhante contribuição para a compreensão da distinção historicamente feita no Reino Unido entre os trabalhadores “merecedores” e “não merecedores” dos benefícios sociais. Mais especificamente, o entendimento de Shilliam é que tais distinções morais representam um processo de racialização, por meio do qual são estabelecidas “diferentes distinções entre aqueles considerados merecedores e não merecedores de um nível aceitável de segurança social e bem-estar” (SHILLIAM, 2018, p. 4).<sup>35</sup> A avaliação do autor é que a escravização dos africanos, e posteriormente o momento da abolição, foram pontos de referência fundamentais para o processo de racialização, de modo que “há uma relação moral - mas não totalmente coincidente - entre branquitude e merecimento e negritude e não merecimento” (SHILLIAM, 2018, p. 7).<sup>36</sup> Mais especificamente, Shilliam nota que “o escravo caribenho assumiu todas as características associadas aos pobres indignos: ociosidade, depravação e anarquia” (SHILLIAM, 2018, p. 9).<sup>37</sup> Analisando a crescente importância da categoria “classe trabalhadora branca” nas discussões no Reino Unido, sobretudo após o Brexit, Shilliam afirma que essa categoria não é neutra, mas “se definiu na oposição entre brancos merecedores e imigrantes negros e asiáticos da Commonwealth não merecedores” (SHILLIAM, 2018, p. 81), questionando seu uso irrefletido.<sup>38</sup> Desse modo, o Brexit estaria parcialmente relacionado à perda dos privilégios raciais dos trabalhadores brancos no Reino Unido.

<sup>35</sup> “By ‘racialization’, I refer to the way in which racist attributes and hierarchies come to determine the everyday meaning and common sense valuation of an entity or phenomenon. [...] My use of the term in this book is specifically concerned with the shifting distinctions between those considered deserving and undeserving of an acceptable level of social security and welfare.”

<sup>36</sup> “In all this, there is a moral relationship - but not quite coincidence - between whiteness and deserved-ness and blackness and undeserved-ness.”

<sup>37</sup> “In the aftermath of the American War of Independence, I argue that the Caribbean slave took on all the characteristics associated with the undeserving poor: idleness, licentiousness and anarchy.”

<sup>38</sup> “Those who contributed to this re-racialization of the deserving/undeserving distinction included Conservative and Labour politicians as well as trade unions. Their policies and rhetoric moulded the “white working class” into a viable constituency. This constituency defined itself not in the opposition between enfranchised English labour and its residuum, but rather in the opposition between deserving whites and undeserving Black and Asian Commonwealth immigrants.”

Além do processo de moralização, David Cameron propôs, no contexto das renegociações com a União Europeia e das discussões sobre o acesso aos benefícios sociais, interromper o recebimento dos benefícios dos trabalhadores vindos da UE durante quatro anos. Essa solução, entretanto, enfrentou uma oposição ferrenha dentro da própria União Europeia, sobretudo pela atuação dos países da Europa Oriental. No lugar dessa interrupção, Cameron conseguiu negociar apenas o chamado “freio de emergência” [*emergency brake*], “o que significa que o governo poderia deixar de pagar benefícios aos migrantes por um determinado período de tempo, se fosse capaz de convencer Bruxelas de que o número de estrangeiros que chegam ao país está prejudicando os serviços públicos”, na explicação do *The Daily Telegraph*.<sup>39</sup> Nigel Farage, líder do *UKIP*, explorou o descompasso entre a promessa inicial de Cameron de reduzir significativamente a imigração e a dura realidade da renegociação:

O primeiro-ministro se acovardou. Ele sabe que seu acordo é patético, e, numa Conferência dos Presidentes [do Parlamento Europeu], eu exporia o fato de que, mesmo que ele vença o referendo, o Parlamento vetará o acordo. [...] Nada - absolutamente nada - nesta renegociação é favorável ao povo britânico, e o cumprimento do acordo não é obrigatório. Ele está vendendo uma farsa e tem medo de que eu exponha isso.<sup>40</sup>

Efetivamente, parecia haver um esforço conjunto dos segmentos mais à direita, conservadores e eurocéticos de desqualificar os esforços de Cameron na renegociação com a UE. Enquanto o próprio *The Guardian* celebrou os esforços diplomáticos de Cameron em Bruxelas, uma capa do *The Daily Telegraph* buscou expor o desprezo da instituição em relação às demandas e aos interesses de Cameron e, metonimicamente, do povo britânico. O jornal sugeriu que as reivindicações do Reino Unido não seriam atendidas pelos vizinhos europeus:

<sup>39</sup> DOMINICZAK, Peter. Cameron to make case for three-year EU benefits curb. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.948, 26 dez. 2015. News, p. 2. “One other potential solution being offered by Brussels is to give the UK an ‘emergency brake’, meaning that the Government could stop paying migrants benefits for a set period of time if it is able to convince Brussels that the number of foreigners coming to the country is harming public services.”

<sup>40</sup> HOLEHOUSE, Matthew; RILEY-SMITH, Ben. MEPs hold power over Cameron’s deal, No 10 admits. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.992, 16 fev. 2016. News, p. 4. “The Prime Minister has turned chicken. He knows that not only is his deal pitiful, but in an open Conference of Presidents I’d expose the fact that, even if he wins the referendum, the parliament will veto his terms. [...] Nothing - nothing - in this renegotiation works for the British people and it is not enforceable. He is selling a pup and he is scared of me exposing that.”

## Figura 5 - Desdém de Angela Merkel

Friday 18 December 2015

FINAL

telegraph.co.uk

No 49,942 £1.40

# Jose Mourinho: The End

## Not so special

**Jason Burt**  
The inside story  
on the sacking of  
Chelsea manager

Sport, page 2

**Paul Hayward**  
Players are to  
blame after their  
cruel capitulation

Page 3

**Sam Wallace**  
What new man  
Hiddink must do  
to stop the rot

Page 6



# The Daily Telegraph

## Thousands of divorced couples hit by blunder

Government software glitch means financial settlements may have to be renegotiated in court

By John Bingham  
SOCIAL AFFAIRS EDITOR

THOUSANDS of divorced couples may be forced to return to court to renegotiate the terms of their separation after it emerged that a government software glitch could have distorted the value of their assets.

Up to 20,000 couples involved in divorce cases are thought to have used an online form that potentially inflated the value of their property by failing to subtract debts and other liabilities from the total figure.

The error comes as an embarrassment for the Ministry of Justice after remaining unnoticed by solicitors and court officials for 20 months.

It came to light when a non-lawyer who advises couples facing legal processes noticed that her clients were being quoted incorrect sums.

She raised the alarm with the Ministry of Justice but said that it took a week for the error to be amended.

The ministry said it was now "urgently investigating" the blunder and seeking to estimate how many couples are affected.

Family lawyers insisted that only a small minority of divorces over the period will have been involved because the form is not used in all cases.

But the MoJ has not ruled out the possibility of a list that runs to "thousands".

Any divorce settlement formalised by a court order that subsequently turns out to have been based on a miscalculation of the income and assets of one or the other spouse could only be

corrected by reopening the case before a judge.

The mistake comes at a time when senior judges have warned that family courts are under increasing strain because of a rise in cases involving children being taken into care.

The pressure has been increased by the effective abolition of legal aid in most divorce cases - a change welcomed by more people attempting to make do without legal representation.

The technical glitch was contained in the online version of "Form E", a court form used by couples applying for a judge to resolve disputes over assets.

It requires each party to provide details such as their salary and the value of property to arrive at a total on which the settlement will be based.

More than 130,000 couples a year divorce in England and Wales. It is thought that only around half of them seek a court order to formalise the settlement of their assets.

The form is used by those couples actively litigating over assets and the glitch only includes the online version.

Nevertheless, *The Daily Telegraph* understands the glitch affected could be as many as 20,000 couples.

The fault was spotted when Nicola Matheson-Barratt, who assists litigants but is not a barrister or solicitor, realised that the tally in one case was incorrect.

Ms Matheson-Barratt, from Ascot, Berks, said: "I found out when a client of mine said I just can't get the figure right. I tried it and then checked five other samples of Form E and had received over the last few months."

A spokesman for HM Courts and Tribunals Service said: "We are urgently investigating this issue. Officials are taking steps to identify cases where this regrettable error may have had an impact."

## Now Mrs Merkel, about Britain's demands...



## Million migrants 'lost' from figures

By Peter Dominiczak  
Ben Riley-Smith and  
Steven Swindford in Brussels

DAVID CAMERON was accused of a "migration cover up" last night after it emerged that more than a million migrants in recent years are unaccounted for.

Ministers have failed to release data which experts believe could show the true number of EU migrants, claiming it would be "unhelpful" to Mr Cameron's current renegotiation with Brussels ahead of the in-out referendum.

David Cameron and Angela Merkel speak at the opening of the EU summit in Brussels yesterday

There were claims that ministers fear releasing the figures could lead to Britain leaving the EU.

Mr Cameron found himself isolated last night as more than a dozen European leaders at a Brussels summit said they would oppose his plans to strip EU migrants of in-work benefits for four years.

Poland, Hungary, Slovakia and the Czech Republic issued a statement saying they "will not support any solutions which would be discriminatory or limit free movement". Angela Merkel, *Continued on Page 6*

## Simple blood test could prevent one in five deaths from ovarian cancer

By Sarah Knapton  
SCIENCE EDITOR

ONE in five ovarian cancer deaths could be prevented if women were offered a simple blood test each year to screen for the disease, a study has concluded.

Screening has proven controversial in the past because it can throw up false positives, leading women to wor-

ry needlessly, or even undergo unnecessary hysterectomies. But a 14-year study led by University College London found nearly 1,000 women could be saved through annual checks, which can pick up ovarian cancer early enough to treat it.

Finally we have data which suggests that screening may prevent ovarian cancer deaths, said Prof

Usha Menon, of UCL's women's health department. "This is welcome news and provides fresh impetus for renewed efforts in this area."

More than 7,000 women are diagnosed with ovarian cancer each year and more than 4,000 will die from the disease, most because it was picked up too late for treatment to be effective. *The Guardian on Page 10*

## Hundred private schools have been served with improvement notices

By Javier Espinoza  
EDUCATION EDITOR

MORE than one hundred private schools have been served with improvement notices highlighting substantial failings, raising the risk of closure if they fail to act, documents show.

Since July last year, 110 private schools have been given statutory improve-

ment notices by the Department for Education (DfE), showing a total of 410 breaches of minimum regulations.

Leading private schools have failed to safeguard pupils, failed to provide suitable facilities and to have breached health and safety measures, the Freedom of Information request shows.

The figures were obtained as part of a joint investigation by Schools Week and the *Yorkshire Post*.

A spokesman for the Independent Schools Council, which represents fewer than 20 schools on the list, said: "Most of our schools get these things right and those who don't should work quickly to make sure that they do."

The DfE promised swift action against failing schools.

### NEWS BRIEFING

Puzzles	26
Obituaries	35
TV listings	37
Weather	39

ISSN 0017-1235

9770307123850

### Hidden fees could double cost of pensions

Savers face hidden fees that could double the cost of their pensions and wipe as much as £56,000 off their returns by retirement, official figures indicate. For the first time, the Government has published information on the true cost of investing in a company pension. *Page 4*

### Dog owners are threatened over festive costumes

Dog owners have been warned that dressing up their pets at Christmas could result in prosecution. The RSPCA said that dogs should not be put in costumes because they can feel unable to express themselves as well as being scared and worried about the unfamiliar clothing. *Page 5*

### UK forces face return to Libya after peace deal

Members of Libya's warring factions signed a peace deal yesterday that could pave the way for British troops to help them fight an attempted takeover of the country by Isis. After more than a year of talks, Libya's two main armed camps put their names to an agreement at a ceremony in Morocco. *Page 19*



### Heathrow chief quits over delay to third runway

The chairman of Heathrow Airport, Sir Nigel Rudd, announced his shock retirement yesterday in protest at the decision on a third runway being delayed. He said opponents were holding the rest of the country "to ransom" and holding a blockade at Zeebrugge, MP. *Business: Page 1*

**MIKIMOTO**  
THE ORIGINATOR OF CULTURED PEARLS SINCE 1893  
179 NEW BOND STREET, LONDON W1 2PD 020 7730 1234  
HARBODS, ENGLAND 020 7730 1234

A despeito das dificuldades exploradas por Farage e pelo *The Daily Telegraph*, não se pode pressupor que o processo de moralização dos benefícios sociais, com particular ênfase nos efeitos da imigração, esteve presente apenas nos conservadores ou nos eurocéticos de direita. Como mostramos na seção anterior, o próprio *Labour* apresentou uma proposta no programa de governo reivindicando um período de interrupção de dois anos de contribuição para que os cidadãos da UE no Reino Unido pudessem começar a reivindicar os créditos fiscais. Essa medida, no entanto, gerou um racha no próprio Partido Trabalhista, quando o líder Jeremy Corbyn se posicionou de forma contrária à obrigação de que os imigrantes tivessem que esperar para começar a receber os benefícios. Em uma entrevista concedida em 2015, Corbyn declarou: “Se alguém está trabalhando, pagando impostos, realizando suas funções como qualquer outra pessoa, então certamente merece ter acesso aos mesmíssimos benefícios.”<sup>41</sup> O posicionamento de Corbyn, contudo, não foi bem recebido por alguns segmentos do *Labour* e foi considerado um “tiro no pé” eleitoral. A esse respeito, o secretário do Interior trabalhista Andy Burnham afirmou:

A livre circulação [de pessoas] *beneficia nossa economia*, e o governo deveria dizer isso em alto e bom som. Mas é preciso haver um reconhecimento muito maior do fato de que a livre circulação tem um impacto desigual em diferentes partes do país. Em *antigas áreas industriais*, ela manteve os *salários baixos* e exerceu *pressão* sobre os *serviços públicos*. Precisamos de regras mais justas para que a livre circulação funcione para todos.<sup>42</sup>

A afirmação de Burnham é importante, pois estabelece uma distinção entre a imigração considerada “boa”, isto é, aquela que “beneficia nossa economia”, e a imigração prejudicial, a que mantém “salários baixos” e exerce “pressão sobre os serviços públicos”. Entretanto, precisamos nos perguntar se o referido declínio econômico das “antigas áreas industriais” pode ser explicado somente, ou mesmo

<sup>41</sup> WINTOUR, Patrick. Jeremy Corbyn says he opposes making EU migrants wait to receive benefits. *The Guardian* (on-line), 18 dez. 2015. Europe: Jeremy Corbyn. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2015/dec/17/jeremy-corbyn-says-he-opposes-making-eu-migrants-wait-to-receive-benefits>. Acesso em: 14 fev. 2023.

“If somebody is working, paying taxes, doing a job just like anybody else, then surely they deserve access to exactly the same benefits as anybody else.”

<sup>42</sup> “Free movement benefits our economy and the government should be saying that loud and clear. But there needs to be much greater recognition of the fact that it has a differential impact in different parts of the country. In former industrial areas, it has held down wages and put pressure on public services. We need fairer rules to make free movement work for everyone.”



principalmente, pela vinda de pessoas de outros países para trabalhar no Reino Unido. Mesmo levando em consideração que a citação apareceu no *The Guardian*, um jornal que faz oposição às políticas de austeridade, por que esse declínio não esteve associado, por exemplo, à falta de políticas industriais e foi, em vez disso, atribuído à circulação de pessoas para o Reino Unido?

Em linhas gerais, o que se verifica é que, na conjuntura do Brexit, parecia haver uma percepção incontornável de que eleitores tradicionais do *Labour* eram mais conservadores que os próprios políticos do partido em relação à política de imigração. Um editorial do *The Observer*, jornal publicado aos domingos, fez questão de listar quais seriam as “fraquezas” do Partido Trabalhista: “receios de que seja fiscalmente irresponsável, um abordagem tímida na garantia do bem-estar e, mais recentemente, estar *fora de sintonia com a imigração*”.<sup>43</sup> Nessa mesma direção de estar “fora de sintonia” com o eleitorado, um deputado trabalhista cujo nome não foi identificado foi citado no *The Daily Telegraph* defendendo a hipótese segundo a qual “Corbyn pode nos fazer perder o referendo sozinho porque está tão *fora de sintonia com os eleitores trabalhistas tradicionais*”, mencionando especificamente o “impacto que a imigração não qualificada está tendo sobre muitas *comunidades tradicionais da classe trabalhadora*”.<sup>44</sup> Para o *The Guardian*, essa era uma “verdade incômoda” trazida pelo referendo: “A campanha colocou em evidência verdades incômodas, principalmente a defasagem sobre a imigração entre os bolsões dos *centros tradicionais trabalhistas* e seus líderes”, afirmou o jornal em editorial.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> THE OBSERVER. The Observer view on Jeremy Corbyn’s first 100 days as Labour leader (Editorial). **The Observer** (on-line), 27 dez. 2015. Opinion: Labour. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/dec/27/observer-view-jeremy-corbyn-first-100-days>. Acesso em: 14 fev. 2023. “Recent history has shown that, in order to win, Labour needs to address its perceived weaknesses: fears that it is fiscally irresponsible, a soft touch on welfare, and, more recently, out of touch on immigration.”

<sup>44</sup> SWINFORD, Steven. Corbyn 'clueless' about life outside Islington'. **The Daily Telegraph**, London, n. 50.099, 20 jun. 2016. Europe 2016, p. 5. “One Labour MP said yesterday: ‘Jeremy doesn’t have a clue about life outside of Islington. Of course we must do something about the impact that unskilled immigration is having on many traditional working-class communities, like stopping agencies who just advertise for workers in the EU and keep wage rates low in the UK. Corbyn could lose us the referendum single-handedly because he is so out of touch with traditional Labour voters.’”

<sup>45</sup> THE GUARDIAN. The Guardian view on the conduct of the referendum campaign: never edifying, occasionally shaming (Editorial). **The Guardian** (on-line), 20 jun. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/23/the-guardian-view-on-the-conduct-of-the-referendum-campaign-never-edifying-occasionally-shaming>. Acesso em: 14 fev. 2023. “The campaign has thrown into focus uncomfortable truths, not least the rift between pockets of the traditional Labour heartlands and its leaders on immigration.”

Ainda assim, precisamos insistir na pergunta a respeito do que pode ter levado a essa defasagem entre os “eleitores tradicionais” e os líderes do partido. Por que o *Labour* se viu na posição de defender a mesma interrupção do pagamento de benefícios aos migrantes defendido pelos conservadores e pelo *UKIP*? Em uma carta de eurocéticos de esquerda, publicada no jornal *The Guardian*, representantes do *Labour Leave* argumentaram que, “sem *direitos trabalhistas* e uma *alternativa à austeridade*, os migrantes serão presas de *forças xenófobas hostis*”.<sup>46</sup> Para Zoe Williams, colunista do mesmo jornal, “A liberdade de movimento só pode ser bem recebida por pessoas que se sentem seguras, e a segurança é fundada no compatriotismo - a insistência de que temos solidariedade uns com os outros, e de que os nossos padrões de vida são um assunto de todos”.<sup>47</sup> No mesmo *The Guardian*, John Harris estabeleceu uma distinção entre as motivações legítimas e ilegítimas para se opor à intensificação do fluxo migratório:

Sim, algumas pessoas - desde os intolerantes da bolsa de valores até os estúpidos furiosos no sul do País de Gales - são simplesmente racistas. Mas, em uma *sociedade e economia tão precárias quanto as nossas*, a chegada de um grande número de pessoas dispostas a fazer *trabalhos em condições cada vez mais terríveis* só poderia desencadear um *forte ressentimento*. Para muitos lugares, o *ritmo das mudanças* e as *pressões sobre os serviços públicos* se provaram, sem dúvida, difíceis de lidar.<sup>48</sup>

A partir do diagnóstico de Harris sobre a precariedade da sociedade e economia britânicas, não temos o intuito de estabelecer qual seria o impacto objetivo da imigração nos serviços públicos ou nos salários, uma controvérsia

<sup>46</sup> CASH, Mick et al. EU is now a profoundly anti-democratic institution (Letters). **The Guardian** (on-line), 18 fev. 2016. Europe: European Union. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/feb/17/eu-is-now-a-profoundly-anti-democratic-institution>. Acesso em: 14 fev. 2023. “[...] without labour rights and an alternative to austerity, migrants will be prey to hostile xenophobic forces [...]”

<sup>47</sup> WILLIAMS, Zoe. You can’t sell freedom of movement to people who are insecure. **The Guardian** (on-line), 22 fev. 2016. Opinion: Immigration and asylum. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/feb/22/freedom-of-movement-britain-migration>. Acesso em: 14 fev. 2023. “Freedom of movement can be welcomed only by people who are secure, and security is founded on compatriotism - the insistence that we have solidarity with one another, and that all our living standards are each other’s business.”

<sup>48</sup> HARRIS, John. Britain is in the midst of a working-class revolt. **The Guardian** (on-line), 17 jun. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/17/britain-working-class-revolt-eu-referendum>. Acesso em: 14 fev. 2023. “Yes, some people - from bigots in the stockbroker belt to raging gobshites in south Wales shopping precincts - are simply racist. But in a society and economy as precarious as ours, the arrival of large numbers of people prepared to do jobs with increasingly awful terms and conditions was always going to trigger loud resentment. For many places, the pace of change and the pressures on public services have arguably proved to be too much to cope with.”



econômica que não temos a pretensão nem a competência de resolver. Entretanto, gostaríamos de centralizar a discussão a respeito da *percepção* de uma crise de imigração ao enfatizar o aspecto *discursivo* da associação entre a imigração e o bem-estar social. Embora nos pareça razoável a avaliação de alguns segmentos da esquerda de que haveria uma relação entre o crescimento da oposição à imigração e a situação econômica precária de parte importante da população britânica, argumentamos que essa relação não é automática ou natural, mas apenas ganha saliência e tem efeitos sociais por meio de uma articulação discursiva. Do nosso ponto de vista, não são apenas fatores externos objetivos que permitem a associação entre a imigração e o bem-estar social. Essa associação é, sobretudo, estabelecida discursivamente.

Isso significa que a oposição à imigração cresceu não somente porque as condições materiais dos desfavorecidos pioraram num sentido material e objetivo, mas sobretudo porque foi elaborado um *discurso* que desse sentido à essa deterioração e que foi repetido cotidianamente até que ganhasse uma aderência mais ampla, fazendo com que a associação entre imigração e a piora na qualidade de vida fosse tomada com um *efeito* de naturalidade e automaticidade. Esse efeito de naturalidade, que se espalhou por amplos setores do espectro político, pode ser constatada na afirmação a seguir, encontrada no *The Daily Telegraph*: “Este acordo de permanência [na UE] a qualquer custo não fará nada para atender às *preocupações do público*, que são *inevitáveis* a partir destas *estatísticas*”.<sup>49</sup> No trecho citado, o deputado conservador Steve Baker, presidente do *Conservatives for Britain*, grupo de campanha que defendeu a saída do Reino Unido da UE, estabeleceu uma relação direta e inquestionável entre as “estatísticas” da imigração e as “preocupações do público”, como se não fosse necessário um trabalho discursivo para ligar esses diferentes elementos num discurso explicativo. De forma significativa, a própria afirmação de Baker se encarrega desse trabalho discursivo, embora dissimulando-o.

Nas publicações da imprensa, podemos ver como essa associação discursiva ganha força hegemônica por meio repetição e da iterabilidade dos atos de fala

<sup>49</sup> SWINFORD, Steven. Influx of million EU migrants in five years fuels Eurosceptic outcry. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.994, 18 fev. 2016. Europe 2016, p. 2. “*This in-at-all costs deal will do nothing to address public concern, which is bound to arise from these statistics.*”

(AUSTIN, 1962; BUTLER, 2021).<sup>50</sup> As relações mais diretas entre a precarização do bem-estar e a intensificação do fluxo migratório podem ser encontradas principalmente no *The Daily Telegraph*. “[...] as *escolas* e *hospitais* britânicos estão lutando para lidar com centenas de milhares de migrantes europeus”;<sup>51</sup> “Relatório de banco descobre que a migração está jogando os *salários* para baixo”;<sup>52</sup> “[...] o *serviço de saúde* receberia uma ‘injeção de £100 milhões por semana’ se a Grã-Bretanha deixasse a UE”;<sup>53</sup> “As *escolas* terão de encontrar vagas para 260.000 crianças a mais da UE até 2030, a um custo de £1 bilhão por ano.”.<sup>54</sup> Não somente o elo discursivo entre intensificação da imigração e perda do bem-estar estaria estabelecido, como também foi difundida a ideia de que o governo de Cameron estaria escondendo os verdadeiros números da imigração: “Centenas de milhares de imigrantes da UE estão ‘desaparecidos dos números oficiais’. [...] Os ministros *foram acusados* de esconderem a escala completa da imigração”.<sup>55</sup> Ao dizer que os ministros de Cameron “foram acusados” de esconder os números de imigração na voz passiva, o jornal dissimula a ação do seu próprio ato enunciativo. Em outra publicação do jornal, encontramos uma mensagem direcionada especificamente às “antigas áreas industriais” das quais havíamos tratado:

<sup>50</sup> Para Austin e Butler, os “atos de fala” são os atos que realizamos quando usamos a linguagem para fazer algo no mundo, como proferir uma sentença, dar uma ordem, fazer uma pergunta, fazer uma promessa, entre outros. Eles defendem que, ao falar, não estamos apenas transmitindo informações, mas também estamos agindo no mundo. Portanto, a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um meio de ação e de influência no mundo social.

<sup>51</sup> HOLEHOUSE, Matthew; FOSTER, Peter. Germany and France tell PM to think again over migrant benefits. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.941, 17 dez. 2015. EU Renegotiation, p. 10. “Months of negotiations between technocrats in Brussels over the four-year policy have been fruitless. But Mr Cameron hopes to break the deadlock by telling his counterparts in a lengthy presentation that British schools and hospitals are struggling to cope with hundreds of thousands of European migrants.”

<sup>52</sup> DOMINICZAK, Peter; SPENCE, Peter. Bank report finds migration is pushing down wages. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.945, 22 dez. 2015. News, p. 2.

<sup>53</sup> DONNELLY, Laura. Brexit camp's NHS claims 'farcical', says doctors' leader. **The Daily Telegraph**, London, n. 50.099, 20 jun. 2016. Europe 2016, p. 8. “Boris Johnson and Michael Gove have said the health service would get a ‘£100 million-a-week cash transfusion’ if Britain left the EU.”

<sup>54</sup> SWINFORD, Steven. Patel: Vote for EU will harm our schools. **The Daily Telegraph**, London, n. 50.101, 22 jun. 2016. Europe 2016, p. 4. “Schools will have to find places for 260,000 additional children from the EU by 2030 at a cost of £1 billion a year, a Eurosceptic cabinet minister has warned.”

<sup>55</sup> SWINFORD, Steven. Hundreds of thousands of EU immigrants ‘missing from official figures’. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.999, 26 fev. 2016. News, p. 10. “Ministers were accused of hiding the full scale of immigration.”

Os pagamentos a 34.000 filhos de migrantes custam à Grã-Bretanha cerca de £25 milhões por ano — o mesmo valor de um fundo recentemente criado pelo governo para comprar micro-ônibus para *instituições de caridade rurais*. A contribuição da Grã-Bretanha para a UE é de £11 bilhões por ano, o que a renegociação não fará nada para reduzir.<sup>56</sup>

Dessa forma, podemos ver as diferentes formas pelas quais o *UKIP*, o Partido Trabalhista e o Partido Conservador contribuíram para associar os números da imigração à piora das situações econômica e social do Reino Unido. De modo geral, os conservadores e o *UKIP* fizeram esse elo estabelecendo uma relação direta, na qual o aumento da imigração significaria a diminuição automática do acesso a escolas, hospitais e serviços de saúde. Por sua vez, os trabalhistas operaram uma associação discursiva indireta, estabelecendo como um fato que eleitores tradicionais do *Labour* não aceitavam os números crescentes da imigração — o que, ao mesmo tempo que pode ser interpretado como reflexo de uma realidade pré-existente, pelo próprio desempenho negativo do partido nas eleições gerais recentes, sem dúvidas também contribuiu para reproduzir ou mesmo intensificar essa mesma percepção. Foi assim que o *The Guardian* pode publicar as seguintes afirmações:

Somos um país tão pequeno que não podemos receber mais pessoas. Daqui a pouco não haverá espaço disponível e, no momento, não podemos fazer nada a respeito.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> HOLEHOUSE, Matthew; FOSTER, Peter; SWINFORD, Steven. The headache that gave Cameron a sleepless night. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.996, 20 fev. 2016. Referendum On Europe 2016, p. 2. “*The payouts to 34,000 children of migrants cost Britain around £25 million a year – the same value as a fund recently set up by the Government to buy minibuses for rural charities. Britain’s contributions to the EU are £11 billion a year, which the renegotiation will do nothing to cut.*”

<sup>57</sup> BOOTH, Robert. EU referendum: Grassroots Out brings 'a hint of the Trump' to middle England. **The Guardian** (on-line), 15 fev. 2016. Europe: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/15/eu-referendum-grassroots-out-brings-a-hint-of-the-trump-to-middle-england>. Acesso em: 14 fev. 2023. Afirmação de John Wilde, homem de 73 anos que trabalha na construção civil de Wellingborough. “*‘We are such a small country we can’t take any more,’ said John Wilde, 73, a building worker from Wellingborough who was canvassing. ‘Eventually there will be no green space left and at the moment we can’t do anything about it.’*”

Eu acho que a imigração está fora de controle. As pessoas que vêm aqui sem emprego, sem a intenção de conseguir um emprego, têm um monte de crianças, e esperam ser apoiadas.<sup>58</sup>

Em outras palavras, em vez de trabalhar para desfazer os nós discursivos que colocavam os benefícios sociais e a imigração lado a lado no contexto do referendo, o *Labour* parece ter aceitado essa associação como uma realidade dada. Essa atribuição seria consequência somente das políticas de austeridade, como se a hostilidade ao estrangeiro não contasse com registros anteriores na cultura política do Reino Unido, além de a xenofobia ser repetida cotidianamente por meio de um trabalho discursivo. Esse entendimento fez com que o partido buscasse se reorientar a fim de garantir a sua sobrevivência eleitoral nas eleições futuras, e Jeremy Corbyn passou a enfrentar duras críticas somente por ter ousado se opor publicamente à interrupção do pagamento dos benefícios aos trabalhadores vindos da UE. No lugar de refletir sobre os fatores mais densos que tornavam possível a ligação entre a imigração e o bem-estar, os trabalhistas concentraram energias na precariedade dos modos de vida no Reino Unido, muitas vezes negligenciando o papel da discriminação e da intolerância, deixando de notar a importância das maneiras pelas quais a austeridade era compreendida e atribuída de sentido pelos discursos dos conservadores, dos eurocéticos, da extrema-direita e dos próprios trabalhistas. Com isso, a reação “natural” à deterioração econômica de parte da população britânica só poderia ser a hostilidade aos estrangeiros, uma “verdade incômoda” a ser admitida, mas jamais questionada.

Desse modo, as associações discursivas entre imigração, salários, austeridade e acesso ao bem-estar social parecem ter produzido, no contexto do Brexit, um imaginário bastante difundido na sociedade britânica segundo o qual não apenas os números da imigração estariam fora de controle, mas também segundo o qual o Reino Unido — um país pequeno, embora possuidor de grandes feitos (SAUNDERS, 2020) — não poderia suportar as rápidas transformações econômicas, sociais e culturais relacionadas à circulação de pessoas. A xenofobia e o migratismo foram os recursos culturais utilizados para atribuir sentido à

<sup>58</sup> WILLIAMS, Zoe. You can't sell freedom of movement to people who are insecure. **The Guardian** (on-line), 22 fev. 2016. Opinion: Immigration and asylum. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/feb/22/freedom-of-movement-britain-migration>. Acesso em: 14 fev. 2023. Entrevistado sem nome atribuído pela reportagem. “*I think immigration is out of control. People who come here without a job, with no intention of getting a job, have a bunch of kids, expect to be supported.*”

percepção de deterioração econômica no contexto do referendo, justificando assim o nexo entre imigração e bem-estar social.

### 3.4 Imigrantes ilegais e criminosos estrangeiros

A imigração durante o Brexit, entretanto, não foi associada apenas à deterioração econômica e à precariedade no acesso aos serviços públicos. Na edição do *The Daily Telegraph* publicada no dia 19 de dezembro de 2015, encontramos uma manchete com o seguinte título: “Prepare-se para combater terroristas armados, afirma polícia”.<sup>59</sup> A matéria em questão se refere a um vídeo publicado no YouTube pelo Conselho Nacional dos Chefes de Polícia do Reino Unido, no qual foram divulgadas orientações à população britânica sobre como proceder caso ocorresse um ataque feito por terroristas armados. A partir do vídeo, o jornal contrastou duas estratégias distintas: “Corra, esconda-se, denuncie” [*“Run, Hide, Tell”*], a abordagem adotada pela polícia antiterrorista britânica no vídeo, e “Corra, esconda-se e lute” [*“Run, Hide, Fight”*], o que corresponderia à estratégia da polícia americana. “Mark Rowley, um comissário assistente da Scotland Yard, disse que reconheceu que algumas pessoas apanhadas em um *ataque ao estilo de Paris* tentariam instintivamente atacar os homens armados”, dizia o texto.<sup>60</sup>

O jornal chamou atenção para o fato de que o conselho da polícia à população foi para que os britânicos justamente resistissem à tentação de seguir seus próprios instintos. Em vez disso, “a primeira reação deve ser correr e, se isso se revelar impossível, esconder-se. ‘Nunca será possível atender a todas as eventualidades possíveis’”.<sup>61</sup> Pedindo para que os britânicos sob ataque terrorista levassem em consideração a rota utilizada durante a fuga, o vídeo sugere, ainda, que sejam ponderadas algumas questões: “Será que a rota o colocará na linha de fogo? É mais seguro esperar que o agressor se afaste antes de você continuar?”.<sup>62</sup> Após lembrar que os celulares devem ser colocados no silencioso e com o vibra desativado, o

<sup>59</sup> BARRETT, David. Be ready to fight armed terrorists, say police. **The Daily Telegraph**, London, n. 50.101, 19 dez. 2015. News, p. 2.

<sup>60</sup> “Mark Rowley, an Assistant Commissioner at Scotland Yard, said he recognised that some people caught up in a Paris-style attack would instinctively try to tackle the gunmen.”

<sup>61</sup> “[...] the first reaction should be to run and if that proves impossible, to hide. ‘It can never cater for every possible eventuality,’ he said of the video [...].”

<sup>62</sup> “Will it place you in the line of fire? Is it safer to wait for the attacker to move away before you continue?”.

vídeo alerta que, além de enfrentar um ataque terrorista, os britânicos devem ainda estar preparados para serem confundidos com os próprios agressores:

O filme afirma: ‘Quando a polícia chegar, eles estarão armados.’ A polícia pode não ser capaz de distingui-lo do agressor. ‘Eles podem tratá-lo com firmeza. Faça tudo o que eles lhe disserem para fazer. Não faça nenhum movimento ou gesto repentino que possa ser percebido como uma ameaça.’<sup>63</sup>

Na descrição rica em detalhes feita pelo jornal, fica estabelecido um contraste entre o tratamento que a polícia sugere à população ao lidar com terroristas armados (“fugir”, em vez da estratégia americana de “lutar”) e o tratamento que essa mesma polícia estaria disposta a dar aos cidadãos britânicos “nacionais”: “Eles podem tratá-lo com firmeza”. Apenas as últimas linhas escritas por David Barrett, correspondente para assuntos domésticos do jornal, trazem um pedido de um funcionário para que o público não se sinta alarmado pela divulgação do vídeo: “Embora o nível geral de ameaça ao Reino Unido seja dramático, a probabilidade de ser apanhado por um ataque com armas de fogo ou ataque armado é muito, muito pequena”, afirmou ao jornal Neil Basu, vice comandante adjunto da polícia.<sup>64</sup> Entretanto, qual seria a força dessa avaliação probabilística frente à descrição consideravelmente mais densa a respeito dos mecanismos psíquicos mais basais de ataque e de fuga durante um atentado terrorista? O jornal primeiro ativou os sentimentos de urgência e alerta, para só depois reconhecer que as chances da situação são reduzidas.

Contamos essa história por uma série de motivos. Embora a matéria abordasse o problema do terrorismo sem estabelecer uma conexão direta com a imigração, outras reportagens e publicações se encarregavam de fazer o trabalho discursivo dessa associação. Além disso, a menção explícita sobre um possível “ataque ao estilo de Paris” teve importância fundamental nessa construção, uma vez que o trauma de novembro de 2015 foi bastante explorado nas discussões sobre o Brexit e sobre a imigração.<sup>65</sup> Esse atentado foi lembrado em uma matéria no *The*

<sup>63</sup> “The film says: ‘When the police arrive they will be armed’. The police may be unable to distinguish you from the attacker. ‘They may treat you firmly. Do everything they tell you to do. Don’t make any sudden movements or gestures that may be perceived as a threat.’”

<sup>64</sup> “While the general level of threat to the UK is severe, the probability of being caught up in a firearms or weapons attack is very, very small.”

<sup>65</sup> No dia 15 de novembro de 2015, a cidade de Paris sofreu o ataque terrorista mais mortal desde a Segunda Guerra Mundial, culminando no assassinato de 130 pessoas e em 416 feridos. O Estado Islâmico reivindicou a autoria do atentado, alegando retaliação pelos bombardeios aéreos da França a alvos do ISIS na Síria e no Iraque.

*Daily Telegraph* sob o título “Já se contabiliza um milhão de migrantes atravessando as fronteiras da Europa este ano”.<sup>66</sup> O próprio título da manchete é digno de observação, pois ao se dizer, no título, no original, que a contagem permanece, é transmitida a ideia não apenas de grandes números de imigrantes chegando na Europa; ressalta-se também a ideia de que isso continua acontecendo no exato momento em que o leitor lê a matéria do jornal. Após a matéria trazer dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) segundo os quais 1.005.504 de pessoas havia chegado à Europa naquela mesma semana, o jornal atribuiu uma interpretação específica a esse fato:

*O aumento da migração também contribuiu com as preocupações relacionadas à segurança depois que foi descoberto que dois dos jihadistas que realizaram os ataques terroristas de novembro em Paris haviam invadido a Europa como migrantes usando passaportes sírios falsos.*<sup>67</sup>

Aqui, precisamos destrinchar a sofisticada cadeia de equivalências do trecho anterior. Os números divulgados pela OIM, traduzidos pelo jornal como um “aumento da migração”, aparecem relacionados a “preocupações de segurança”, “jihadistas”, “ataques terroristas”, “migrantes” e “passaportes falsos”. Embora seja o próprio jornal que tenha justaposto a chegada de um milhão de pessoas à Europa aos atentados de Paris, a construção da frase dissimula o papel do veículo em construir as mesmas “preocupações relacionadas à segurança” que ele finge apenas relatar, como se os números sozinhos naturalmente fizessem esse trabalho. Além disso, o atentado de Paris serviria de alerta para “migrantes” que chegam à Europa usando “falsos passaportes”. O jornal parece não se interessar pelas causas que fizeram as pessoas fugirem em direção à Europa nem por suas histórias individuais. A metonímia de utilizar o caso do ataque de Paris para traduzir uma percepção mais ampla a respeito da política de imigração, entretanto, parecia fazer todo o sentido. Segundo essa interpretação, as fronteiras da Europa, em particular no Reino Unido, estariam abertas, livres de qualquer tipo de controle ou regulação. Como afirmou no ano seguinte Iain Duncan Smith, político conservador e um dos líderes do *Leave*, em entrevista para a BBC:

<sup>66</sup> FOSTER, Peter; HUGGLER, Justin. A million migrants and counting have crossed Europe’s frontier this year. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.946, 23 dez. 2015. World News, p. 20.

<sup>67</sup> “The surge in migration has also added to security concerns after it emerged that two of the jihadists who carried out November’s terror attacks in Paris had entered Europe as migrants using false Syrian passports.”

Esta [política de] *fronteiras abertas* não nos permite *verificar e controlar* as pessoas que podem vir e passar um tempo aqui. *Vimos o que aconteceu em Paris*, onde eles passaram anos planejando e conspirando [...]. Acho que muitos de nós achamos que a situação atual de *fronteiras abertas* que temos neste momento realmente *deixa essa porta aberta* e precisamos ver isso resolvido.<sup>68</sup>

Segundo a interpretação de Iain Duncan Smith, as “portas” do Reino Unido estariam totalmente abertas em meio a um dos atentados mais traumáticos da Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Um ataque terrorista que supostamente teria se viabilizado pelo uso de “falsos passaportes” por parte “migrantes” disfarçados que, na verdade, eram “jihadistas”. Como lembrou o *The Guardian*, a fala de Smith “ecoa os avisos de Nigel Farage, [...] que alegou que a UE estava ‘colocando seriamente em risco nossa *segurança*’ por causa do *risco de terroristas se passarem por migrantes*”.<sup>69</sup>

Dessa maneira, o alegado “risco de terroristas se passarem por migrantes” foi uma preocupação ampla e concreta no contexto do Brexit. “Jihadistas usando passaportes da UE poderiam ser liberados de verificação à medida que Bruxelas relaxa medidas de segurança”, dizia o título de uma matéria do *The Daily Telegraph* que apareceu na categoria de “medos nas fronteiras” [*“border fears”*].<sup>70</sup> “O adorável Gerard Batten, membro do Parlamento Europeu do *UKIP*, [...] defendeu recentemente que *todos os muçulmanos* deveriam assinar um contrato prometendo não serem *terroristas*”, afirmou o jornalista e escritor John Crace no *The*

<sup>68</sup> MASON, Rowena. Iain Duncan Smith: UK risks Paris-style attacks by staying in the EU. **The Guardian** (on-line), 22 fev. 2016. Europe: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/21/iain-duncan-smith-uk-risks-paris-style-attacks-by-staying-in-the-eu>. Acesso em: 14 fev. 2023. “*This open border does not allow us to check and control people that may come and spend time. We’ve seen what happened in Paris where they spent ages planning and plotting [...]. I think the present status of the open border we have right now many of us feel does actually leave that door open and we need to see that resolved.*”

<sup>69</sup> “*His argument echoes the warnings of Nigel Farage, another key Brexit campaigner, who has claimed that the EU was ‘seriously imperilling our security’ because of the risk of terrorists posing as migrants.*”

<sup>70</sup> HOLEHOUSE, Matthew. Jihadists on EU passports could slip past checks as Brussels weakens security. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.998, 23 fev. 2016. Europe 2016 Commons, p. 5.



*Guardian*.<sup>71</sup> Entretanto, não foi apenas ao terrorismo que os imigrantes foram associados. “As condenações de migrantes da UE aumentaram 40% em cinco anos”;<sup>72</sup> “Imigrante ilegal preso por ataques sexuais”;<sup>73</sup> são apenas alguns exemplos de frases que criminalizam a imigração. Tais construções associando os imigrantes à criminalidade e ao terrorismo nos permitem dar centralidade a duas categorias amplamente exploradas nas discussões: os “imigrantes ilegais” e os “estrangeiros criminosos”. Nas palavras de Michael Gove, Secretário da Justiça de Cameron,

As políticas de imigração da UE incentivaram os traficantes de pessoas e trouxeram campos de refugiados desesperados para nossas fronteiras. Longe de proporcionar segurança em um mundo incerto, as políticas da UE se tornaram uma fonte de instabilidade e insegurança. [...] O ex-chefe da Interpol diz que a política de fronteiras internas da UE é ‘como pendurar um sinal de boas-vindas aos terroristas na Europa’, e as nações escandinavas que outrora se orgulhavam de sua abertura estão agora se voltando para si mesmas.<sup>74</sup>

Na formulação de Gove, a política de imigração no contexto do Brexit significava “um sinal de boas-vindas aos terroristas na Europa”. Rebatendo implicitamente argumentos do *Remain*, segundo os quais a saída britânica da UE geraria incertezas, seriam as próprias políticas da instituição “uma fonte de instabilidade e insegurança” para o Reino Unido. Era preciso, segundo Gove, seguir o exemplo das “nações escandinavas”, que “estão agora se voltando para si mesmas”. Uma das formas de buscar esse retorno a si próprio, em meio a essa percepção sobre a crescente falta de segurança nas discussões do referendo, foi a

<sup>71</sup> CRACE, John. Grassroots Out unites politicians – the ones we normally try to avoid. **The Guardian** (on-line), 20 fev. 2016. UK politics: The politics sketch. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/19/grassroots-out-unites-politicians-the-ones-we-normally-try-to-avoid>. Acesso em: 14 fev. 2023. “The lovely Ukip MEP, Gerard Batten, who recently advocated that all Muslims should sign a contract promising not to be terrorists, managed to get in a few references to the Kaiser and Hitler before making way for veteran Eurosceptic MP Bill Cash, who made exactly the same speech he has been making week in, week out in the House of Commons for the past 20 years.”

<sup>72</sup> SWINFORD, Steven; HUGHES, Laura. Convictions of EU migrants have risen by 40 per cent in five years. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.993, 17 fev. 2016. Europe, p. 9.

<sup>73</sup> EVANS, Martin. Illegal immigrant jailed for sex attacks. **The Daily Telegraph**, London, n. 50.103, 24 jun. 2016. Europe 2016, p. 4.

<sup>74</sup> GOVE, Michael. It pains me to say it, but too often the EU has left Britain with no control when it matters. **The Sunday Telegraph**, London, n. 2.854, 21 fev. 2016. Europe 2016: The Out Campaign, p. 2. “EU immigration policies have encouraged people traffickers and brought desperate refugee camps to our borders. Far from providing security in an uncertain world, the EU’s policies have become a source of instability and insecurity. [...] The former head of Interpol says the EU’s internal borders policy is ‘like hanging a sign welcoming terrorists to Europe’ and Scandinavian nations which once prided themselves on their openness are now turning in on themselves.”

substituição da legislação sobre direitos humanos. A interpretação era que as leis europeias sobre direitos humanos estariam constringendo indevidamente a ação das tropas britânicas no exterior e também facilitando ameaças de terrorismo.

A proposta de substituir o *Human Rights Act*, que consagra a convenção europeia em lei britânica, por uma *Bill of Rights* foi justificada nos seguintes termos por Michael Fallon, Secretário de Defesa do Reino Unido, em entrevista ao jornalista Tim Ross no *The Sunday Telegraph*: “Eu gostaria de ver [a *Bill of Rights* implementada] logo porque algumas dessas *decisões judiciais* estão começando a afetar a *efetividade* das tropas britânicas”.<sup>75</sup> Segundo Fallon, a Convenção de Genebra já seria o acordo internacional suficiente para garantir os direitos humanos. Por sua vez, o *Human Rights Act* seria explorado por gananciosos “escritórios de advocacia”, e “os soldados estavam preocupados que suas ações pudessem leva-los à corte em defesa de pedidos de indenização”.<sup>76</sup> Entretanto, em uma declaração publicada no *The Guardian*, a diretora da Anistia Internacional do Reino Unido criticou essa proposta: “O Reino Unido está criando um precedente perigoso para o mundo nos direitos humanos. Não há dúvida de que a degradação dos direitos humanos por parte deste governo é um presente para os ditadores de todo o mundo”.<sup>77</sup> Já de acordo com o *The Daily Telegraph*, seria preciso ir além da substituição da legislação: “Os ministros do gabinete [...] dizem que a Grã-Bretanha deve se retirar inteiramente da Convenção Europeia sobre Direitos Humanos para ficar livre das cortes europeias”, escreveu o jornalista de política Steven Swinford.<sup>78</sup> Essa demanda lembra uma antiga proposta de governo do *UKIP* para as eleições gerais.

<sup>75</sup> ROSS, Tim. Human rights law 'holds back' British troops. **The Sunday Telegraph**, London, n. 2.846, 27 dez. 2015. News, p. 8. “I would like to see [the *Bill of Rights*] soon because some of these court rulings are beginning to affect the effectiveness of British troops.”

<sup>76</sup> “Michael Fallon attacked ‘ambulance-chasing law firms’ that have brought thousands of cases against the Ministry of Defence over the conduct of British forces in Iraq and Afghanistan. He said soldiers were worried that their actions could land them in court defending compensation claims brought by enemy fighters they capture or relations of those killed.”

<sup>77</sup> WINTOUR, Patrick. UK downgrading of human rights sets dangerous precedent, says Amnesty. **The Guardian** (on-line), 24 fev. 2016. UK politics: Human rights. Disponível em: <https://www.theguardian.com/law/2016/feb/24/uk-downgrading-human-rights-dangerous-precedent-amnesty>. Acesso em: 14 fev. 2023. “The UK is setting a dangerous precedent to the world on human rights. There’s no doubt that the downgrading of human rights by this government is a gift to dictators the world over.”

<sup>78</sup> SWINFORD, Steven. Gove move delays Bill of Rights. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.997, 22 fev. 2016. Europe 2016, p. 3. “However Cabinet ministers have raised concerns that the bill, which replaces the Human Rights Act, will be not enough. Several say that Britain must pull out of the European Convention on Human Rights entirely to be free from European courts.”

Embora a renegociação do primeiro-ministro David Cameron com a União Europeia, ocorrida em fevereiro de 2016, tenha conseguido algumas concessões importantes, como a retirada da cláusula que previa cada vez mais integração e um freio de emergência no recebimento dos benefícios para trabalhadores da UE, o acordo final não acabava com a vigência da legislação da corte europeia no Reino Unido. Foi assim que a renegociação teria sido “ofuscada” por ameaças de terrorismo, segundo Steven Swinford e Matthew Holehouse no *The Daily Telegraph*:

A renegociação [de David Cameron com a UE] correu o risco de ser *ofuscada* depois que o chefe da polícia da UE advertiu que *até 5 mil jihadistas poderiam estar soltos na Europa* após treinamento com o Estado Islâmico. Rob Wainwright, chefe britânico da Europol, disse que *milhares de jihadistas* haviam silenciosamente retornado à Europa após treinamento com o *grupo terrorista* no Oriente Médio.<sup>79</sup>

Desse modo, na conjuntura do referendo, as associações discursivas entre imigração, segurança, terrorismo e criminalidade trabalharam para produzir uma política do medo em que mecanismos basais de fuga e ataque eram ativados na população britânica. Não apenas foi difundida a percepção de que as fronteiras do país estariam totalmente livres, mas também foi produzida a ideia de que estariam chegando no Reino Unido criminosos e terroristas em um contexto de grandes atentados na Europa. Uma preocupação especial foi dada à vinda de “jihadistas” para o país, ativando uma antiga disputa sobre os “valores britânicos” e os “valores muçulmanos” nos quais os primeiros evidentemente teriam prevalência sobre os últimos. Nesse contexto, era preciso, diziam alguns discursos do Brexit, endurecer as fronteiras, deixar de se submeter à legislação das cortes europeias — entendidas como brandas demais — e “voltar-se a si mesmo” em um contexto no qual a ação conjunta das nações europeias produziu somente instabilidade e a insegurança.

Assim, as dificuldades econômicas, sociais e culturais de lidar com a vinda de um milhão de refugiados para a Europa, frente à austeridade, à estagnação econômica e às ameaças de segurança podiam ser condensadas na presença de “dois

<sup>79</sup> SWINFORD, Steven; HOLEHOUSE, Matthew; DOMINICZAK, Peter. Wrangling over migrants' benefits nearly derails freight negotiations in Brussels. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.996, 20 fev. 2016. Referendum on Europe 2016, p. 4. “The renegotiation risked being overshadowed after the EU's police chief warned that up to 5,000 jihadists could be at large in Europe after training with Islamic State of Iraq and the Levant. Rob Wainwright, the British head of Europol, said that thousands of jihadists had ‘slipped back’ into Europe after training with the terrorist group in the Middle East.”

“jihadistas” que teriam se passado por migrantes no atentado de Paris, um dos mais traumáticos na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Era preciso, nesse cenário, “retomar o controle” sobre as fronteiras e a segurança do Reino Unido, evitando que preocupações com o multilateralismo ou os direitos humanos afetem a capacidade de o país exercer plenamente a sua soberania. Os contornos que separam Reino Unido e o exterior deveriam ser redesenhados de forma a evitar que qualquer porosidade ou falha permitisse a passagem de um lado a outro ou a vacilação entre o dentro e o fora, a menos que se tratasse da passagem dos fluxos comerciais e das relações econômicas. Pessoas, valores e culturas “estrangeiras”, por sua vez, se tornaram as grandes ameaças nacionais a serem combatidas.

### 3.5 Conclusão

Em um mundo cada vez mais interconectado, com rápidas mudanças tecnológicas e culturais trazidas pelo avanço da globalização, paradoxalmente se intensificam as reivindicações a respeito do que seria “nosso” e do que competiria ao “Outro”. Nas discussões sobre o Brexit, parte importante da população parece ter feito a avaliação de que o Reino Unido já teria problemas “próprios” demais para lidar, como a austeridade, a estagnação econômica e a criminalidade. Sendo assim, os britânicos não poderiam mais se dar o luxo de resolver situações que supostamente competiriam a terceiros, problemas “estrangeiros” e alienígenas. Por outro lado, dada a interconexão que mencionamos, como continuar demarcando o que é “nosso” com a mesma precisão? Se é que essa precisão já existiu de forma absoluta na história, uma vez que a construção da ideia de “nosso” pode partir de uma premissa problemática, segundo a qual o Reino Unido teria sido construído como uma nação isolada, nada porosa frente aos demais países do mundo. De forma ainda mais significativa, a própria unidade do “Reino Unido” enquanto país deve ser questionada, uma vez que nunca existiu uma essência britânica ou uma homogeneidade interna absoluta, mas sempre houve fragmentação, disputas, transformações, contingências, desigualdades e hierarquias.

Seria equivocado tentar diminuir o tamanho dos desafios enfrentados na conjuntura do referendo, tanto em relação à manutenção do Estado de bem-estar social quanto às ameaças de segurança. Sobre o primeiro aspecto, não se podem negar os papéis da austeridade nem da estagnação econômica de boa parte da Europa após a crise de 2008 e a crise da zona do euro. Entretanto, como acomodar

essas duas realidades com uma situação completamente nova: a chegada cada vez mais intensa de pessoas no Reino Unido e os seus impactos percebidos nos salários e nos serviços públicos? Embora certamente existam efeitos econômicos da circulação de pessoas, não é trivial estabelecer com precisão o peso de cada um desses fatores na qualidade de vida da população e, em especial, na deterioração econômica e social. Qualquer avaliação desse tipo pode estar sujeita aos recursos culturais de hostilidade ao estrangeiro e do migratismo que historicamente moldaram a identidade nacional britânica em meio às experiências de colonização e do imperialismo.

Nesse sentido, parece notável o fato de que uma parte significativa dos trabalhistas parece ter gastado mais energia no combate à austeridade do que no combate à xenofobia e ao migratismo. A indiferença (ou seria um endosso?) à hostilidade ao estrangeiro era, no entanto, dissimulada, quando se projetava que seria o próprio eleitorado, e não os líderes ou intelectuais do partido, os responsáveis pelas percepções a respeito dos imigrantes. Ao aceitar a oposição do cidadão comum à imigração como um dado da realidade que não podia ser modificado nem contestado, os mesmos trabalhistas *produziram* a xenofobia de que se diziam vítimas nos resultados eleitorais.

Em relação às questões de segurança e às ameaças de terrorismo, qual seria a importância de demarcar a distinção entre os criminosos “britânicos” (aliás, uma marcação que sequer existia) e os criminosos “estrangeiros”? Talvez esteja implícita nessa formulação uma ideia de que os valores “alienígenas”, isto é, os valores daqueles que não nasceram no Reino Unido, seriam mais propensos à criminalidade e menos propensos à civilidade. A crença de que a condição de estrangeiridade poderia favorecer o cometimento de crimes parece bastante relativa, quando consideramos que a ameaça dos “imigrantes ilegais” e dos “criminosos estrangeiros” aparecia estampada com bastante destaque nas capas dos jornais e nas estratégias da polícia, como pessoas a serem o tempo todo selecionadas, vigiadas e controladas pelo Estado britânico. Ignora, também, a existência da xenofobia e do migratismo enraizados na cultura do Reino Unido. Em vez da dura realidade da hostilidade e das discriminações, a percepção a respeito uma política de fronteiras totalmente abertas e porosas só existiu no imaginário de alguns britânicos. Um imaginário que se revela ainda orientalista (SAID, 2007), ao enfatizar o

cometimento de “ataques sexuais” e o aumento de “condenações” voltando-se sobretudo contra populações árabes e muçulmanas no Reino Unido.

Sem dúvida, ataques terroristas são experiências traumáticas, que roubam o cotidiano e geram pânico. Como, no entanto, trabalhar esses sentimentos quando a identidade nacional se afirma numa dicotomia nacional/estrangeiro, valorizando o primeiro polo sobre o segundo? A proposta de levar adiante um referendo sobre a União Europeia naquele contexto parecia fazer do Brexit o grande palco para dar sentido às percepções sobre ameaças de segurança e declínio econômico. Contudo, quando o Brexit passou a operar como signo linguístico, o referendo se tornou o grande “buraco negro” capaz de simbolizar os acontecimentos que geram efeitos psíquicos profundos na população britânica. A falta de outros espaços de simbolização, para além do próprio referendo e do alarmismo sobre a crise dos refugiados — espaços que talvez possibilitassem outras lógicas para dar sentido a essas transformações —, nos parece aqui especialmente significativa.

De forma mais específica, os “imigrantes” apareceram incansavelmente nos jornais, inclusive visualmente, corporalmente. Eles chegavam aos bandos na Europa e no Reino Unido, às vezes em grandes botes (BLEIKER et al., 2013). Eles cometiam “crimes” e abusavam dos “benefícios” para os quais não teriam contribuído. E quanto à “austeridade”, aos “desafios da globalização” e à “crise do capitalismo”, quem os encarna? O *The Guardian* pode até ter se esforçado para combater o discurso da austeridade, inclusive usando de aspectos emotivos como o ressentimento e a raiva, mas talvez essa “encarnação” seja mais difícil de simbolizar do que os “imigrantes”. Podemos especular, ainda, que esse combate não é favorecido culturalmente num país que foi influenciado pelo neoliberalismo desde Margaret Thatcher e pela visão do moralismo de bem-estar de David Cameron, ao contrário da hostilidade ao estrangeiro que permanecia bastante difundida e enraizada na identidade nacional britânica, embora não sem qualquer oposição de minorias, defensores de direitos humanos e do próprio cosmopolitismo britânico.

Se os discursos dos partidos no contexto do Brexit sobre imigração dizem respeito às oportunidades de simbolização sobre os eventos significativos da vida britânica, o papel da imprensa não pode aqui ser negligenciado. O mergulho nas fontes primárias revelou construções discursivas que omitiam a força de sua própria enunciação em produzir os efeitos do próprio discurso, que eram em vez disso atribuídos a terceiros não identificados. A manchete que dizia que “ministros são

acusados de esconder os números de imigração” *acusava* os ministros de fazerem justamente isso, e a frase que dizia que o aumento da imigração “contribuiu com preocupações relacionadas à segurança” *produzia* a compreensão desses números como um problema de segurança. Tais enunciados atuavam como os “performativos ilocucionários” da teoria dos atos de fala de J. L. Austin (1962). Nas palavras de Judith Butler, “essas [...] palavras performatizam a própria ação que enunciam” (BUTLER, 2021, p. 139).

É verdade que o referendo britânico sobre a permanência na União Europeia não dizia respeito nem às causas da precariedade econômica nem ao problema do terrorismo e as ameaças de segurança no Reino Unido. Essas pautas não constavam no boletim de votação. Ainda assim, essa foi a força atribuída ao referendo pelo imaginário da população britânica, como uma oportunidade de simbolizar e dar sentido a seus “próprios” problemas. Em vez de lidar com esses desafios, porém, havia uma reivindicação pela garantia da capacidade de “deportar criminosos estrangeiros”. Desse modo, Robert Saunders (2020) pode até ter tido razão quando afirmou que o Brexit foi uma declaração de confiança numa grande nação. Mas essa declaração consciente dissimulava, queremos argumentar, uma profunda falta de confiança na capacidade do Reino Unido lidar com suas transformações e seus conflitos mais profundos. Nesse contexto, a necessidade de deportar “maus imigrantes” pode ser justaposta à necessidade de afastar da realidade psíquica questões bastante complexas, como o declínio econômico das antigas regiões industriais do Reino Unido, o que o referendo não faria nada para resolver.

Nas disputas do Brexit, a falta de controle sobre os problemas concretos do Reino Unido (políticos, sociais e econômicos) foi deslocada em um discurso sobre a suposta falta de controle sobre a “imigração”, uma percepção que pertenceu ao imaginário de parte da população britânica. Após a votação, porém, o Reino Unido teve que confrontar com o retorno do Real sobre o imaginário produzido no contexto do referendo. Após o dia decisivo de 23 de junho, vimos o reaparecimento da falta, da incapacidade de cumprir a promessa impossível do referendo, da manutenção da distância entre signo e significante. Prologavam-se, assim, as ansiedades e incertezas dos tempos de crise. Os desafios do Reino Unido não podiam ser condensados de uma vez por todas nas figuras daqueles que ousaram cruzar as fronteiras nacionais. Em vez disso, o excesso dos problemas britânicos transbordou a moldura dada pela votação.

## 4 Nação, crise pós-imperial, populismo

A existência de uma nação é um *plebiscito de todos os dias*. (RENAN, 1997).<sup>1</sup>

Os refugiados ainda nem foram completamente registrados, mas já nos fazem pensar *quem somos nós*.<sup>2</sup>

Se a UE tivesse metade do discernimento que ela se gaba de ter, ela veria que o que é necessário agora é a *recuperação do Estado nacional* com uma identidade cultural segura e tradições políticas claras.<sup>3</sup>

### 4.1 Introdução

A decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia no dia 23 de junho de 2016 foi um dos eventos globais que mais chamou atenção para a discussão sobre uma possível ressurgência do nacionalismo na política internacional. Esse movimento teria sucedido um período marcado pela intensificação do multilateralismo, da interdependência econômica e dos processos de globalização ocorridos no pós-guerra, sem que necessariamente tenha havido consenso entre os acadêmicos a respeito da hipótese do declínio nacional. Na literatura, a discussão sobre o nacionalismo e as identidades nacionais já se revelava complexa e controversa, contando com debates entre primordialistas, modernistas e etnossimbolistas (ÖZKIRIMLI, 2000). Entretanto, como explicar a tentativa de cópula entre Estado e nação durante as disputas do referendo no Reino Unido? Este capítulo se dedica a investigar as discussões sobre a identidade nacional nos discursos do Brexit, mais especificamente a operação de semelhanças e divergências a partir dos múltiplos significados atribuídos à nação por parte de três partidos britânicos — o Partido Conservador, o Partido Trabalhista e o Partido pela

<sup>1</sup> Afirmação do historiador e filósofo francês Joseph Ernest Renan em uma célebre conferência na Sorbonne sobre o nacionalismo, proferida em 1882.

<sup>2</sup> ERPENBECK, Jenny. The refugee crisis is forcing Germans to ask: who are we?. Translated by Susan Bernofsky. **The Guardian** (*on-line*), 21 dez. 2015. Opinion: Germany. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/dec/21/refugee-crisis-germans-empathy-fear>. Acesso em: 24 jan. 2023. Coluna de opinião de Jenny Erpenbeck publicada no dia 21 de dezembro de 2015 no *The Guardian*, traduzida do alemão para o inglês por Susan Bernofsky. “*The refugees haven’t even all been registered yet, but already they raise questions about who we are.*”

<sup>3</sup> DALEY, Janet. The remote, chaotic EU is now fuelling voters’ distrust of the establishment. **The Sunday Telegraph**. London, n. 2.845, 20 dez. 2015. Comment, p. 22. Comentário de Janet Daley no jornal *The Sunday Telegraph* (publicado aos domingos), 20 de dezembro de 2015. “*If the EU had half the conscientious insight it lays claim to, it would see that what was needed now was the rehabilitation of the nation state with a secure sense of cultural identity and recognisable political traditions.*”



Independência do Reino Unido — na conjuntura do referendo. Em particular, argumentamos que dois elementos foram centrais na constituição da identidade nacional britânica durante o Brexit: a crise pós-imperial e o populismo.

## 4.2 Uma causa nacional

“Queremos pertencer a uma nação insular excepcional ou a uma civilização mais ampla de culturas diversas e valores compartilhados?”, perguntou Lord Ashcroft no *The Daily Telegraph* no dia 17 de dezembro de 2015.<sup>4</sup> Por meio dessa pergunta, Ashcroft buscou resumir o dilema que a votação sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia colocaria para os cidadãos britânicos no dia 23 de junho. “[O voto] terá consequências para o Reino Unido como um todo”, alertou John Harris no *The Guardian*.<sup>5</sup> “A Europa não é uma causa do *Tory*, mas sim nacional”, lembrou este último jornal em um editorial;<sup>6</sup> “uma decisão democrática nacional com implicações geracionais para todos nós”, escreveu em outro.<sup>7</sup> Novamente o *The Daily Telegraph* pareceu concordar com esse mesmo entendimento, também em um editorial: “Diz respeito ao futuro da nação e ao seu lugar no mundo”;<sup>8</sup> “Esta demonstração de democracia direta moldará tanto nosso país quanto nosso continente”, destacou Ian Birrell no mesmo jornal.<sup>9</sup> “A nossa adesão [à União Europeia] é uma expressão fundamental da nossa *identidade*

<sup>4</sup> ASHCROFT, Lord. Will Cameron persuade his own voters to back Europe?. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.941, 17 dez. 2015. Commentary, p. 11. “*Do we wish to belong to an exceptional island nation, or to a broader civilization of diverse cultures but shared values?*”.

<sup>5</sup> HARRIS, John. Irrational, unhinged, gullible? No, the many who want Britain out of Europe deserve to be listened to. **The Guardian** (on-line), 26 fev. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/feb/26/irrational-unhinged-gullible-many-who-want-britain-out-of-europe-deserve-listened>. Acesso em: 24 jan. 2023. “[...] it [the vote] will have profound consequences for the UK as a whole [...]”.

<sup>6</sup> THE GUARDIAN. The Guardian view on Labour and Europe: voice of the nation time (Editorial). **The Guardian** (on-line), 16 fev. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/feb/16/the-guardian-view-on-labour-and-europe-voice-of-the-nation-time>. Acesso em: 24 jan. 2023. “*Europe is not a Tory cause but a national one.*”

<sup>7</sup> THE GUARDIAN. The Guardian view on the Tories and Europe: it’s our choice, not theirs (Editorial). **The Guardian** (on-line), 22 fev. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/feb/21/the-guardian-view-on-the-tories-and-europe-its-our-choice-not-theirs>. Acesso em: 24 jan. 2023. “[...] a national democratic decision with generational implications for all of us.”

<sup>8</sup> THE DAILY TELEGRAPH. Voters need the full facts for EU debate (Editorial). **The Daily Telegraph**, London, n. 49.999, 24 fev. 2016. Letters to the Editor, p. 21. “*It concerns the future of the nation and its place in the world.*”

<sup>9</sup> BIRREL, Ian. Don’t expect the PM to play nice as he battles for his place in history. **The Sunday Telegraph**. London, n. 2.845, 17 fev. 2016. Comment, p. 16. “*This latest display of direct democracy will shape both our country and continent.*”

*britânica*”, escreveu David Cameron no *The Sunday Telegraph*.<sup>10</sup> Foram múltiplas as associações entre a decisão a ser tomada durante o referendo e a definição da identidade nacional britânica. Mas o que exatamente significa o chamado “Estado-nação”? E como teria ocorrido a formação nacional do Reino Unido? A seguir, apresentamos alguns elementos centrais da discussão teórica sobre o nacionalismo, abordamos as especificidades do Estado britânico e, finalmente, investigamos como foram construídos os significados nacionais no referendo de junho de 2016.

De acordo com o levantamento feito por Umut Özkırmıllı em *Theories of Nationalism: A Critical Introduction*, o nacionalismo se tornou um objeto de investigação acadêmica nos anos 1920 e 1930, mas foi somente a partir da década de 1980 que surgiram as primeiras teorias do nacionalismo (ÖZKIRIMLI, 2000, p. 1-2). Alguns fatores devem ser levados em consideração para justificar essa aparente “demora” histórica. Em primeiro lugar, o nacionalismo gerou interesse crescente sobretudo a partir da experiência da Primeira Guerra Mundial, no contexto do fim da era dos impérios e da aceleração dos processos de descolonização, culminando com a criação de diversos novos Estados nacionais (BREUILLY, 2013, p. 64). Embora as nações e o nacionalismo sejam anteriores ao século XX, o que se produzia sobre o Estado-nação consistia na produção do *nacionalismo* propriamente dito, e não uma reflexão sustentada sobre o fenômeno. Atualmente, porém, esse quadro mudou, e a discussão acadêmica sobre o assunto já é consideravelmente rica e multifacetada. A seguir, pincelaremos apenas alguns elementos que consideramos relevantes da literatura para pensar a identidade nacional britânica durante o Brexit, com especial ênfase à abordagem modernista do nacionalismo.

Enquanto os teóricos conhecidos como primordialistas insistem no caráter antigo e supostamente “natural” da nação — e, por sua vez, os etnossimbologistas enfatizam os laços étnicos e culturais pré-existentes em sua formação —, os modernistas consideram que o nacionalismo é um fenômeno inerentemente moderno (ÖZKIRIMLI, 2000). Nomes proeminentes como Benedict Anderson, Ernest Gellner e Eric Hobsbawm concordam que o nacionalismo é um fenômeno sobretudo do século XIX, isto é, impensável antes das Revoluções Industrial e

<sup>10</sup> CAMERON, David. An abject, self-imposed humiliation awaits if this proud, important country walks away. **The Sunday Telegraph**. London, n. 2.871, 19 jun. 2016. Europe 2016, p. 13. “Of course, the EU is not perfect. But in a way, our membership of it is the fundamental expression of our Britishness – outward-looking, compassionate, engaged – and yes, sceptical, too.”

Francesa (BURKE, 2013, p. 115). Mais especificamente, na célebre conferência proferida Sorbonne em 1882, o também modernista Ernest Renan já havia defendido o argumento segundo o qual “as nações são algo de muito novo na história. A Antiguidade não as conheceu: o Egito, a China, a antiga Caldéia não foram absolutamente nações” (RENAN, 1997, p. 159). Além disso, Ernest Gellner também enfatizou que o nacionalismo pertence à modernidade, sendo um “fato histórico evidente desde o fim do século XVIII” (GELLNER, 1997, p. 11).<sup>11</sup> Por fim, Eric Hobsbawm defendeu que “o sentido moderno da palavra [‘nação’] não é anterior ao século XVIII” (HOBSBAWM, p. 3).<sup>12</sup> Gellner, entretanto, fez a ressalva de que a compreensão do nacionalismo como um aspecto do mundo industrial e científico, em oposição às sociedades de subsistência ou ao mundo agrário, não implica negar “a persistência ocasional das culturas ao longo do tempo, ou o poder ocasional das culturas para inspirar ação política e lealdade no passado” (GELLNER, 1997, p. 96).<sup>13</sup>

Além de ressaltar o caráter “novo” dos Estados nacionais na história humana, os modernistas convergem no entendimento de que as nações não são fenômenos naturais, mas sim, construções humanas. Nas palavras de Renan, “a nação moderna é [...] um resultado histórico produzido por uma série de fatos convergentes” (RENAN, 1997, p. 162). Contestando a ideia de que o direito nacional poderia ser derivado somente da raça das populações locais, da língua, da religião, da geografia ou dos interesses — tudo isso, segundo o autor, não seria suficiente para explicar a “alma” e o “princípio espiritual” das nações, uma vez que estes últimos se baseiam na vontade humana de recordar o passado e o desejo de viver em conjunto o momento presente —, Renan se destacou ao defender a importância do esquecimento e do erro histórico no processo de criação da nação. Como a origem das formações políticas normalmente é violenta, é essencial que os nacionais não apenas tenham muito em comum, mas também que compartilhem os mesmos

<sup>11</sup> “Nationalism is neither universal and necessary nor contingent and accidental, the fruit of idle pens and gullible readers. [...] Our task is to single out the differences which separate nationalist-prone from nationalist-resistant humanity. We know, as a highly conspicuous historical fact since the end of the eighteenth-century, that we and an ever-increasing proportion — in the end probably a majority — of mankind have fallen into the former camp.”

<sup>12</sup> “Nations, we now know — not least through the efforts of the Hayes-Kohn era — are not, as Bagehot thought, ‘as old as history’. The modern sense of the word is no older than the eighteenth century, give or take the odd predecessor.”

<sup>13</sup> “If true, and that remains to be seen, it does link nationalism to the modern world, without prejudice to the occasional persistence of cultures over time, or the occasional power of cultures to inspire political action and loyalty in the past.”

esquecimentos. Esse aspecto também pode ser encontrado, pelo menos de certa forma, no processo de “invenção das tradições” identificado por Hobsbawm, para quem o efeito de “continuidade” das nações é fictício. Isso decorre do fato de que as instituições e tradições normalmente são adaptadas a novos contextos ou mesmo podem ser deliberadamente inventadas para objetivos totalmente novos (HOSBBAWM; RANGER, 1983). Entendidas dessa maneira, as nações podem ser concebidas como um “artefato” (HOSBBAWM, 2013, p. 10) ou como uma “comunidade imaginada”, para ficar com a célebre formulação de Benedict Anderson (ANDERSON, 1983). Em outras palavras, o nacionalismo transforma comunidades pré-existentes em uma nação, mas também inventa essas próprias comunidades nacionais e frequentemente apaga muitas das culturas locais que já existiam, por meio de processos de homogeneização nacional e do emprego da violência e da expulsão.<sup>14</sup>

Com frequência, os modernistas também enfatizam o aspecto político do nacionalismo. Segundo Gellner, o nacionalismo é um “princípio político” que postula a congruência entre a unidade étnica e cultural (nação) e a unidade política e organizacional (Estado). Isso implica, na perspectiva do autor, que os limites da unidade legítima da nação devem ser compostos por pessoas da mesma cultura, daí a conhecida fórmula nacionalista: “uma cultura, um Estado” (GELLNER, 1983, p. 45).<sup>15</sup> Partindo dessa mesma definição sobre a congruência do Estado-nação, Hobsbawm observou que o nacionalismo tem relação com “um tipo específico de Estado territorial moderno” (HOSBBAWM, 2013, p. 9) e deve ser compreendido como um fenômeno inserido numa fase bastante específica dos desenvolvimentos econômico e tecnológico. O autor reconhece que, embora a palavra “nação” seja anterior à modernidade, seu emprego era usado para se referir à origem e à descendência, sem qualquer relação política ou territorial. Foi somente a partir de 1884 que a nação esteve relacionada ao Estado e ao território, no sentido típico das

---

<sup>14</sup> Essas três possibilidades se relacionam a duas concepções distintas de nação destacadas por Hobsbawm: a “nacionalista”, que enfatiza a existência prévia de uma cultura ou etnia compartilhadas antes da formação nacional, e a “revolucionária-democrática”, que dá prioridade à revolução política e social na criação da nação (HOSBBAWM, 2013, p. 22). Em outras palavras, considerando a cópula Estado-nação, a perspectiva nacionalista dá ênfase à nação, enquanto a abordagem revolucionária-democrática prioriza o Estado.

<sup>15</sup> No campo das teorias de Relações Internacionais, Moran M. Mandelbaum desenvolveu uma genealogia psicanalítica lacaniana e uma abordagem discursiva a respeito das “fantasias” nacionalistas sobre a congruência entre Estado e nação e a unidade nacional (MANDELBAUM, 2020).

Revoluções Americana e Francesa (HOBSBAWM, 2013, p. 14-19). Mas o aspecto político do nacionalismo não diz respeito apenas ao território; ele também se refere às ideologias políticas. Mais especificamente, John Breuilly defendeu a compreensão do nacionalismo como uma ideologia política moderna que combina universalismo e particularismo: “uma reivindicação da validade universal”, segundo a qual o mundo é dividido em várias nações diferentes e, ao mesmo tempo, “uma insistência no caráter único de cada nação” (BREUILLY, 2013, p. 62-63).<sup>16</sup> Além disso, a nação deve possuir uma autonomia política, geralmente por meio da constituição de um Estado nacional soberano — daí a importância das já mencionadas considerações territoriais.

Por fim, um último consenso entre os modernistas é a compreensão segundo a qual o nacionalismo se desenvolveu e se disseminou de forma desigual pelo mundo, tanto do ponto de vista espacial como temporal. Quanto ao aspecto *temporal*, Hobsbawm explica que, em um primeiro momento, ocorreu a difusão de algumas ideias difusas relacionadas à cultura, à literatura e ao folclore, o que Breuilly chama de “formulação da ideia” ou “movimento cultural”. Em seguida, Hobsbawm escreveu que militantes organizaram essas ideias em termos políticos — nas palavras de Breuilly, a formulação de uma doutrina política. Finalmente, o nacionalismo, segundo Hobsbawm, ganhou adesão da massa, quando, para Breuilly, ocorreu a difusão de um sentimento como uma identidade comum para um grande número de pessoas. Além dessas três etapas temporais (movimento cultural, campanha política e adesão da massa), Gellner escreveu sobre as quatro zonas *espaciais* distintas na Europa marcadas por diferentes padrões de disseminação do nacionalismo. Segundo o autor, a Europa atlântica foi marcada pela unidade entre cultura e Estado, uma vez que contava com fortes Estados dinásticos. Em segundo lugar, a Europa Central possuía uma cultura homogênea nacional, mas não um Estado, em função de sua fragmentação territorial. Por sua vez, na Europa Oriental não havia nem culturas nacionais nem Estados, em função das complexas diferenças culturais e linguísticas, daí a problemática da limpeza étnica. Por fim, a União Soviética se desintegrou levando a uma transferência brutal e massiva das populações, mas isso não foi capaz de simplificar o seu mapa étnico.

<sup>16</sup> “Nationalism shares with liberalism, radicalism, and socialism a claim to universal validity—the world is divided into a series of nations—and like them begins as a challenge to the status quo. Paradoxically, however, the claim to validity takes the form of an insistence on the unique character of each nation, even if nationalists wax most lyrical about their own nation.”

Em outras palavras, o nacionalismo é um fenômeno controverso e que se desenvolveu de forma desigual com o advento da modernidade. As nações não existiram sempre nem são naturais, mas são artefatos ou imaginações históricas, políticas e culturais. O nacionalismo, por sua vez, é simultaneamente um princípio político, doutrina, ideia ou movimento cultural que se baseia na participação dos cidadãos na totalidade nacional, sem qualquer mediação por subgrupos específicos.<sup>17</sup> Para estabelecer essa unidade, é preciso primeiro criar um efeito de superfície de uma cultura “nacional”, o que se tornou possível historicamente após o advento da imprensa, a uniformização linguística, a alfabetização em massa e a escolarização universal (BURKE, 2013, p. 115-174). Essa condição, no entanto, também depende após um processo intenso de homogeneização das culturas locais, como se o Estado fosse absolutamente congruente com uma única grande cultura nacional. Isso implicou mecanismos de inclusão e de exclusão para constituir o que seria a legítima comunidade nacional, de modo que algumas ideias e culturas deveriam ser expelidos para “fora” dos limites nacionais. Assim, a homogeneidade da unidade Estado-nação pode ser alcançada de diversas formas, como um processo mais lento de dissolução e esquecimento das diferenças, ou por meio de uma ação mais violenta, como a limpeza étnica e a imigração forçada (GELLNER, 1997, p. 45-47).<sup>18</sup>

Até este momento, vimos algumas das características básicas do processo geral de constituição dos Estados-nação, de acordo com a perspectiva modernista das teorias do nacionalismo. Entretanto, quais seriam as especificidades da formação do Reino Unido enquanto nação? Poderíamos caracterizar o referendo do Brexit de 2016 como uma transformação da nação britânica, ao ponto de se tornar possível a afirmação sobre o “nascimento de um novo Reino Unido” [*“Birth of a*

---

<sup>17</sup> Gellner escreveu que o nacionalismo tem como condições de possibilidade determinadas características das sociedades modernas associadas à mobilidade, ao anonimato e à atomização (GELLNER, 1977, p. 28). Enquanto no mundo agrário predominavam associações fortes de acordo com critérios de nascimento ou lealdade, as associações modernas são sempre submetidas a essa totalidade nacional e, ao contrário desta, tornam-se efêmeras e opcionais, sem possuir poderes legais relevantes sobre seus membros. Esta é a importância da “igualdade” no tratamento dos nacionais para o nacionalismo, os quais têm acesso à essa “sociedade total” *apenas por serem nacionais*, independentemente do pertencimento a determinados subgrupos ou associações.

<sup>18</sup> Como mencionamos anteriormente, poderíamos incluir nessa lista os mecanismos de fantasia a respeito da congruência entre Estado e nação e a unidade nacional identificados por Mandelbaum (MANDELBAUM, 2020).

*new Britain*”], como estampou o jornal *The Daily Telegraph* numa manchete de primeira página?<sup>19</sup>

Antes de chegar a conclusões mais apressadas a esse respeito, cumpre fazer uma análise histórica mais cuidadosa do Estado britânico.<sup>20</sup> A formação do Reino Unido moderno se revela um processo longo e complexo, com algumas particularidades em relação às demais formações nacionais na Europa. A seguir, apresentaremos quatro perspectivas influentes a respeito da constituição do que hoje conhecemos como “Reino Unido”: Tom Nairn (1977), Jonathan C. D. Clark (2000), Krishan Kumar (2003) e Michael Kenny (2014).

Tom Nairn desenvolveu uma análise de fôlego sobre a formação do Estado britânico. Segundo o autor, o Reino Unido foi formado a partir das tensões entre o que chamou de “sistema britânico” — isto é, a constituição de uma grande nacionalidade central, a inglesa — e a autodeterminação das “pequenas nações” — os gauleses, escoceses e irlandeses. Mais especificamente, Nairn escreveu em um contexto de preocupações com o colapso do sistema britânico após a desintegração do império, com a ascensão de novos nacionalismos dentro do Reino Unido. Ele afirmou que a fragmentação do território britânico poderia se dar de duas formas principais: por meio de uma desintegração territorial ou por meio de uma revolução social. Entretanto, considerando a formação histórica hierárquica e conservadora do Reino Unido (mais sobre isso a seguir), Nairn avaliou que o mais provável de se suceder é o primeiro caso. O autor argumentou que as análises sobre a forma do Estado do Reino Unido até a publicação do livro, no ano de 1977, podem ser divididas em duas perspectivas principais, das quais buscou se diferenciar: a conservadora e a marxista.

A abordagem conservadora enfatizava a continuidade da Constituição, das instituições e dos princípios do país, e defendia a suposta originalidade do sistema britânico e o culto da excelência e da superioridade de seus valores. Por sua vez, a visão marxista se baseava, nas palavras de Nairn, numa “completa abstração” por entender o Estado britânico como a dominação de uma classe dominante (capitalista), identificando apenas as uniformidades entre os países do capitalismo

<sup>19</sup> DOMINICZAK, Peter; HOPE, Christopher; SWINFORD, Steven. Birth of a new Britain. **The Daily Telegraph**, London, n. 50.104, 25 jun. 2016. Front page, p. 1.

<sup>20</sup> Como veremos na análise a seguir, o Reino Unido é, sem dúvida, um *Estado nacional*, mas dificilmente atinge a condição de congruência de um “*Estado-nação*”, como pedem as doutrinas nacionalistas.

avançado e, dessa forma, negligenciando o papel e a natureza do Estado, além das especificidades britânicas em seu desenvolvimento. Nairn buscou se distinguir das análises conservadora e marxista da formação do Estado enfatizando, em vez disso, o caráter histórico de sua constituição.<sup>21</sup> Para o autor, o que é verdadeiramente “único” no sistema britânico não são os valores, as tradições, a Constituição ou a dominação da classe dominante, mas sim “as condições e a temporalidade do desenvolvimento capitalista” (NAIRN, 1977, p. 15).<sup>22</sup>

O Reino Unido, em sua perspectiva, representou a dominância da primeira classe capitalista nacional e criou as condições para o início do processo de industrialização. Esse protagonismo fez com que o Estado britânico não pudesse ser “típico” do desenvolvimento moderno em comparação com a trajetória dos demais Estados europeus, uma vez que o Reino Unido foi pioneiro em boa parte dessas transformações históricas e sociais. Nairn entende o país como um Estado de transição ou intermediário, entre o feudalismo e a modernidade. Seu domínio se baseou numa tradição patriciana, composta da elite agrária que se consolidou com as guerras civis do século XVII, e não na tradição da democracia representativa típica das formações modernas, em especial entre os anos 1776 e 1815. No caso do desenvolvimento do Estado inglês — o qual, é preciso lembrar, apenas se tornaria Reino Unido em 1707, após a união com a Escócia —, o aparato estatal estava subordinado de forma incomum ao comando da sociedade civil, cuja hegemonia era composta pela mesma elite agrária. Mais ainda, essa elite se juntou com a burguesia para se opor ao proletariado, o que fez com que a burguesia abandonasse a sua herança mais revolucionária e radical.

Dessa forma, embora não tenha deixado de ser um estamento feudal no sentido econômico, a elite agrária representou uma verdadeira “aristocracia social” no Reino Unido, e não foi antagonizada pela burguesia industrial, mas se aliou politicamente a esta, em função de sua convergência dos interesses econômicos

<sup>21</sup> Embora ainda fortemente influenciado pelo marxismo, entendemos que Nairn se diferenciou da abordagem marxista ao levar em consideração as especificidades da formação do Estado britânico sem buscar as mesmas regularidades da formação nacional dos países do capitalismo avançado e também ao enfatizar a aliança (e não o antagonismo) entre a aristocracia e a burguesia na transição do país entre o feudalismo e a modernidade.

<sup>22</sup> “*For this reason the English - subsequently ‘British’ - political system was, and still remains ‘unique’ in a non-mystifying sense. These are peculiarities that owe nothing to the inherent political virtues of the British, and everything to the conditions and temporality of capitalist development in the British Isles.*”



(NAIRN, 1977, p. 15).<sup>23</sup> A partir do século XIX, mais especificamente na era do “novo imperialismo” (1870-1914), a Revolução Industrial declinou e verificou-se o início do controle financeiro do mercado mundial, especialmente por meio do estabelecimento de um centro financeiro em Londres. Assim, o Sul da Inglaterra se beneficiou da hierarquia social conservadora do Reino Unido, marcada por uma ordem de classes claramente demarcada, e exerceu hegemonia e controle sobre o Estado britânico. Nas palavras de Nairn, “foi a captura do liberalismo pelo imperialismo que anulou o aspecto radical do primeiro” (NAIRN, 1977, p. 29-30).<sup>24</sup> Com essa afirmação, o autor enfatiza as condições externas do desenvolvimento do Estado britânico, a saber, a exploração das colônias no exterior e o processo de acumulação primitiva do capital. As vangloriadas “coesão” e “estabilidade” do Estado britânico, assim, nada mais seriam do que a consequência da capacidade de o Estado fornecer concessões às classes mais baixas e estabelecer um “contrato social” a partir dos ganhos com o império, sem promover rupturas ou transformações mais significativas na sociedade britânica.

Entretanto, a desintegração do império nos anos 1950 e 1960 fez com que essas recompensas sociais não pudessem mais ser sustentadas com a mesma facilidade e evidenciaram, em vez disso, a necessidade de transformação da própria estrutura da sociedade britânica. Além disso, a estratégia de oferecer concessões às pressões populares e aos trabalhadores se provou efetiva na luta de classes e na negociação entre diferentes grupos sociais, mas não possuía os mesmos efeitos para questões *nacionais*, o que se tornou problemático à medida que as chamadas “pequenas nacionalidades” começaram a fazer reivindicações por mais autonomia política. Segundo Nairn, essa ineficácia para lidar com questões nacionais decorre do fato de que “o constitucionalismo britânico cria uma mística oculta do poder, retirando-o da arena de confronto normal e consagrando-o como uma ‘soberania’ sagrada e inatingível; mas o nacionalismo é sobre poder, de maneira bem direta”

<sup>23</sup> “A second can be found in the degree of economic homogeneity between the governing landed class and the bourgeoisie: while remaining a genuine social aristocracy, the former had long ago ceased to be a feudal estate economically.”

<sup>24</sup> “[...] it was the capture of Liberalism by Imperialism which nullified the former’s radical aspect [...].”

(NAIRN, 1977, p. 61).<sup>25</sup> A consequência dessa estabilidade britânica garantida pelo liberalismo conservador dos grupos dominantes foi a *ausência de um sentimento nacionalista tipicamente moderno*, isto é, democrático e popular.<sup>26</sup> Efetivamente, segundo Nairn, a classe trabalhadora só foi mobilizada em situações de guerra externa, um ponto essencial ao qual retornaremos. Além disso, o imperialismo fez a nacionalidade britânica se orientar por um “orgulho sufocante e paralítico do poder e das glórias passadas [do Estado]” (NAIRN, 1977, p. 44).<sup>27</sup> Enquanto o nacionalismo típico se baseia na igualdade e na indistinção entre as classes, a hierarquia rígida do Reino Unido impediu o igualitarismo e a radicalidade do nacionalismo, fazendo com que a única versão possível do nacionalismo no país fosse “aquela que ignora essas divisões de classe contra um inimigo 'externo'”.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> “Although notoriously effective on the front of class struggle and negotiation, the strategy has no real application to national questions. The philosophy and practice of conservative empiricism presupposes a stable, consensual framework; the new nationalisms challenge that framework itself. British constitutionalism makes an arcane mystique of power, removing it from the arena of normal confrontation and enshrining it as a Grail-like ‘sovereignty’; but nationalism is about power, in a quite straightforward sense. It is a demand for the Grail, or at least a bit of it (this is of course a demand for the impossible, in English ideological tradition).”

<sup>26</sup> Nairn escreve que o Reino Unido desenvolveu seu constitucionalismo moderno de forma gradual ao longo de vários séculos, o que tornou a experiência do país distinta em relação aos demais países da Europa. No caso dos últimos, o absolutismo era mais forte, e foi preciso haver uma série de revoluções populares para que se desenvolvesse uma “verdadeira doutrina moderna do Estado abstrato ou ‘impessoal’, a qual, por causa de sua natureza abstrata, poderia ser imitada posteriormente” (NAIRN, 1977, p. 17). Em outras palavras, o constitucionalismo moderno inglês (e mais tarde, britânico) teria sido fruto da experiência, da tentativa e erro, e não de uma doutrina abstrata e bem estabelecida como nos vizinhos europeus. Estes se baseiam na chamada “segunda era da revolução política burguesa” (1776-1815), enquanto o Estado inglês teria sido formado numa fase bem anterior, a chamada “era revolucionária” (1640-1688) — uma experiência que não podia ser repetida e imitada por outros países, justamente por não ter o mesmo caráter abstrato e doutrinário. O fato de o Reino Unido não ter passado por essas revoluções da segunda era revolucionária seria um dos fatores principais para a manutenção da estrutura profundamente hierárquica do Estado britânico e para a ausência de um nacionalismo tipicamente moderno. “Because it was first, the English - later British - experience remained distinct. Because they came second, into a world where the English Revolution had already succeeded and expanded, later bourgeois societies could not repeat this early development. Their study and imitation engendered something substantially different: the truly modern doctrine of the abstract or ‘impersonal’ state which, because of its abstract nature, could be imitated in subsequent history.”

<sup>27</sup> “[...] imperialism [...] forged a state which, although very ‘flexible’ in certain respects - those most noticed and revered by apologists - is incapable of change at a deeper level. On that plane, where the modern political principle of nationality really functions, it is bound by a suffocating, paralytic pride in its own power and past glories.”

<sup>28</sup> “In England, the specially strong stratification created by the failure of the ‘second bourgeois revolution’ made the normal egalitarian or radical version of this notion impossible. The ordinary texture of English social life denies it. Hence the only effective version has been one which ignores these class divisions against an ‘outside’ enemy - at the same time implicitly reconsecrating them, as the tolerable features of a ‘way of life’ basically worth defending against the world. Time and time again this defence has in turn fortified in-built resistance to radicalism. That is, to all tendencies (democratic or reactionary) which might aim to really demolish the creaking English snail-shell of archaic pieties, deferential observance and numbing self-inhibition.”

Em outras palavras, a persistência do “regime britânico” levou à ausência de um sentimento nacionalista tipicamente moderno e favoreceu, em vez disso, o lado mais regressivo possível da nacionalidade majoritária, a inglesa, que se orientou ao redor das “velhas fantasias do sangue e da aptidão genética do homem branco para a civilização” (NAIRN, 1977, p. 80).<sup>29</sup> Com a desintegração do império e a perda de poder e de prestígio britânicos, o nacionalismo inglês enfrentou uma verdadeira “crise pós-imperial”. Esse momento de redefinição da identidade inglesa levou à importância crescente do racismo na política britânica e ao crescimento da extrema-direita em torno das questões da raça e da imigração. Nas palavras de Nairn: “Não existe um mito coerente e suficientemente democrático da identidade inglesa - uma identidade mítica suficientemente acessível e popular que possa canalizar os descontentamentos em massa” (NAIRN, 1977, p. 294).<sup>30</sup> Quem melhor teria preenchido esse vácuo de poder deixado pela era pós-imperial, segundo o autor, foi o político Enoch Powell. Mais especificamente, Powell conseguiu redefinir a identidade nacional inglesa considerando os desafios trazidos pelo fim do império. Sua versão para a identidade nacional combinou os símbolos tradicionais do conservadorismo (a Coroa, o Parlamento e a Constituição) com “um sentimento de diferença em relação ao resto do mundo, de ter algo em comum que não é compartilhado além dos limites da nação” (NAIRN, 1977, p. 270).<sup>31</sup> Essa “diferença” ficou mais clara com o enquadramento promovido por Powell da imigração de cidadãos da Commonwealth para o Reino Unido como uma “ameaça moral” à nação, usando-os como bode expiatório para os problemas do capitalismo e para forjar um conteúdo realmente popular à identidade nacional inglesa, que até então se revelava bastante elitista.

Krishan Kumar concorda com a hipótese de Nairn segundo a qual teria havido a repressão do desenvolvimento de um nacionalismo tipicamente moderno no Reino Unido. Para Kumar, o que explica a especificidade inglesa é sua longa história como um *povo imperial*, marcado por um nacionalismo missionário. Ele

<sup>29</sup> “As a matter of fact, the particular breadth and vaguery of residual all-British consciousness decays more readily into racialism than into a defined, territorially restricted nationalism. Once divorced from the powerful liberalism-from-above that previously regulated it, it displays obvious affinities with the old fantasies of the white man’s blood and genetic aptitude for civilization.”

<sup>30</sup> “There is no coherent, sufficiently democratic myth of Englishness - no sufficiently accessible and popular myth-identity where mass discontents can find a vehicle.”

<sup>31</sup> “National consciousness is a sense of difference from the rest of the world, of having something in common which is not shared beyond the limits of the nation.”

compara o Reino Unido com países como a Áustria e a Rússia, nos quais o imperialismo do século XIX havia ganhado primazia sobre o nacionalismo. Embora tenha existido uma clara preocupação com a identidade nacional inglesa no século XIX, em função da expansão do império, os ingleses se recusaram em se conceber como uma nação específica e deixaram de definir sua identidade nacional, uma vez que insistir nessa definição poderia colocar em risco a própria “unidade e integridade do Reino Unido e do Império Britânico” (KUMAR, 2003, p. 179).<sup>32</sup> A razão para isso é que o império dependia de uma lógica expansiva e inclusiva, enquanto o nacionalismo postula uma identidade coletiva mais ou menos exclusiva. Dessa forma, se os ingleses insistissem na sua própria exclusividade ou superioridade *enquanto nação*, isso poderia gerar atritos com as pequenas nacionalidades que têm menos poder, o que poderia levar à desintegração do Reino Unido. Em vez de se definir internamente com base no seu povo, os ingleses tiveram que construir uma identidade a partir dos “dois impérios britânicos”, o interno e o externo: o próprio Reino Unido e o Império Britânico. Sendo assim, a identidade inglesa era missionária, uma vez que oferecia uma “identidade que elevou [o povo britânico] acima da ‘mera’ autoglorificação nacionalista” (KUMAR, 2003, p. 193).<sup>33</sup> Sua pretensão, portanto, era “universal”, não nacional: dizia respeito ao progresso da própria civilização ocidental. Como consequência, a identidade “britânica” teria sido marcada pela interioridade, pela exclusão e pela oposição, em especial em relação aos seus vizinhos continentais, enquanto a identidade “inglesa” teria sido marcada pela exterioridade, inclusão e expansão (KUMAR, 2003, p. ix).<sup>34</sup> Entretanto, essa lógica começou a ser desafiada por três fatores: (1) o fim do império e o declínio do poder econômico; (2) o nacionalismo celta e o multiculturalismo; e (3) a questão da Europa.

<sup>32</sup> “By stressing English superiority, and reminding the other British peoples of their more dependent role, it would have threatened the unity and integrity of the very structures that the English had so painfully constructed.”

<sup>33</sup> “For the English in their empire, as for the Austrians and Russians in theirs, empire offered an identity that lifted them above ‘mere’ nationalist self-glorification.”

<sup>34</sup> “British national identity was forged through a series of powerful contrasts with Britain’s continental neighbours, particularly but not only France. But the English case shows almost the opposite phenomenon. Not exclusion and opposition, but inclusion and expansion, not inwardness but outwardness, mark the English way of conceiving themselves. The English saw themselves in the mirror of the larger enterprises in which they were engaged for most of their history. They found their identity as constructors of Great Britain, creators of the British Empire, pioneers of the world’s first industrial civilization.”

Mas a hipótese repressiva do nacionalismo inglês não é consenso entre os acadêmicos. Jonathan C. D. Clark ofereceu uma explicação diferente para a natureza e os efeitos do nacionalismo e do sistema britânicos. Em sua explicação, a religião, e não a raça, desempenhou um papel fundamental na formação da consciência nacional. Mais especificamente, o sentimento comum de uma identidade nacional inglesa seria oriundo do protestantismo e do providencialismo, que postulavam a ideia de um povo escolhido por Deus, além do desenvolvimento de uma religião e lei anglo-saxãs. Ao contrário dos modernistas, Clark enfatizou que a identidade inglesa é bastante antiga, anterior ao nacionalismo do século XIX, e que esteve em constante adaptação. Em sua perspectiva, a ideia de o sistema britânico unir o Estado em torno de uma jurisdição central não seria apenas para garantir a hegemonia da elite agrária inglesa, como na versão de Nairn, mas sim para “evitar a guerra civil” (CLARKE, 2000, p. 265).<sup>35</sup> Esse sentimento nacional, ainda, teria permitido a diversidade linguística e a constituição de um “sistema diverso e plural das identidades” (CLARKE, 2000, p. 265).<sup>36</sup>

Assim como Clarke, Michael Kenny apresentou um entendimento diferente sobre o nacionalismo inglês. O autor criticou a forma “limitada”, “parcial” e “essencialista” com que a identidade inglesa seria discutida nos espaços acadêmicos e no debate público, inclusive por Nairn, como se a única versão possível do nacionalismo inglês fosse inerentemente de direita ou mais propenso ao populismo que os demais. Em sua perspectiva, a Inglaterra é uma comunidade imaginada, e a identidade nacional inglesa deve ser concebida como um “significante vazio”: “as muitas formas diferentes em que a identidade inglesa foi disputada em termos políticos e culturais” (KENNY, 2003, p. 6).<sup>37</sup> O caráter e as mitologias inglesas teriam, assim, uma tonalidade mais polissêmica do que monolítica, inclusive possibilitando um nacionalismo com viés mais multicultural e inclusivo. Em resumo, Kenny afirmou que “há uma pluralidade constante na gama de significados

<sup>35</sup> “Anglo-Saxon governments have been shown to have operated the most effective financial system in Europe between the Romans and c. 1387, and a state form able to avoid civil conflict by bringing the earls under central jurisdiction.”

<sup>36</sup> “In general, the pattern within the British Isles has been the resilience of a diverse and plural system of identities, rather than the rigidity but final shattering of an unitary one.”

<sup>37</sup> “In contrast to such essentialism, a more historically inclined approach sheds light on the many different ways in which Englishness has been ‘decontested’ in political and cultural terms.”

culturais e políticos que podem ser associados à identidade inglesa” (KENNY, 2003, p. 15).<sup>38</sup>

Após essa exposição, fica evidente que a questão nacional no Reino Unido possui uma série de disputas e especificidades. Alguns elementos parecem relevantes para a formação da identidade nacional britânica: o protestantismo e o catolicismo, o Império Britânico e seu declínio, a identidade imperial ou missionária do povo inglês, além dos símbolos do conservadorismo britânico, como a Coroa, a Constituição e o Parlamento. Entretanto, em meio a esses elementos relativamente duradouros, encontramos transformações sociais significativas no Reino Unido com o declínio do império, as experiências da imigração em massa no pós-guerra, a expansão da União Europeia em 2004 e a crise dos refugiados em 2015. No lugar da união nacional firmemente sustentada no conservadorismo e em uma divisão hierárquica rígida, em que cada grupo social tinha o seu lugar e papel pré-definidos, e isso mesmo após a passagem do absolutismo, os lugares sociais não pareciam mais assegurados com a mesma facilidade no Reino Unido.<sup>39</sup> Como lidar com a crise pós-imperial e a necessidade de redefinição de quem são os britânicos?

### 4.3 Imagens do império

“Universidades politicamente corretas ‘estão matando a liberdade de expressão’”, denunciou o título de uma manchete de capa escrita por Javier Espinoza e Gordon Rayner no *The Daily Telegraph* no dia 19 de dezembro de 2015.<sup>40</sup> Na publicação, o jornal publicou uma carta de professores universitários que se posicionaram contrários ao que seria um movimento cada vez mais intenso de proibir pessoas e objetos nos campi britânicos considerados “ofensivos” por parte da comunidade acadêmica. A lista incluía uma professora que havia sido

<sup>38</sup> “There is an abiding plurality to the range of cultural and political meanings that can be hung onto Englishness.”

<sup>39</sup> No artigo *Melancholia or Conviviality: The Politics of Belonging in Britain*, Paul Gilroy descreveu com precisão esse momento pós-imperial: “o fim de uma cultura pública na qual, para o bem ou para o mal, as questões de pertencimento e inclusão eram certas, porque todos sabiam mais ou menos quem eram e onde se encaixavam na grande hierarquia da família nacional fragmentada.” (GILROY, 2008, p. 49). “[...] the departure of a public culture in which, for good or ill, matters of belonging and inclusion could be taken for granted, because everybody more or less knew who they were and where they fitted in to the big hierarchy of the fractious national family.”

<sup>40</sup> ESPINOZA, Javier; RAYNER, Gordon. Politically correct universities 'are killing free speech'. *The Daily Telegraph*, London, n. 49.943, 19 dez. 2015. Front page, p. 1, and News, p. 4.

inicialmente banida pela Universidade de Warwick por se declarar ateia e se opor às leis religiosas, em especial em sua crítica da influência do islamismo na política; estudantes expulsos após usarem adereços mexicanos na Universidade de East Anglia; a feminista Germaine Greer, banida da Universidade de Cardiff, após declarações consideradas transfóbicas; e o cancelamento de um debate na Universidade de Oxford sobre aborto, em razão do fato de que um dos convidados era uma “pessoa sem útero”. Entretanto, o grande destaque da notícia dizia respeito a uma estátua histórica de Cecil Rhodes no Oriel College, em Oxford:



## Figura 6 - Controvérsia sobre a estátua de Rhodes

4

News

Saturday 19 December 2015 The Daily Telegraph

# Oxford battle over fall of Rhodes

Students at Oriel College seek to remove statue of controversial imperialist likely to be protected for its historic importance

By Javier Espinoza EDUCATION EDITOR

AN OXFORD college is embroiled in a row over a campaign to remove a statue of the 19th-century politician Cecil Rhodes because of his controversial views on other races.

Students at Oriel College who are also members of a group called Rhodes Must Fall have argued that honouring Rhodes is incompatible with an "inclusive culture" at the university.

Oriel has already given in to pressures from the campaigners after it removed a plaque late last week for Rhodes, who emigrated to South Africa and became a highly successful businessman, founding De Beers, and an imperialist politician who was also a benefactor of the university. He founded the Rhodes Scholarship, the world's first international study programme.

A spokesman confirmed that the college was beginning a six-month consultation from February next year when it would ask all stakeholders, including academics, students and the wider community, whether it should remove Rhodes's statue.

But the plans were left in disarray after it emerged last night that the removal of the statue would be blocked because it is part of a Grade II listed building and identified by Historic England as being of particular historical interest. A senior source at Historic England, which will have a lead role in the request to remove the statue, told *The Daily Telegraph*: "We will not take into account any moral values at all when making a decision on whether to remove the statue or not. What happened in history is behind us."

"Our primary consideration is the building's architectural interest, its communal value of what it means to people today. As such, we would look at how the statue contributes to the architecture as a whole and how it helps us understand the building."

The source, who has been involved for years in the inspection of historic buildings and areas for Historic England, said that if it came to Oriel College requesting permission to remove the statue it would need "a very strong justification that goes beyond moral arguments" to remove the statue on the basis of Rhodes's views.

The source added: "We would also consider any damage to the building as a result of removing the statue."

Campaniers are also facing opposition from Rhodes scholars and politicians, who accuse them of promoting a "narrow minded" agenda on campus. There are 89 Rhodes scholars at Oriel each year, who received £8 million last year from the Rhodes Trust to cover fees and living costs. Former Rhodes Scholars include Bill Clinton, former president of the United States, and three former prime ministers of Australia: Ann Olivas, a 1978 Rhodes scholar and chairman of the Rhodes Project, a charity that studies the successes and failures of Rhodes scholars, said it was unfair to single out the colonial politician as a "bad guy" among many other likely candidates.

She said: "If you're going to start taking down statues on the basis that someone is not a good guy, then Oxford should start looking around and suggest other removals. Rhodes was not the only man who lived a life of imperialism, so if we are going to have removals, let's do it fairly and not selectively. But you may find that these walls will start to empty out."

On the point of accusations of hypocrisy against institutions taking the money but taking down the plaque and possibly the statue, she said: "It's a fair question to ask: why take the man's money if you're bringing down the statue? The man was a mixture of evil and good. The money does good."

Editorial Comment: Page 27  
David Hannan: Page 27



### Familiar faces Scholarship holders

**Bill Clinton**  
The former American president received his Rhodes scholarship in 1968. He studied law at Oxford and was also strongly involved in his student life, particularly in protests against the Vietnam War.

**James William Fulbright**  
The American congressman used his 1926 Rhodes scholarship to study law. He served in the Senate from 1945 to 1974 and went on to establish the Fulbright Programme to provide grants for students and professionals.

**Tony Abbott**  
The former Australian prime minister was awarded his Rhodes scholarship in the Eighties. During his time in the UK he obtained only average grades, a sharp contrast to his stellar political career.



Above, protesters call for the removal of a statue of the imperialist Cecil Rhodes from outside Oriel College, top

### Empire builder 'I contend we are the finest race in the world'

Cecil Rhodes was the founder of Rhodesia, named after him in 1895. Later divided into two and now the countries of Zambia and Zimbabwe Rhodes was a well-established figure in the history books for his contributions to the British Empire, and he also greatly benefited from its expansion. He used his wealth from diamond mining and other ventures to help create new territories through obtaining mineral concessions in Africa.

Rhodes also believed that the expansion of the British Empire was vital to perpetuate what he saw as the greatness of the Anglo-Saxon race. He fought

hard to make the British Empire a superpower and in his will, he said: "I contend that we are the finest race in the world and that the more of the world we inhabit the better it is for the human race." He

founded his scholarship in 1902 to attract foreign postgraduates to study at Oxford and he was particularly keen on breeding an American elite of philosophers who would help

reunite the United States with the British Empire. He was a prominent member of Oriel College, the last all-male college in Oxford. University until it agreed to admit women undergraduates from 1986. It has a library holding more than 100,000 volumes. Its alumni include the explorer Sir Walter Raleigh, the historian AJP Taylor and Johnnie Boden, founder of the eponymous clothing firm, as well as two Nobel Prize winners.

Oriel has also played its part in popular culture. In 1962 it was used as a location for the film *Privileged*, starring Hugh Grant. It has also been used for TV series, including *Inspector Morse*.

Campaniers are also facing opposition from Rhodes scholars and politicians, who accuse them of promoting a "narrow minded" agenda on campus. There are 89 Rhodes scholars at Oriel each year, who received £8 million last year from the Rhodes Trust to cover fees and living costs. Former Rhodes Scholars include Bill Clinton, former president of the United States, and three former prime ministers of Australia: Ann Olivas, a 1978 Rhodes scholar and chairman of the Rhodes Project, a charity that studies the successes and failures of Rhodes scholars, said it was unfair to single out the colonial politician as a "bad guy" among many other likely candidates.

She said: "If you're going to start taking down statues on the basis that someone is not a good guy, then Oxford should start looking around and suggest other removals. Rhodes was not the only man who lived a life of imperialism, so if we are going to have removals, let's do it fairly and not selectively. But you may find that these walls will start to empty out."

On the point of accusations of hypocrisy against institutions taking the money but taking down the plaque and possibly the statue, she said: "It's a fair question to ask: why take the man's money if you're bringing down the statue? The man was a mixture of evil and good. The money does good."

## Nobel scientist in sexism row to leave UK as wife takes up post at Japanese university

By Danny Boyle

SIR Tim Hunt, the Nobel Prize-winning scientist who was forced to resign amid sexism allegations, is reportedly leaving the UK to move to Japan.

He had to quit his honorary professorship at University College London this year after a storm of criticism over his so-called "rookie with girls" speech.

In high-hearted comments meant as a joke, the 72-year-old father of two suggested women cry when criticised and should have separate laboratories.

Sir Tim said he had been "hung out to dry" and was forced to resign, de-



Sir Tim Hunt is said to be still very upset at being accused of sexism

spite an internal inquiry noting the self-deprecating tone in which he delivered the speech.

Now it has emerged that he and his wife, Prof Mary Collins, are planning to leave their home in Potters Bar, Hertfordshire, and move to Japan as

they hope to put the row behind them. Prof Collins is leaving her own professorship at UCL to start a five-year job at a Japanese university.

Prof Collins said: "This is a job I applied for before the Tim Hunt incident and is a very positive career move for me."

However, a friend of the couple said they would not be moving if it had not been for the future surrounding Sir Tim's comments. The unnamed friend said Sir Tim was still upset by the false accusations of sexism, adding: "It's very sad, it's quite clear it's based on their exhaustion."

Ironically, the South African former Oriel student leading the campaign to

Continued from Page 1

ban the feminist Germaine Greer because she once wrote that a man who was castrated would not behave like a woman, which was construed as offensive to transsexuals.

Mark Prisk, the Conservative MP in whose constituency Cecil Rhodes was born, said: "This rather narrow minded view of trying to shut down people's opinions, even if we find them abhorrent, doesn't remove the fact that they happened or that people held those opinions."

Ironically, the South African former Oriel student leading the campaign to

remove the statue of Rhodes attended Oxford as a beneficiary of a scholarship funded by Rhodes's legacy.

Nicholas Quabbe, who set up the Rhodes Must Fall campaign, is one of more than 8,000 foreign students who have been able to study at Oxford because of a Rhodes Scholarship, paid for by the Rhodes Trust, which was set up by the imperialist and businessman in his will.

Last month *The Daily Telegraph* revealed that students at Harvard had asked for rape law to be dropped from lectures in case any students were victims of sexual assault. And President

Obama has said that "codifying" students is "not the way we learn".

Other signatures to the letter include Kathryn Ecclesstone, professor of education at Sheffield University, Prof Alan Saunders of the Centre for Education and Employment Research at the University of Buckingham and Dr Cheryl Hudson, a history lecturer at Liverpool University.

But it was an American high school in Philadelphia has banned Mark Twain's novel *Adventures of Huckleberry Finn* because its use of the n-word was not "inclusive" and made students uncomfortable.

## Ministry urged to pay legal fees for divorcees who lost money as result of online error

By Camilla Turner

THE Government is facing calls to foot the bill for thousands of divorcees who may have to go back to court and renegotiate their settlements as a result of a software blunder, as Michael Gove, the Justice Secretary, apologised for the "regrettable" error.

This week it emerged that a software glitch on a Ministry of Justice (MoJ)

form, which went unnoticed by solicitors and court officials for 20 months, could have distorted the value of assets. Up to 20,000 couples involved in often complex divorce cases are thought to have used an online form which may have inflated the value of their property by failing to subtract debts and other liabilities from the total figure.

Yesterday, the MoJ faced calls to pay additional legal fees which may be

incurred by divorcees who have lost out financially as a result of the error. The MoJ or court service should cover legal costs incurred by affected couples, said Thomas Egert, a family law solicitor at Irwin Mitchell LLP. "There might also be some accountability on the part of the solicitors if the couple had representation and their legal advisers failed to notice a significant problem."

Mr Gove apologised to everyone affected by the error.

He told BBC Radio 4's *The World at One*: "It's deeply regrettable that a form was online since April 2014 which has meant that up to 17,000 people may have had the allocation of resources in their life miscalculated."

Brian Norman, a retired chartered surveyor from Somerset, said he spot-

ted the error about a year ago when he was filling out the form, which miscalculated his capital gains tax liability by £220,000.

"The form adds the liabilities instead of deducting them. It was so obvious - how people had missed it for so long I really don't know," he said.

Mr Norman, 88, said he noticed the error a year ago when he was filling out the form, and told his lawyer and the

mediator, but they did nothing. "It is an awful problem," he said. "Some people may decide it's just not worth it [to go back to court] if the sums are small. But if the sums are large it could create quite traumatic differences to the eventual outcome. It would be helpful for Government to pay for extra legal fees."

But it was also solicitors and mediators who did not spot it and should be held accountable.

### Campus rules House masters and Mexican hats banned

● **Harvard University**  
It recently banned the title "house master" because students complained it has overtones of slavery. Faculty staff at Harvard voted unanimously to get rid of the term to reflect the needs of "21st-century" students.

● **University of Ottawa**  
It banned a yoga class designed to include disabled students because the practice was taken from a culture "that experienced oppression, cultural genocide and diaspora due to colonialism and Western supremacy". Yoga comes from India, which was once a British colony.

● **University of East Anglia**  
Students given free scone hats by a local Tex-Mex restaurant were told not to wear them on campus because they go against strict cultural appropriation rules. The student union said: "Discriminatory or stereotypical language or imagery aimed towards any group or individual based on characteristics will not be permitted as part of our advertising."

● **University of York**  
It decided to ban an International Men's Day event because of complaints from students and staff. Opponents argued an event to mark the day would have an "adverse impact on equality for men."

● **Universities of Edinburgh and Durham**  
Both banned Tommy Robinson, the former leader of the English Defence League, after his calls to rise up against migrants.

● **Oxford University**  
The university's union decided to ban a magazine that promotes free speech from the Freshers' Fair because some would find it offensive. No Offence magazine has the aim to promote free speech and incite debate.

● **Cambridge University**  
Historian David Starkey was dropped from a major promotional video due to his allegedly racist views.

● **University of Manchester**  
The university's student union banned two speakers from a debate on free speech because it alleged their views might encourage hatred. They were Kate Rhodes, a radical feminist, and Milo Yiannopoulos, a right-wing blogger.

● **Exeter University**  
Professors at the university prevented the Israeli deputy ambassador to the UK, Alon Ben-Dor, from addressing an audience because "we are not here to be brainwashed".



Ex-aluno e patrocinador da universidade, tendo doado uma biblioteca gigantesca para a instituição, Rhodes também é considerado um dos expoentes do apartheid na África do Sul e é conhecido por ter sido um ferrenho defensor da expansão do Império Britânico. Segundo o jornalista espanhol Javier Espinoza no *The Daily Telegraph*, “Rhodes acreditava que a expansão do Império Britânico era essencial para perpetuar o que ele via como a *grandeza da raça anglo-saxã*”.<sup>41</sup> Mais especificamente, Rhodes chegou a afirmar: “Eu defendo que nós somos *a melhor raça do mundo* e que, quanto mais espaços do mundo habitarmos, melhor será para a raça humana”.<sup>42</sup> Mesmo reconhecendo o potencial ofensivo da estátua e da figura de Rhodes, os acadêmicos que assinaram a carta consideraram descabido cogitar a remoção do monumento da universidade. “Uma sociedade aberta e democrática exige que as pessoas tenham a coragem de argumentar com ideias das quais discordam ou até mesmo consideram ofensivas”, ponderaram.<sup>43</sup>

Entretanto, a controvérsia sobre a estátua de Rhodes voltou a repercutir nos jornais nos dias seguintes e levantou uma discussão sobre como lidar com o passado imperial do Reino Unido. No dia 23 de dezembro de 2015, o professor emérito da Universidade de Oxford R W Johnson concedeu uma entrevista para o mesmo *The Daily Telegraph*. Nessa entrevista, Johnson comparou a sugestão de parte da comunidade universitária de remover o monumento com a destruição de relíquias pelo Estado Islâmico:

Eu estou comparando o que o movimento [*Rhodes Must Fall*] está fazendo com o que a Al Qaeda e a Isis estão fazendo em lugares como Mali ao destruir estátuas. [...] Eles estão destruindo artefatos históricos e os desfigurando. Acho que é preciso respeitar a história. Além disso, *há muitas pessoas na história que são bem piores do que Rhodes*. O [movimento *Rhodes Must Fall*] mostra o mesmo desrespeito e hostilidade pela história [...]. Eles estão basicamente dizendo: “Não me importa que aquela estátua esteja ali há cerca de 100 anos e que *ele tenha sido uma figura histórica muito grande em seu tempo*.”<sup>44</sup>

<sup>41</sup> ESPINOZA, Javier. Campaign to remove Rhodes status ‘akin to Isil destruction’. **The Daily Telegraph**, London, n. 49.946, 23 dez. 2015. News, p. 2. “*Rhodes also believed that the expansion of the British Empire was vital to perpetuate what saw as the greatness of the Anglo-Saxon race.*”

<sup>42</sup> “*I contend that we are the finest race in the world and that the more of the world we inhabit the better it is for the human race.*”

<sup>43</sup> “*An open and democratic society requires people to have the courage to argue against ideas they disagree with or even find offensive.*”

<sup>44</sup> “*I am comparing what the [Rhodes Must Fall] movement are doing with what Al Qaeda and Isis are doing in places like Mali when destroying statues. [...] They are destroying historical artefacts and defacing them [...] The [Rhodes Must Fall movement] display the same disregard for history and hostility to it [...]. They are basically saying ‘I don’t care that that statue has been there 100 or something years and he was a very great historical figure of his time’*”.

De acordo com o professor Johnson, a remoção da estátua representaria uma violência histórica e um ataque à herança cultural britânica de intensidade comparável com a destruição de monumentos pelo Estado Islâmico. O fato de Rhodes ter sido uma figura importante para o Império Britânico, e de a estátua estar erguida há mais de um século, é interpretado como mais relevante do que considerações morais ou de justiça social contemporâneas em relação ao passado. Por outro lado, no mesmo dia 23 de fevereiro, o *The Guardian* publicou um editorial apresentando uma perspectiva distinta e com mais nuances sobre a mesma controvérsia:

Não há uma resposta única a esses desafios. Mas é melhor começar reconhecendo que *não se deve negar o legado imperial*. O que isso significa na prática é complexo, mas é algo que raramente debatemos, e mais raramente ainda agimos adequadamente sobre isso; seríamos uma sociedade mais forte se o fizéssemos. O contraste entre a tradição alemã de enfrentar seu passado e as *evasivas frequentes do Reino Unido*, por exemplo, é muito claro. [...] A estátua de Rhodes fala sobre nossa *complexa herança* e de nossa necessidade de enfrentá-la melhor. Ela ressalta as muitas maneiras pelas quais *o império faz parte da formação do Reino Unido moderno*. É melhor pautar a discussão do que fingir que se trata de uma mera postura sobre símbolos.<sup>45</sup>

A posição do *The Guardian* se diferencia da abordagem do *The Daily Telegraph*. Embora fazendo a ressalva de que não seria prudente buscar “eliminar cada vestígio do passado como se ele nunca tivesse existido”,<sup>46</sup> o primeiro jornal foi o único que reconheceu a importância da discussão sobre a remoção da estátua e da reavaliação do passado imperial. Em sua perspectiva, não se trata de uma patrulha injustificada que tem como objetivo destruir a liberdade expressão nem mesmo de “uma mera postura sobre símbolos”: em vez disso, o debate é concebido como um sintoma de uma novidade importante na história do Reino Unido, que deve ser trabalhada pelos britânicos. Mais especificamente, menciona que o

<sup>45</sup> THE GUARDIAN. The Guardian view on Cecil Rhodes’s legacy: the empire strikes back – good (Editorial). *The Guardian* (on-line), 23 fev. 2016. Opinion: University of Oxford. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/dec/22/the-guardian-view-on-cecil-rhodes-legacy-the-empire-strikes-back-good>. Acesso em: 15 fev. 2023. “*There is no simple overarching answer to these challenges. But the right place to start is to acknowledge not deny the imperial legacy. What that means in practice is complex, but it is something we rarely debate, let alone act on, properly; we would be a stronger society if we did. The contrast between Germany’s tradition of facing its past and Britain’s frequent evasions is, for example, very striking. [...] The Rhodes statue speaks to our complex inheritance and our need to address it better. It underscores the many ways in which the empire is part of the formation of modern Britain. It is better to have the issue out in the open than to pretend it is mere posturing about symbols.*”

<sup>46</sup> “*This is not to say the only solution is simply to purge every trace of the past as though it never existed. That is the fanatic’s way – and it has disturbing echoes.*”

passado imperial é raramente debatido e alvo de “evasivas frequentes”. Ao contrário do que prevê a perspectiva de Ernest Renan, o editorial do jornal não expressa o desejo de que os britânicos compartilhem os mesmos esquecimentos e erros históricos, ao menos não no que diz respeito ao “legado imperial”. Esse passado, contudo, não é diretamente condenado: trata-se no máximo de uma “herança complexa”, que precisa ser “enfrentada melhor”. Não fica claro, entretanto, como esse enfrentamento deve ocorrer. O jornal sinaliza, apenas, que “mover a estátua de sua posição atual para um museu poderia ser uma solução razoável, assegurando que seus significados ainda sejam visíveis e pensados”.<sup>47</sup>

Embora os jornais tenham dado soluções diferentes para o problema da estátua, o que nos parece relevante para as discussões do Brexit é o reconhecimento comum de que “o império faz parte da formação do Reino Unido moderno”. Na seção anterior, havíamos mostrado como a identidade nacional britânica — mais especificamente, a identidade nacional inglesa hegemônica — possui uma relação intrínseca com a experiência do império, uma vez que a posição imperial se sobrepôs ao desenvolvimento de um nacionalismo tipicamente moderno. Entretanto, como essa situação pode ser compreendida no contexto do pós-guerra, quando os impérios entram em declínio, as colônias se emancipam e são criados inúmeros novos Estados nacionais? Colocando a questão especificamente do ponto de vista dos britânicos, “O que acontece quando [...] a supremacia industrial e o poder global desaparecem? Quando a criação mais duradoura e mais significativa, o próprio Reino Unido, ameaça dissolver-se e desintegrar-se?” (KUMAR, 2003, p. x),<sup>48</sup> questionou Krishan Kumar. Entretanto, o fim do império não diz respeito somente à perda de uma posição proeminente no capitalismo global, mas coincide também com o que o Kumar chamou de “movimento em direção à unidade europeia” e as “reivindicações em direção a uma pluralização e diversificação radical da sociedade inglesa”.<sup>49</sup> Todas essas transformações sociais teriam feito os

<sup>47</sup> “[...] moving the statue from its current position to a museum could be a sensible solution, ensuring that its meanings are still visible and thought about.”

<sup>48</sup> “What happens when empire ends? When industrial supremacy and global power disappear? When the longest-lasting and most significant creation, Great Britain itself, threatens to dissolve and disintegrate?”.

<sup>49</sup> “These are the questions facing the English today, made more urgent by the move towards European unity and the calls for a radical pluralization and diversification of English society.”

ingleses começarem a se conceber, *pela primeira vez*, como “uma *nação*, um povo com uma história, caráter e unidade específicos” (KUMAR, 2003, p. x).<sup>50</sup>

Embora haja controvérsia sobre a definição do período exato a partir do qual os ingleses começaram a se perceber como uma nação, o fato é que o fim do império deixou cicatrizes profundas no corpo político do Reino Unido como um todo. Em *There Ain't No Black in the Union Jack*, Paul Gilroy mencionou as consequências “dolorosas”, “profundas”, “culturais”, “psicológicas”, “econômicas” e “materiais” do declínio imperial para o país (GILROY, 2003, p. xviii).<sup>51</sup> Nas palavras de Tom Nairn: “Não existe na história moderna nenhum exemplo de um Estado nacional que sofreu tamanho declínio e *perda traumática de poder e de prestígio*” (NAIRN, 1977, p. 80);<sup>52</sup> “o mundo era *impensável* sem o Império Britânico. [...] O *impensável* aconteceu” (NAIRN, 1977, p. 265).<sup>53</sup> A consequência dessas transformações radicais, argumentou Gilroy, é que o Reino Unido enfrenta na contemporaneidade uma situação que chamou de “nostalgia imperial” ou “melancolia pós-colonial”:

Gostaria de sugerir que essas dificuldades crônicas que de tempos em tempos produzem surtos agudos de *ansiedade racial e nacional* surgem de *respostas melancólicas* à perda da preeminência imperial e à demanda dolorosa de ajustar a vida do coletivo nacional a um significado severamente reduzido de si mesmo como potência global. (GILROY, 2003, p. xxxvii).<sup>54</sup>

Ao invés de enfrentar a reduzida estatura geopolítica [...], o Reino Unido desenvolveu um *apecto melancólico* à sua antiga preeminência. [...] Torna-se impossível fugir das memórias dolorosas e pujantes do império, assim como ir além da sensação incapacitante segundo a qual a nação só pode desfrutar de uma solidariedade restauradora e comunidade regenerativa quando está em guerra. (GILROY, 2008, p. 51).<sup>55</sup>

<sup>50</sup> “For the first time ever, perhaps, the English have been forced to consider themselves as a nation, as a people with a particular history, character and destiny.”

<sup>51</sup> “It helps to appreciate that this historical predicament was overdetermined by Britain’s painful loss of Empire and, that the country’s communities of the strange and alien are still sometimes at risk of being engulfed by the profound cultural and psychological consequences of decline which is evident on many levels: economic and material as well as cultural and psychological.”

<sup>52</sup> “There exists in modern history no example of a national state afflicted with this kind of decline and traumatic loss of power and prestige [...]”

<sup>53</sup> “The world was unthinkable without the British Empire. [...] The unthinkable happened.”

<sup>54</sup> “I would like to suggest that these chronic difficulties which periodically produce acute bouts of racial and national anxiety arise from melancholic responses to the loss of imperial pre-eminence and the painful demand to adjust the life of the national collective to a severely reduced sense of itself as a global power.”

<sup>55</sup> “Rather than face up to the reduced geopolitical stature embodied in that half-alien presence, Britain developed a melancholic attachment to its vanished pre-eminence. [...] It becomes impossible to get away from the painful and exhilarating memories of empire, and to move beyond the disabling sense that the nation can only enjoy restorative solidarity and healing community when it is at war.”

A partir desses dois conceitos de Gilroy, podemos interpretar a postura assumida pelo *The Guardian* a respeito da controvérsia da estátua de Rhodes como um reconhecimento do incontornável momento pós-imperial, no qual “torna-se impossível fugir das memórias dolorosas e pujantes do império”? O contraste com o posicionamento dos professores entrevistados pelo *The Daily Telegraph* fica claro, uma vez que os últimos pareciam reconhecer o passado imperial, mas não veem nele a mesma relevância contemporânea, a não ser para preservar esse passado. Segundo esse último jornal, não seria preciso elaborar o que significou a perda da posição imperial, bastaria lembrar sua importância histórica. Entretanto, uma análise dos discursos do Brexit desafia esse entendimento e revela a atuação dos imaginários imperiais precisamente nas questões *contemporâneas* do Reino Unido. Esses imaginários não eram encontrados somente nos atores que defenderam a saída do país da União Europeia, mas também nos argumentos daqueles que eram favoráveis à permanência no bloco, sugerindo um *legado imperial comum* a partir do qual ambos os lados construíram as suas próprias retóricas nacionais (SAUNDERS, 2020, p. 3).

Antes de começarmos a analisar as manifestações contemporâneas do legado imperial no contexto específico das discussões do Brexit, é preciso nos perguntar sobre as adaptações das imaginações do império após a Segunda Guerra Mundial. O império não mais é invocado, como em Rhodes, para reivindicar a supremacia da raça anglo-saxã. Como, então, esse imaginário foi transformado e adaptado às exigências contemporâneas? No livro *The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation*, Stuart Hall argumenta que o Reino Unido — assim como raça, etnia e nação — opera como um significante deslizante (“*sliding signifier*”):

A profunda ambivalência no Reino Unido marca este fato, que vemos no deslizamento e nas transformações que ocorrem entre os termos *inglês* e *britânico*. Em relação a seu fora constitutivo imperial, a nação do Reino Unido pode ser representada pelo significante “*britânico*”, mas, em relação à comunidade nacional, como é vivida, todos sabem que o *inglês* prevalece, pois é hegemonicamente sustentado por suas relações de poder sobre os escoceses, os galeses e os irlandeses. (HALL, 2017, p. 142-143).<sup>56</sup>

<sup>56</sup> “The deep-seated ambivalence in the United Kingdom marks this fact, which we see in the sliding and shifting that goes on between the terms English and British. In relation to its constitutive imperial outside, the nation of the United Kingdom may be represented by the signifier ‘British,’ but in relation to the collective nation, as it is lived, everyone knows that Englishness prevails, as it is hegemonically sustained by its relations of power over the Scots, the Welsh, and the Irish.”

Em outras palavras, Hall entende que a identidade inglesa é a norma interna contra a qual as demais etnias (escoceses, galeses e irlandeses) devem ser medidas, as últimas sempre como um “desvio” da norma, enquanto a identidade britânica diz respeito à relação da totalidade da nação britânica e seus “outros” imperiais. Sobre esses últimos, Hall cita Catherine Hall, que argumenta que as identidades britânicas brancas foram constituídas com relação ao poder imperial e seus “outros” racializados. Mas, neste momento, gostaríamos de argumentar que essa racialização foi adaptada ao longo da história moderna do Reino Unido. Em *There Ain't No Black in the Union Jack*, Paul Gilroy afirma que “o tema da diferença racial não está mais sendo articulado da maneira simplista e excludente nas línguas políticas oficiais da nacionalidade, da cultura e do pertencimento como era até pouco tempo” (GILROY, 2003, p. xii).<sup>57</sup> Mais especificamente, Gilroy menciona que a “nação é representada em termos que são simultaneamente *biológicos* e *culturais*” (GILROY, 2003, p. 44),<sup>58</sup> identificando a existência de um “novo racismo” por meio do qual a “raça” não é mais uma “categoria *biológica* significativa, mas em vez disso é vista como uma questão *cultural*” (GILROY, 2003, p. 66).<sup>59</sup> Nessa mesma direção de Gilroy, mas para colocar a pergunta monumental sobre qual seria a especificidade do racismo contemporâneo, Etienne Balibar encontra a existência de um “racismo diferencialista” por meio do qual “a *cultura* também pode funcionar como a natureza, e pode, em particular, funcionar como uma forma de prender indivíduos e grupos em uma genealogia, em uma determinação que é imutável e intangível em sua origem” (BALIBAR; WALLERSTEIN, 1997, p. 22).<sup>60</sup>

A negação da relevância das categorias biológicas para definir agrupamentos humanos e a defesa alternativa da supremacia cultural são elementos que podem ser encontrados em muitos textos do Brexit, os argumentos contrários à imigração sendo apenas os exemplos mais óbvios para a adaptação histórica do discurso racial para o momento pós-imperial. Mas a saliência da cultura para fazer distinções entre grupos humanos não se limitou ao tema da imigração. Veja o caso a seguir. “*Rule,*

<sup>57</sup> “The theme of primal racial difference is not being articulated into the official political languages of nationality, culture and belonging in the simple exclusionary way that it was not so very long ago.”

<sup>58</sup> “[...] nation is represented in terms which are simultaneously biological and cultural.”

<sup>59</sup> “The new racism which is articulated by these premises tends to deny that ‘race’ is a meaningful biological category. ‘Race’ is seen instead as a cultural issue.”

<sup>60</sup> “[...] culture can also function like a nature, and it can in particular function as a way of locking individuals and groups a priori into a genealogy, into a determination that is immutable and intangible in origin.”

*Brittania!* O nosso novo *império da cultura* está ganhando o mundo”, dizia o título de uma coluna de opinião de Libby Purves no *The Sunday Telegraph*.<sup>61</sup> A exclamação “*Rule, Britannia!*” é uma referência ao hino nacional britânico escrito por James Thomson e Thomas Arne no século XVIII, o qual celebra a glória e o poder marítimo do Reino Unido. Em seu comentário para o jornal, Libby Purves utiliza o conceito de *soft-power* criado por Joseph Nye para fazer referência à “cultura, imagem e estilo” do Reino Unido que teriam se propagado em todo o mundo, criando um verdadeiro “império cultural”. A autora defendeu a ideia de que o *soft-power* britânico seria um fenômeno verdadeiramente global, citando o inglês como língua franca, as séries *Downton Abbey* e *Sherlock*, a emissora BBC, a cobertura da imprensa em torno dos eventos e visitas da família real, e inúmeros outros produtos culturais que estariam sendo consumidos e se disseminando globalmente. “Este é o modo de vida britânico - nosso *soft power* nos faz amigos em todo o mundo”, concluiu.<sup>62</sup>

As “imagens do império” foram encontradas em uma série de discursos do Brexit, mesmo que adaptadas às exigências contemporâneas. Em primeiro lugar, foram frequentes os argumentos do referendo que faziam referência aos países da Commonwealth. Em alguns casos, a Commonwealth era mencionada — ao lado de instituições como a ONU e a OTAN — para sugerir que o Reino Unido sempre seria um “ator global”, de modo que a saída da União Europeia não implicaria jamais um papel britânico reduzido no mundo:

<sup>61</sup> PURVES, Libby. Rule, Britannia! Our new empire of culture is taking the world by storm. **The Sunday Telegraph**. London, n. 2.846, 27 dez. 2015. Comment, p. 28.

<sup>62</sup> “*That’s the British way – our soft power makes us dear friends all the world over.*”

É isto o que queremos para o nosso país: um *status periférico*, um *satélite* que não é amado e é pouco notado por uma *Grande UE*? Ou queremos voltar a ser uma nação independente, livre para tomar nossas próprias decisões, construir nossas próprias relações comerciais e manter nossas próprias parcerias estratégicas e diplomáticas? [...] Os *Remainers* também alegam que perderíamos influência no mundo e ridicularizam aqueles que querem sair como Pequenos Ingleses [*Little Englanders*]. Mas a verdade é o oposto disso: é a UE que é insular e autossuficiente, rodeada pelos estreitos limites das cúpulas monótonas e festas intermináveis. O Reino Unido, ao contrário, sempre foi um *ator global*, com suas conexões com a *Commonwealth*, a ONU e a OTAN, e voltará a sê-lo novamente.<sup>63</sup>

No editorial acima, escrito pelo *The Daily Telegraph* em 21 de fevereiro de 2016, a União Europeia é concebida como “insular e autossuficiente”, enquanto o Reino Unido é imaginado como um “ator global”. Entretanto, ao fazer parte da UE, o Reino Unido se torna um “satélite” com “status periférico” numa “grande UE”. Esses deslizamentos discursivos mostram a seletividade do engrandecimento e da diminuição da estatura das entidades políticas nos discursos do Brexit, combinando noções de pequenez e grandeza para gerar retóricas e efeitos políticos específicos. Ao falar sobre o mercado comum ao qual o bloco dá acesso, por exemplo, o editorial novamente relativiza o tamanho da UE: “Dizem-nos que ser membro [da UE] é essencial porque nos oferece acesso a um mercado de 500 milhões de pessoas; mas existe um mercado de seis bilhões de pessoas além de suas fronteiras”.<sup>64</sup> Qual seria o tamanho da UE em frente ao mundo? Por meio desse exercício de imaginação, o editorial do jornal não precisou defender um Reino Unido insular ou autossuficiente, como acusavam muitos *Remainers* — afinal, essas seriam as características da UE! —, mas pode sugerir que os britânicos votassem no *Leave* para se beneficiar de verdadeiro “um mundo de oportunidades”:

<sup>63</sup> THE DAILY TELEGRAPH. Vote leave to benefit from a world of opportunity. **The Daily Telegraph**. London, n. 50.100, 21 fev. 2016. Comment, p. 23. “*Is this what we want for our country: peripheral status, an unloved and little-noticed satellite of a Greater EU? Or do we want to be an independent nation once more, free to make our own decisions, forge our own trading relationships and maintain our own strategic and diplomatic partnerships? [...] Remainers also claim we would lose influence in the world and deride those wanting to leave as Little Englanders. Yet the opposite is the case: it is the EU which is insular and self-regarding, hemmed in by the narrow confines of dreary summits and endless treaty-making. Britain, by contrast, has always been a global player, with its connections to the Commonwealth, the UN and NATO, and will be again.*”

<sup>64</sup> “*We are told membership is essential because it provides access to a market of 500 million people; yet there is a market of six billion people beyond its borders and nothing would stop us continuing to trade with Europe anyway.*”



## Figura 7 - "Mundo de oportunidades"

Tuesday 21 June 2016

FINAL

telegraph.co.uk

No 50,100 £1.40



A world of opportunity awaits a fully independent United Kingdom. In supporting a vote to leave the EU, we are not harking back to some Britannic golden age lost in the mists of time but looking forward to a new beginning for our country.

**If this Thursday's referendum is a choice between fear and hope, then we choose hope.**

Daily Telegraph comment: Page 23



# The Daily Telegraph

## EU vote goes down to the wire

### EU REFERENDUM

Last Telegraph poll shows outcome of referendum is still uncertain despite surge towards Remain

By Peter Dominiczak and Steven Swinford

THE European Union referendum will "come down to the wire" after a surge of support among those certain to back Remain in the final days of the campaign, David Cameron's election strategist says today.

Writing in *The Daily Telegraph* just three days before the country goes to the polls, Sir Lynton Crosby says the result of the referendum is still uncertain despite the boost for Remain.

His comments come in an analysis of a poll for this newspaper which shows that among those who say they will definitely vote, the Prime Minister's Remain campaign now has a seven-point lead, with 55 per cent of the vote

compared to Leave's 46 per cent. Last week, Leave was one point ahead in the poll, its first lead since March.

However, among all British voters, Remain has just a two-point lead on 49 per cent of the vote compared to Leave on 47 per cent, the smallest the gap has been since these polls began in March.

The surge for Remain comes in the wake of the murder of Jo Cox, the Labour MP, on Thursday last week.

The poll suggests that pro-EU voters are now more likely to turn out than people backing a Brexit.

But it shows that Leave is still making gains on policies such as the economy, suggesting that if the Brexit campaign's supporters can be motivated to turn out and vote, the result of the referendum is too close to call.

Sir Lynton, who masterminded both Mr Cameron's general election victory and Boris Johnson's two London mayoral election wins, says: "All the signs of ORR's latest and final poll point to a referendum that will truly come down to the wire."

"Since the start of this polling series in March, Leave has seen steady improvements across a variety of attributes, ranging from the economy to credibility. However, it has also failed to quash the almost ubiquitous percep-

tion that it is the riskier of the two options." It came as:

◆ The leader of the campaign to keep Britain in the European Union was accused of a "morally unacceptable" plot to use Mrs Cox's death to make the case for Remain and "call out" Brexit supporters.

◆ The Home Office warned that Britain's immigration system risks being undermined after a judge ruled that of ferals cannot detain asylum seekers they believe are posing as children without evidence.

◆ Boris Johnson suggested that Nigel Farage is "bigoted" and "xenophobic" after controversy following a Chap poster warning that Europe is at "breaking point" because of migrants.

◆ The pound rallied and the FTSE 100 recorded its biggest one-day gain in four months amid signs that the markets believe a Remain vote is increasingly likely.

◆ Steve Hilton, David Cameron's former adviser, said last night that the Prime Minister was told by civil servants that his immigration target was "impossible" four years ago, but continued to make the promise.

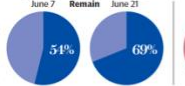
◆ George Osborne, the Chancellor, refused to rule out suspending the markets in the hours after a Brexit vote.

How will you vote in the EU referendum?

June 21  
June 14  
June 7

Remain 53%  
Leave 48%  
Don't know 48%

Proportion of people supporting Leave and Remain who will definitely vote



◆ Jeremy Corbyn, the Labour leader, insisted he will not be to blame if Britain leaves the EU after claims from his own MPs that he has not done enough to support the Remain campaign.

◆ George Soros, the business magnate, warned that the value of sterling could fall by more than 15 per cent in the event of a Brexit.

◆ Mr Johnson will today take on Ruth Davidson, the leader of the Scottish Conservatives, in the final televised debate of the referendum in front of a 6,000-strong audience in Wembley Arena.

Today's poll for *The Daily Telegraph* finds that turnout will be crucial to the result of the referendum and that Remain voters are becoming increasingly motivated as polling day approaches. It

### INSIDE

EU poll reports Pages 2-5

William Hague Page 22

Editorial Comment Page 23

finds that turnout among Remain voters has risen by nine points in the last week to 69 per cent.

Meanwhile, turnout among Leave voters has fallen by four points to 64 per cent.

Last week's boost for the Leave campaign in a series of polls appears to have lessened Brexit-backers' motivation to go to the polls on Thursday, Leave voters' expectation of a victory has increased from 24 per cent last week to 39 per cent today, the poll finds.

Meanwhile, 47 per cent of Remain voters expect Mr Cameron's campaign to win, a fall from 54 per cent last week.

Sir Lynton writes: "This could be contributing to complacency among Leave voters - the same complacency problem I've previously highlighted as a potential threat for the Remain campaign - that is driving down the importance of voting on Thursday and, in Continued on Page 2

### NEWS BRIEFING

Puzzles 20  
Obituaries 31  
TV listings 33  
Weather 34

ISSN 0950-2688

9 770307 123627



### NEWS

Jo Cox's children hear tributes in Parliament

The young children of Jo Cox were in the House of Commons to hear emotional tributes paid to their mother as Parliament was recalled four days after the murder of the Labour MP in a street attack in her West Yorkshire constituency. Her three-year-old daughter sat on her father Brendan's lap, while their son, five, smuggled up to his grandmother in the gallery overlooking the chamber. A fund set up in Mrs Cox's memory has topped £1 million. Pages 6 & 7

### EURO 2016

England through but Wales top the group

Hodgson's men have to settle for second best

Sport: Pages 1 & 7



### WORLD

British man held 'after attempt to kill Trump'

A 19-year-old arrested as he tried to wrestle a gun from a police officer at a Donald Trump rally has told investigators he had been wanting to kill the presumptive Republican presidential candidate for about a year. Court papers detail how Michael Sanford, who had been living in the US for about 18 months, approached a police officer at the event in Las Vegas on Saturday, saying he wanted the Republican candidate's autograph. He was due to appear in court last night. Page 19

### ARTS

Live tonight, the most beautiful comic opera

Watch The Barber of Seville on the Telegraph website

Details: Page 26



### BUSINESS

Make bosses pay for cyber attacks, say MPs

Chief executives who fail to prevent cyber security breaches should have a portion of their pay docked, MPs said after an inquiry. They also recommended that criminals who trade in stolen personal data should face jail sentences of up to two years. The Culture Media and Sport Select Committee published the results of an investigation into the cyber attack that plunged the broadband operator TalkTalk into crisis last year. Business: Page 1

**Sandals**  
ALL INCLUDED  
ALL UNLIMITED  
ALL THE TIME  
Call 0800 022 3310 • sandals.co.uk • Come in-store • See your local travel agent  
\*Book by 30th June '16. Please visit sandals.co.uk for full terms and conditions.

Um *mundo de oportunidades* está esperando por um Reino Unido totalmente independente. Este país é uma *potência* econômica, seu idioma é *global*, suas leis são confiáveis e sua reputação de negociação justa é inigualável. Dizer que não podemos prosperar livres das restrições da UE é derrotista e contraria as grandes tradições mercantis deste país.<sup>65</sup>

Situação econômica, idioma, leis e reputação não apenas constituem a preeminência do Reino Unido, como também tornam improvável — ou, pior, derrotista — a crença no rebaixamento da estatura do país caso o Brexit se concretizasse. Além das referências à Commonwealth e do enquadramento do Reino Unido como uma potência indiscutivelmente “global”, os imaginários imperiais desse mesmo editorial continuaram à medida que a própria tentativa de adesão à União Europeia nos anos 1960 foi justificada nos termos do declínio do império:<sup>66</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial e o fim do papel do Reino Unido como potência *colonial*, o país estava política e diplomaticamente à deriva. Sua situação difícil foi resumida pelo secretário de Estado americano Dean Acheson com a frase: “O Reino Unido perdeu um império e ainda não encontrou uma nova função”.<sup>67</sup>

O jornal argumentou que o Reino Unido tentou ingressar na UE nos anos 1960 — embora só tenha conseguido fazê-lo em 1973 —, quando o bloco contava com apenas alguns países europeus, e que atualmente a instituição conta com inúmeros outros membros. Além disso, o povo britânico teria votado pela permanência no primeiro referendo de 1975 acreditando que a Comunidade Europeia seria um projeto econômico, e não político. Como os países europeus

<sup>65</sup> “A world of opportunity is waiting for a fully independent Britain. This country is a leading economic power, its language is global, its laws are trusted and its reputation for fair dealing is second to none. To say we cannot thrive free of the EU’s constraints is defeatist and flies in the face of this country’s great mercantile traditions.”

<sup>66</sup> Na edição do *The Observer* do dia 21 de fevereiro de 2016, Fintan O’Toole também havia reconhecido, em uma coluna de opinião, a importância da União Europeia para reinserir os antigos poderes coloniais no mundo pós-imperial: “O que pode ser dito a respeito da União Europeia é que ela permitiu que seus Estados membros mais poderosos imaginassem por si mesmos um *lugar pós-imperial* no mundo. Com exceção de Luxemburgo, todos os Estados fundadores da União Europeia eram *antigas potências coloniais*.” O’TOOLE, Fintan. Only when it is in peril is the idea of Europe so inspiring. *The Guardian* (on-line), 21 fev. 2016. Economics: European Union. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/feb/21/europe-thrives-on-fear-pessimism-conflict>. Acesso em: 15 fev. 2023.

“What can be said for the European Union is that it allowed its most powerful member states to imagine for themselves a post-imperial place in the world. With the exception of little Luxembourg, all the founding states of the EU were former colonial powers.”

<sup>67</sup> “After the Second World War and the end of Britain’s role as a colonial power, the country was politically and diplomatically adrift. Its predicament was summed up by the US secretary of state Dean Acheson with the phrase: ‘Great Britain has lost an empire and has not yet found a role.’”

insistiram no projeto de integração política, a decisão pela permanência na instituição não só pode, como *deve* ser revista pelos britânicos.

A ideia de que o Reino Unido não foi rebaixado com o fim do império lembra as “duas imagens anacrônicas do Reino Unido” propagadas pelo nacionalismo britânico, descritas Paul Gilroy:

A primeira retrata a nação como uma formação homogênea e coesa, na qual um campo cultural uniforme e consensual fornece o contexto para a luta hegemônica. A segunda está ligada à ideia de que este país é, e deve continuar a ser, uma grande potência mundial. (GILROY, 2003, p. 57).<sup>68</sup>

Além de servir para os propósitos de engrandecer o Reino Unido e de afastar a hipótese do declínio da influência global caso o Brexit se concretizasse, as referências à Commonwealth também apareceram com frequência nas discussões sobre a imigração. Leia a seguir o trecho de uma carta publicada no *The Guardian* e assinada por 80 líderes comunitários e empresariais que tinham vínculos com a Commonwealth, defendendo o voto *Leave*:

Nossa política de imigração nos obriga, de fato, a recusar *trabalhadores qualificados da Commonwealth*, a fim de liberar espaço ilimitado para *migrantes da UE*. Os descendentes dos homens que se voluntariaram para lutar pelo Reino Unido em duas guerras mundiais devem ficar de lado em favor de pessoas sem nenhuma conexão com o Reino Unido. Esta renegociação ofereceu ao Reino Unido a chance de recuperar sua autonomia nos campos da migração e do comércio.<sup>69</sup>

Na carta acima, a política de imigração britânica favorece “migrantes da UE” em contraposição aos “trabalhadores da Commonwealth”, mas apenas últimos seriam “qualificados” e teriam uma “conexão com o Reino Unido”. A menção à participação dos cidadãos da Commonwealth ao lado do Reino Unido nas duas guerras mundiais se torna especialmente significativa se lembrarmos do que disse Nairn a respeito dos únicos momentos em que a mobilização popular acontece com

<sup>68</sup> TRAYNOR, Ian; WATT, Nicholas. Four EU states reject Cameron's migrant benefits plan. **The Guardian** (on-line), 17 fev. 2016. Europe: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/17/four-eu-states-reject-camerons-migrant-benefits-plan>. Acesso em: 15 fev. 2023. “Two anachronistic images of Britain lurk behind these omissions. The first depicts the nation as a homogeneous and cohesive formation in which an even and consensual cultural field provides the context for hegemonic struggle. The second is attached to the idea that this country is, and must continue to be, a major world power.”

<sup>69</sup> “Our immigration policy forces us, in effect, to turn away qualified workers from the Commonwealth so as to free up unlimited space for migrants from the EU. The descendants of the men who volunteered to fight for Britain in two world wars must stand aside in favour of people with no connection to the United Kingdom. This renegotiation offered Britain the chance to regain its autonomy in the fields of migration and commerce.”

mais sucesso na sociedade britânica. Por outro lado, no *The Daily Telegraph*, encontramos uma coluna de opinião do jornalista e escritor Philip Johnston favorável à *restrição* da imigração da Commonwealth, em referência a uma lei britânica de 1971:

[...] imaginamos que as *ansiedades sobre a imigração* que se haviam desenvolvido no final dos anos 1960 haviam sido resolvidas pela Lei de Imigração de 1971, que eliminou o direito automático dos cidadãos da Commonwealth de se estabelecerem no Reino Unido. Durante quase 40 anos após a legislação, a média da imigração líquida era estimada em torno de 40 mil por ano. No entanto, hoje ela é maior do que em qualquer outro momento de nossa história. No ano passado, a imigração líquida atingiu 330 mil, um número verdadeiramente notável dada nossa história relativamente recente e a política declarada do governo de reduzi-la para menos de 100.000.<sup>70</sup>

Johnston fez referência a eventos históricos importantes para compreender as transformações na política migratória do pós-guerra ao Brexit. Nos anos 1950 e 1960, o Reino Unido enfrentou uma onda de imigração de cidadãos da Commonwealth que auxiliaram a reconstrução do país após a Segunda Guerra Mundial. Nessas duas décadas, o Estado adotou uma postura “assimilacionista” em relação à imigração, com base no princípio de que os imigrantes da Commonwealth se assimilariam à cultura e sociedade britânicas. Entretanto, nos anos 1970, houve uma onda de ataques e violência racial contra imigrantes e minorias nas ruas, e o paradigma assimilacionista teve de ser abandonado. No lugar do assimilacionismo, o Reino Unido adotou uma postura ambígua.<sup>71</sup> Por um lado, a aprovação da *Race Relations Bill* de 1968 tornava ilegal a discriminação racial no acesso ao bem-estar e mercado de trabalho, embora sem resolver o problema das discriminações informais. Por outro lado, o *Immigration Act* de 1971 impôs restrições significativas à entrada de imigrantes não brancos no Reino Unido e dificultou o ingresso de suas famílias com eles. Assim, quando Johnson afirmou que a lei de 1971 resolveu as “ansiedades sobre a imigração”, ele necessariamente se refere à situação da maioria

<sup>70</sup> JOHNSTON, Philip. Immigration is key to EU vote, so will Boris change his tune?. **The Daily Telegraph**. London, n. 49.999, 24 fev. 2016. Comment, p. 20. “[...] we imagined that anxieties over immigration that had developed in the late Sixties had been settled by the 1971 Immigration Act, which removed the automatic right of Commonwealth citizens to settle in the UK. For nearly 40 years after the legislation, average net immigration hovered at around 40,000 annually. Yet today it is higher than at any time in our history. Last year, net immigration reached 330,000, a truly remarkable figure given our relatively recent history and the Government’s stated policy to reduce it to under 100,000.”

<sup>71</sup> Esse processo é abordado com detalhes no livro *Race and the Undeserving Poor: From Abolition to Brexit* (SHILLIAM, 2018, p. 95).

branca inglesa, e não à condição precária e marginalizada dos imigrantes e das minorias racializadas no Reino Unido.

Em segundo lugar, para além das referências à Commonwealth e as questões migratórias, as imagens do império foram encontradas nos discursos do Brexit que tornavam o Reino Unido indispensável para instituições, países, regiões ou mesmo para o mundo. Essa importância internacional e mundial do país foi encontrada em proponentes do *Leave* e do *Remain*. “A saída [da UE] prejudicaria a influência do Reino Unido justamente quando *o continente [europeu] precisa de nós*”,<sup>72</sup> escreveu o jornalista Steven Swinford no *The Daily Telegraph*, citando um relatório da *House of Lords* afirmando que Bruxelas estava despreparada para o desfecho do Brexit, o que sugere um voto no *Remain*. Em um comentário no mesmo jornal, o jornalista e editor de política externa David Blair também defendeu que a permanência na UE era essencial para combater o terrorismo internacional: “Enquanto o Reino Unido tirou suas férias mal-humoradas do mundo para se entregar à santa tradição insistir no debate sobre a Europa, nosso planeta se tornou um lugar ainda mais perigoso.”<sup>73</sup> Já em entrevista para o jornalista Julian Borger, do *The Guardian*, o secretário-geral da OTAN Jens Stoltenberg afirmou:

Eu não tenho de voto. Cabe ao povo do Reino Unido decidir. O que eu posso dizer é o que importa para a OTAN, e um Reino Unido forte em uma Europa forte é bom para o Reino Unido e é bom para a OTAN, porque estamos diante de *desafios de segurança sem precedentes*, com *terrorismo*, com *instabilidade* e um *ambiente de segurança imprevisível*, e uma *Europa fragmentada* aumentará a *instabilidade* e a *imprevisibilidade*.<sup>74</sup>

No trecho anterior, Stoltenberg defende que o Brexit resultaria em uma “Europa fragmentada”, o que seria perigoso uma vez que o mundo enfrenta “desafios de segurança sem precedentes”, entre os quais o terrorismo. Além do

<sup>72</sup> SWINFORD, Steven. Exit would harm Britain’s influence just when Continent needs us, warn peers. **The Daily Telegraph**. London, n. 49.992, 16 fev. 2016. Europe, p. 4.

<sup>73</sup> BLAIR, David. It’s time to return our attention to an ever-more dangerous world. **The Daily Telegraph**. London, n. 50.103, 24 jun. 2016. Comment, p. 18. “While Britain took its ill-tempered holiday from the world to indulge in the hallowed tradition of banging on about Europe, our planet became a still-more dangerous place.”

<sup>74</sup> BORGER, Julian. Exclusive: Nato chief says UK staying in the EU is key to fighting terrorism. **The Guardian** (on-line), 23 jun. 2016. Europe: Nato. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/jun/22/nato-chief-says-uk-staying-in-the-eu-is-key-to-fighting-terrorism>. Acesso em: 15 fev. 2023. “I don’t have a vote. It’s up to the people of Britain to decide. What I can do is tell you what matters for Nato, and a strong UK in a strong Europe is good for the UK and it’s good for Nato, because we are faced with unprecedented security challenges, with terrorism, with instability and an unpredictable security environment, and a fragmented Europe will add to instability and unpredictability.”

combate ao terrorismo, o *Remain* também foi justificado para conter o avanço da Rússia no sistema internacional: “A UE pode não ser vista como um ator importante na política externa, mas desempenhou um papel importante no acordo nuclear iraniano e na *pressão sobre a Rússia com as sanções*”, escreveu a jornalista francesa Natalie Nougayrède no *The Guardian*.<sup>75</sup> “Um voto para deixar a Europa fortaleceria o poder dos adversários do Reino Unido, desde a *Rússia* até o *SNP [Scottish National Party]*, o Partido Nacional Escocês que busca a independência do Reino Unido]”, declarou o político conservador William Hague em um comentário ao *The Daily Telegraph*.<sup>76</sup> “Os desafios da *agressão russa* e do terrorismo internacional são globais e transnacionais, e o Reino Unido não pode se dar ao luxo de estar sozinho”,<sup>77</sup> afirmou o secretário de Defesa Michael Fallon ao jornalista Tim Ross no mesmo veículo. Além de ajudar a conter a Rússia, a permanência na União Europeia também foi justificada pelo *The Guardian* como uma forma de combater as mudanças climáticas. Em um editorial do dia 18 de fevereiro a respeito da renegociação britânica com a UE, o jornal escreveu:

Há muita coisa errada com a UE, principalmente devido ao impulso precipitado em direção à integração política nos anos 90. Mas em assuntos como segurança, migração, *mudanças climáticas* e mercados abertos, é provável que os europeus ainda sejam mais seguros, fortes e prósperos por causa do projeto comum da UE.<sup>78</sup>

Nesse mesmo veículo, o editor de assuntos diplomáticos Patrick Wintour publicou uma carta de figuras proeminentes de organizações como Oxfam, Action Aid, World Wildlife Fund, Save the Children e Christian Aid alertando que “as

<sup>75</sup> NOUGAYRÈDE, Natalie. Britain will still be unable to define its global role without Europe. **The Guardian** (on-line), 12 jul. 2016. Opinion: Foreign Policy. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jul/11/britain-unable-define-global-role-europe-brexite>. Acesso em: 12 fev. 2023. “*The EU may not be seen as a heavyweight in foreign policy, but it played an important role in the Iran nuclear deal, and in pressuring Russia with sanctions.*”

<sup>76</sup> HAGUE, William. This country’s opponents would love to cause mischief if we left. **The Daily Telegraph**. London, n. 50.100, 21 jun. 2016. Comment, p. 22. “*A vote to leave Europe would strengthen the hand of the UK’s adversaries, from Russia to the SNP.*”

<sup>77</sup> ROSS, Tim. Yes, the EU is frustrating but this will help us stand up to Putin’s aggression (Interview). **The Sunday Telegraph**. London, n. 2.854, 21 fev. 2016. Europe 2016: The In Campaign, p. 5. “*The challenges of Russian aggression and international terrorism are global and transnational and Britain cannot afford to be alone.*”

<sup>78</sup> THE GUARDIAN. The Guardian view on the Brussels EU summit: six things that will still be true tomorrow (Editorial). **The Guardian** (on-line), 18 fev. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/feb/17/the-guardian-view-on-the-brussels-eu-summit-six-things-that-will-still-be-true-tomorrow>. Acesso em: 15 fev. 2023. “*There is a lot wrong with the EU, much of which is the legacy of the precipitate drive towards political union in the 1990s. But on things like security, migration, climate change and open markets, Europeans are still likely to be safer, stronger and more prosperous because of the common EU project.*”

tentativas de combater a *pobreza* e a *mudanças climáticas* seriam prejudicadas ao deixar a UE”.<sup>79</sup> Por outro lado, a suposta indispensabilidade do Reino Unido aos parceiros comerciais ou desafios globais também foi encontrada nos argumentos em favor do *Leave*, como mostra o comentário a seguir no *The Daily Telegraph* do político conservador Nigel Lawson:

[...] continuaríamos a comercializar com a UE, como o resto do mundo faz hoje, quase certamente auxiliados por um acordo bilateral de livre comércio, do qual *eles precisam muito mais do que nós*. [...] Acima de tudo, nós nos tornaríamos novamente uma democracia soberana, com uma perspectiva verdadeiramente *global*, e não apenas uma *perspectiva europeia limitada*.<sup>80</sup>

Nesse último caso, o dilema trazido pelo referendo é apresentado como uma escolha entre se limitar a uma “perspectiva europeia” ou escolher uma “perspectiva verdadeiramente global”, afastando, assim, as preocupações com os declínios econômico e geopolítico após o Brexit. Embora defendendo o *Remain*, o primeiro-ministro David Cameron também destacou a importância do Reino Unido para a UE: “nós não somos o 28º membro da UE; somos um *ator importantíssimo e global*”.<sup>81</sup> Michael Gove, favorável ao *Leave*, também ressaltou a preeminência do Reino Unido para o *The Sunday Telegraph*:

<sup>79</sup> WINTOUR, Patrick. Brexit would harm efforts to tackle global poverty, UK aid figures warn. **The Guardian** (on-line), 25 fev. 2016. News: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/24/brexit-would-harm-efforts-to-tackle-global-poverty-uk-aid-figures-warn>. Acesso em: 15 fev. 2023. “Former UN leaders and charity chiefs publish letter warning attempts to combat poverty and climate change would be damaged by leaving the EU.”

<sup>80</sup> LAWSON, Nigel. Britain outside the EU would stand tall as a free and prosperous nation. **The Daily Telegraph**. London, n. 49.994, 18 fev. 2016. Comment, p. 16. “[...] we would continue to trade with the EU, as the rest of the world does today, almost certainly assisted by a bilateral free trade agreement, which they need far more than we do. [...] Above all, we would become once again a self-governing democracy, with a genuinely global rather than a little European perspective. We would prosper, we would be free, and we would stand tall. That is what this referendum is all about.”

<sup>81</sup> CAMERON, David. An abject, self-imposed humiliation awaits if this proud, important country walks away. **The Sunday Telegraph**. London, n. 2.871, 19 jun. 2016. Europe 2016, p. 12. “I say: we are not one 28th of the EU; we are one hugely important, global player.”

Somos a quinta maior *economia* do mundo, com as melhores *forças armadas* de qualquer nação, mais *Prêmios Nobel* do que qualquer país europeu e mais *universidades* de referência mundial do que qualquer país europeu. Nossa *economia* é mais dinâmica que a zona do euro, temos a *capital* mais atraente do mundo, o maior “*soft-power*” e *influência global* de qualquer Estado e um papel de *liderança* na OTAN e na ONU. *Será que somos tão pequenos, impotentes e fracos para ter sucesso na autodeterminação?*.<sup>82</sup>

Economia, forças armadas, prêmios Nobel, universidades, Londres, *soft power* e papel na OTAN e na ONU constituiriam não somente a potência do Reino Unido, como também, sua vocação à “autodeterminação”. Esse último termo é importante, pois faz parte de uma rede mais ampla de significantes relacionados à soberania e à independência nacional nos discursos do Brexit. Um dia antes do referendo, Boris Johnson afirmou que os britânicos deveriam “fazer do 23 de junho nosso *Dia da Independência*, para que assim possamos começar a controlar a imigração”.<sup>83</sup> Após o resultado da votação, Nigel Farage defendeu que o dia 23 de junho se tornasse um feriado nacional e seja reconhecido como o “Dia da Independência”, comemorando que “povo britânico havia conseguido uma

<sup>82</sup> GOVE, Michael. It pains me to say it, but too often the EU has left Britain with no control when it matters. **The Sunday Telegraph**, London, n. 2.854, 21 fev. 2016. Europe 2016: The Out Campaign, p. 2. “*We are the world’s fifth largest economy, with the best armed forces of any nation, more Nobel Prizes than any European country and more world-leading universities than any European country. Our economy is more dynamic than the Eurozone, we have the most attractive capital city on the globe, the greatest “soft power” and global influence of any state and a leadership role in NATO and the UN. Are we really too small, too weak and too powerless to make a success of self-rule?*”. A deputada conservadora e secretária de Estado da Irlanda do Norte, Theresa Villiers, deu uma declaração parecida para o *The Observer* após a vitória do *Leave*: “Em sua forma mais simples, o argumento para o *Remain* foi a afirmação de que o Reino Unido é de alguma forma pequeno e fraco demais para nos governarmos e decidirmos nosso próprio destino. Em contraste, o *Leave* enfatizou que somos um grande país, que podemos ficar de pé e prosperar. Essa mensagem positiva foi uma das razões pelas quais ganhamos.” VILLIERS, Theresa. ‘Democracy was the reason I had to back Leave campaign’. **The Observer** (on-line), 26 jun. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/25/theresa-villiers-democracy-was-the-reason-i-backed-brexite>. Acesso em: 15 fev. 2023. “*At its simplest, the argument for Remain was the assertion that the UK is somehow too small and too weak to govern ourselves and decide our own destiny. In contrast, Leave emphasised that we are a great country, we can stand on our own two feet and we can thrive. This positive message was one of the reasons we won.*”

<sup>83</sup> ASHTANA, Anushka; STEWART, Heather. Cameron: Brexiters stoking intolerance with immigration obsession. **The Guardian** (on-line), 22 jun. 2016. Europe: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/21/cameron-brexite-camp-stoking-intolerance-with-immigration-obsession>. Acesso em: 15 fev. 2023. “*We must make June 23 our Independence Day so that we can start controlling immigration.*”



*revolução*, ‘sem que uma única bala fosse disparada’”.<sup>84</sup> O vocabulário político da independência e da revolução também foi intensamente explorado nas representações visuais, como podemos ver no anúncio do *UK Independence Party*:

---

<sup>84</sup> STEWART, Heather; ASTHANA, Anushka. David Cameron resignation sparks Tory party leadership contest. **The Guardian** (*on-line*), 22 jun. 2016. UK politics: Conservative leadership. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/24/tory-party-embarks-on-leadership-contest-after-camerons-resignation>. Acesso em: 15 fev. 2023. “*Ukip leader Nigel Farage, for whom the Brexit vote was the culmination of a decades-long battle, said 23 June should be known as ‘independence day’, and declared a bank holiday. He said the British people had achieved a revolution, ‘without a single bullet being fired’.*”

Figura 8 - Anúncio do UKIP

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2112521/CA

10      \*\*\*      Thursday 23 June 2016 The Daily Telegraph

**Today's the day we take back control.**

**INDEPENDENCE DAY**

**VOTE to LEAVE the EU – and we'll get our country back.**

**Leave the European Union** **X**  
ON 23<sup>RD</sup> JUNE



Promoted by John Bickley on behalf of UKIP, both of Lexdram House, Unit 1, King Charles Business Park, Heathfield, Devon TQ12 6UT.

Fonte: THE DAILY TELEGRAPH. London, 23 jun. 2016, n. 50.102, p. 10. Telegraph Media Group Limited.

Foi apenas com Boris Johnson, entretanto, que as referências à independência do Reino Unido ganharam um contorno adicional. Antropomorfizando a nação, Johnson fez uma analogia desta com as fases de desenvolvimento e maturação dos humanos até a fase adulta. Mais especificamente, Johnson aproveitou o passado imperial do Reino Unido para sugerir que o país já havia atingido a fase adulta e se tornado forte e independente, mas que havia sido novamente infantilizado e tornado dependente enquanto membro da União Europeia:

Figura 9 - "Babá em Bruxelas"

18

Comment

Monday 22 February 2016 The Daily Telegraph

# There is only one way to get the change we want – VOTE

David Cameron has done his very best but a vote to Remain will be taken in Brussels as a green light for more federalism and the further erosion of democracy, says *Boris Johnson*

I am a European. I lived many years in Brussels. I rather love the old place. And so I want the way we continually confuse Europe – the home of the greatest and richest culture in the world, to which Britain is and will be an eternal contributor – with the political project of the European Union. It is, therefore, vital to stress that there is nothing necessarily anti-European or xenophobic in wanting to vote Leave on June 23.

And it is important to remember: it isn't we in this country who have changed. It is the European Union. In the 28 years since I first started writing for this paper about the Common Market – as it was then still known – the project has morphed and grown in such a way as to be unrecognisable, rather as the vast new Euro palaces of glass and steel now loom over the little cobbled streets in the heart of the Belgian capital.

When I went to Brussels in 1988, I found well-meaning officials (many of them British) trying to break down barriers to trade with a new procedure – agreed by Margaret Thatcher – called Qualified Majority Voting. The efforts at harmonisation were occasionally comical, and I informed readers about euro-conditions and the great war against the British prawn cocktail flavour crisp. And then came German reunification, and the panicked efforts of Delors, Kohl and Mitterrand to "lock" Germany into Europe with the euro, and since then the pace of integration has never really slackened.

As new countries have joined, we have seen a hurried expansion in the areas for Qualified Majority Voting, so that Britain can be overruled more and more often in the last five years. We have had not just the Maastricht Treaty, but Amsterdam, Nice, Lisbon, every one of them representing an extension of EU authority and a centralisation in Brussels. According to the House of Commons library, anything between 15 and 50 per cent of UK legislation now comes from the EU, and remember that this type of legislation is very special. It is unstopable, and it is irreversible – since it can only be repealed by the EU itself. Ask how much EU legislation the Commission has actually taken back under its various programmes for streamlining bureaucracy. The answer is none. That is why EU law is likened to a ratchet, clicking only forwards. We are seeing a slow and invisible process of legal colonisation, as the EU infiltrates just about every area of public policy. Then – and this is the key point – the EU acquires supremacy in any field that it touches; because it is one of the planks of the membership, agreed in 1972, that any question involving the EU must go to Luxembourg, to be adjudicated by the European Court of Justice.

It was one thing when that court contented itself with the single market, and ensuring that there was free and fair trade across the EU. We are now way beyond that stage. Under the Lisbon Treaty, the court has taken on the ability to vindicate people's rights under the 55-clause "Charter of Fundamental Human Rights", including such peculiar entitlements as the right to found a school, or the right to "pursue a freely chosen occupation" anywhere in the EU, or the right to start a business. These are not fundamental rights as we normally understand them, and the mind boggles as to how they will be enforced. Tony Blair told us he had an opt-out from this charter.

Also, that opt-out has not proved legally durable, and there are real fears among British jurists about the activism of the court. The more the EU does, the less room there is for national decision-making. Sometimes

these EU rules sound simply ludicrous, like the rule that you can't recycle a teabag, or that children under eight cannot blow up balloons, or the limits on the power of vacuum cleaners. Sometimes they can be truly infuriating – like the time I discovered, in 2013, that there was nothing we could do to bring in better-designed cab windows for trucks, to stop cyclists being crushed. It had to be done at a European level, and the French were opposed.

Sometimes the public can see all too plainly the impotence of their own elected politicians – as with immigration. That enrages them, not so much the numbers as the lack of control. That is what we mean by loss of sovereignty – the inability of people to kick out, at elections, the men and women who control their lives. We are seeing an alienation of the people from the power they should hold, and I am sure this is contributing to the sense of disengagement, the apathy, the view that politicians are "all the same" and can change nothing, and to the rise of extremist parties.

Democracy matters. And I find it deeply worrying that the Greeks are effectively being told what to do with their budgets and public spending, in spite of huge suffering among the population. And now the EU wants to go further. There is a document floating around Brussels called "The Five Presidents Report", in which the leaders of the various EU institutions map out ways to save the euro. If all involves more integration: a social union, a political union, a budgetary union. At a time when Brussels should be devolving power, it is hauling more and more towards the centre, and there is no way that Britain can be unaffected.

David Cameron has done his very best, and he has achieved more than many expected. There is some useful language about

**This is a moment to be brave, to reach out – not to hug the skirts of Nurse in Brussels**

stopping "ever-closer union" from applying to the UK, about protecting the euro from the euroists, and about competition and deregulation. There is an excellent forthcoming Bill that will assert the sovereignty of Parliament, the fruit of heroic intellectual labour by Oliver Letwin, which may well exercise a chilling effect on some of the more federalist flights of fancy of the court and the Commission. It is good, and right, but it cannot stop the machine; at best it can put a temporary and occasional spide in the ratchet.

There is only one way to get the change we need – and that is to vote to go, because all EU history shows that they only really listen to a population when it says No. The fundamental problem remains: that they have an ideal that we do not share. They want to create a truly federal union, a *pluribus unum*, when most British people do not.

It is time to seek a new relationship, in which we manage to extricate ourselves from a web of the supranational elements. We will hear a lot in the coming weeks about the risks of this option: the risk to the economy, the risk to the City of London, and so on; and though these risks cannot be entirely dismissed, I think they are likely to be exaggerated. We have heard this kind of thing before, about the decision to opt out

COMMENT ON [www.telegraph.co.uk/boris-johnson](http://www.telegraph.co.uk/boris-johnson)'s view at [www.telegraph.co.uk/comment](http://www.telegraph.co.uk/comment)

of the euro, and the very opposite turned out to be the case. I also accept there is a risk that a vote to leave the EU, as it currently stands, will cause fresh tensions in the union between England and Scotland. On the other hand, most of the evidence I have seen suggests that the Scots will vote on roughly the same lines as the English.

We will be told that a Brexit would embolden Putin, though it seems to me he is more likely to be emboldened, for instance, by the West's relative passivity in Syria. Above all, we will be told that

whatever the democratic deficiencies, we would be better off remaining in because of the "influence" we have. This is less and less persuasive to me. Only 4 per cent of those running the Commission are UK nationals, when Britain contains 12 per cent of the EU population. It is not clear why the Commission should be best placed to know the needs of UK business and industry, rather than the myriad officials at UK Trade & Investment or the Department for Business, Innovation and Skills.

If the "Leave" side wins, it will indeed be necessary to negotiate a large number of trade deals at great speed. But why should that be impossible? We have become so used to Nanny in Brussels that we have become infantilised, incapable of imagining an independent future. We used to run the biggest empire the world has ever seen, and with a much smaller domestic population and a relatively tiny Civil Service. Are we really unable to do trade deals? We will have at least two years in which the existing treaties will be in force.

The real risk is to the general morale of Europe, and to the prestige of the EU project. We should take that seriously.

We should remember that this federalist vision is not an ignoble idea. It was born of the highest motives – to keep the peace in Europe. The people who run the various EU institutions – whom we like to play with crass abuse – are, in my experience, principled and thoughtful officials. They have done some very good things. I think of the work of Sir Leon Brittan, for instance, as Competition Commissioner, and his fight against state aid.

They just have a different view of the way Europe should be constructed. I would hope they would see a vote to leave as a challenge, not just to strike a new and harmonious relationship with Britain (in which those benefits could be retained) but to recover some of the competitiveness that the continent has lost in the last decades.

Whatever happens, Britain needs to be supportive of its friends and allies – but on the lines originally proposed by Winston Churchill: interested, associated, but not absorbed with Europe – but not comprised. We have spent 500 years trying to stop continental European powers uniting against us. There is no reason if everyone is sensible why that should happen now, and every reason for friendliness.

For many Conservatives, this has always been a pretty agonising business. Many of us are deeply internally divided, and we are divided between us. We know that we do not agree on the substance, but I hope we can all agree to concentrate on the arguments, to play the ball and not the man.

At the end of it all, we want to get a result, and then get on and unite around David Cameron – continuing to deliver better jobs, better housing, better health, education and a better

**They have an ideal that we do not share. They want to create a truly federal union**

quality of life for our constituents for whom I'd be frank the EU is not always a number one issue. It is entirely thanks to the Prime Minister, his leaveny and energy, and the fact that he won a majority Conservative government, that we are having a referendum at all. Never forget that if it were down to Jeremy Corbyn and the so-called People's Party, the people would be completely frozen out.

This is the right moment to have a referendum, because as Europe changes, Britain is changing too. This is a truly great country that is now going places at extraordinary speed. We are the European, if not the world, leaders in so many sectors of the 21st-century economy: not just financial services, but business services, the media, biosciences, universities, the arts, technology of all kinds of the 40 EU technology companies worth more than \$1 billion, 17 are British; and we still have a dizzyingly fertile manufacturing sector.

Now is the time to spearhead the success of those products and services not just in Europe, but in growth markets beyond. This is a moment to be brave, to reach out – not to hug the skirts of Nurse in Brussels, and refer all decisions to someone else.

We have given so much to the world, in ideas and culture, but the most valuable British export and the one for which we are most famous is the one that is now increasingly in question: parliamentary democracy – the way the people express their power.

This is a once-in-a-lifetime chance to vote for real change in Britain's relations with Europe. This is the only opportunity we will ever have to show that we care about self-rule. A vote to Remain will be taken in Brussels as a green light for more federalism, and for the erosion of democracy. In the next few weeks, the views of people like me will matter less and less, because the choice belongs to those who are really sovereign – the people of the UK. And by the matter of their own sovereignty the people, by definition, will get it right.



**DOES SITTING MAKE YOUR BACK ACHE?**

**You need the BACKFRIEND®**  
PHENOMENALLY SUCCESSFUL – Mr W. Hants

I have to admit that the seat has been and still is phenomenally successful and exceeds all expectations I had for it. In fact, to be honest, I harboured a few reservations as to the literature's claims when I ordered it. But these were put to bed within three days of receiving it. I have absolutely no reservations in recommending it to anyone as a sure fire workable aid to chronic back pain.

- THE portable back support for use in any seat
- Used by over 500,000 people in 37 countries
- Made by MEDesign here in the UK
- Height adjustable back
- 12 month guarantee
- 8 colours available
- Light & portable

**Offers positional relief from back pain**

**14 day home trial**

**Buy now at [www.backfriend.com](http://www.backfriend.com)**

**Exciting NEW products and catalogue for 2016. Get your FREE copy now.**

**FOR FULL DETAILS AND YOUR FREE BACK PACK CATALOGUE CALL 01704 542373 or E-MAIL [dt@medesign.co.uk](mailto:dt@medesign.co.uk) POST the coupon to MEDesign Ltd, FREEPOST, Southampton, PR8 1SR**

Name: \_\_\_\_\_  
Address: \_\_\_\_\_  
Post Code: \_\_\_\_\_

Estamos tão acostumados com uma *babá em Bruxelas* que nos tornamos *infantis*, incapazes de imaginar um futuro independente. *Costumávamos administrar o maior império que o mundo já viu*, e com uma população doméstica muito menor e um serviço público relativamente pequeno.<sup>85</sup>

Tenho medo de dizer que [um resultado favorável à permanência na UE] vai dizer muito claramente que *não achamos que podemos agir sozinhos*. Vi dizer que *não achamos que somos suficientemente fortes...* que *não podemos sobreviver sem nos agarrarmos às cordas do avental da babá em Bruxelas* e eu simplesmente não acredito nisso. Eu realmente não acredito nisso.<sup>86</sup>

Eu costumava ficar muito, muito frustrado com o que as pessoas eram instruídas a fazer pela *babá em Bruxelas*.<sup>87</sup>

Nessas falas de Johnson, o colapso do Império Britânico está atrelado à permanência na União Europeia, não importando que as causas do declínio imperial tivessem sido diferentes. A “imaginação de um futuro independente”, ao ser justaposta à administração do “maior império que o mundo já viu”, parece sugerir a possibilidade de, se não restaurar o império, ao menos reter o seu poder. Caso contrário, Johnson alerta que a União Europeia poderá manter o que chamou de “supremacia” sobre o Reino Unido:

Estamos vendo um processo lento e invisível de *colonização legal*, já que a *UE se infiltra* em quase todas as áreas das políticas públicas. Então - e este é o ponto central - a UE adquire *supremacia* em qualquer campo em que toque; porque é um aspecto central da adesão do Reino Unido, acordada em 1972, que qualquer questão envolvendo a UE deve ir a Luxemburgo, para ser julgada pelo Tribunal de Justiça Europeu.<sup>88</sup>

<sup>85</sup> JOHNSON, Boris. There is only one way to get the change we want - Vote Go. **The Daily Telegraph**. London, n. 49.997, 22 fev. 2016. Comment, p. 18. “*We have become so used to Nanny in Brussels that we have become infantilised, incapable of imagining an independent future. We used to run the biggest empire the world has ever seen, and with a much smaller domestic population and a relatively tiny Civil Service.*”

<sup>86</sup> DOMINICZAK, Peter. 'This vote is more important than my political career' (Interview). **The Daily Telegraph**, London, n. 50.102, 23 jun. 2016. News, p. 2. “*I’m afraid to say it will say very clearly that we don’t think we can hack it on our own. It will say we don’t think we’re strong enough... that we can’t survive without clinging to the apron strings of nanny in Brussels and I just don’t believe that. I really don’t believe that.*”

<sup>87</sup> DOMINICZAK, Peter. 'This vote is more important than my political career' (Interview). **The Daily Telegraph**, London, n. 50.102, 23 jun. 2016. News, p. 3. “*I used to get very, very frustrated by people being told what to do by nanny in Brussels.*”

<sup>88</sup> JOHNSON, Boris. There is only one way to get the change we want - Vote Go. **The Daily Telegraph**. London, n. 49.997, 22 fev. 2016. Comment, p. 18. “*We are seeing a slow and invisible process of legal colonisation, as the EU infiltrates just about every area of public policy. Then – and this is the key point – the EU acquires supremacy in any field that it touches; because it is one of the planks of Britain’s membership, agreed in 1972, that any question involving the EU must go to Luxembourg, to be adjudicated by the European Court of Justice.*”

“Um processo lento e invisível de colonização legal”. Essa foi a definição que traduziria o que significa a permanência britânica na União Europeia. O Reino Unido, que já foi dono do “maior império que o mundo já viu”, agora se vê vítima da colonização, mesmo que da colonização legal do Tribunal de Justiça Europeu. Aqui, não se trata mais apenas da melancolia pós-colonial ou da nostalgia imperial identificadas por Paul Gilroy. Boris Johnson, um dos políticos mais populares do Reino Unido contemporâneo, conseguiu criar a imaginação de um mundo em que a colonização é um processo contínuo, e a única escolha possível é entre ser perpetrador ou vítima desse processo. Concebido nesses termos, o voto no *Remain* equivale a assinar um documento de tutela aos cuidados da babá em Bruxelas. A supremacia e a colonização jamais terão fim, ainda que com adaptações e transformações; em vez disso, a única escolha é entre acabar com essa figura paternalista supranacional que dá instruções e ordens que dificilmente resultarão em benefício para o povo britânico, mas que certamente ampliarão o poder de infiltração do cancerígeno projeto de integração europeu em quase todas as áreas do país, ou se submeter a esse poder estrangeiro.

A rede de significantes construída em torno das imaginações imperiais nas disputas sobre a votação de junho de 2016 sugerem que o Brexit foi uma oportunidade de imaginar o mundo impensável, isto é, um universo simbólico em que não há mais Império Britânico. A pergunta que se coloca é como construir o mundo pós-imperial sem precisar “ajustar a vida do coletivo nacional a um significado severamente reduzido de si mesmo como potência global” e sem ter de “enfrentar a reduzida estatura geopolítica”. Na ausência do império, a preeminência britânica precisou ser recuperada e reassegurada *discursivamente*, seja por meio da ênfase aos seus símbolos culturais, do seu peso econômico ou de seu papel político em instituições de destaque que garantem a ordem internacional. Sem o Reino Unido, o mundo tal como conhecemos morreria por asfixia. A diferença é que, na perspectiva do *Leave*, a dependência do Outro está nos acordos comerciais; já de acordo com a abordagem do *Remain*, está nas lutas cada vez mais urgentes contra a Rússia, o terrorismo, a pobreza e as mudanças climáticas. Ambos, porém, respondem a um mesmo problema, e só conseguem admiti-lo parcialmente — *desde que* não tenham *efetivamente* de pensar o impensável, *desde que* possam ignorar “tamanho declínio e perda traumática de poder e de prestígio”, *desde que* não precisem abandonar a melancolia, *desde que* possam recorrer aos mecanismos de



sempre da nostalgia e do apego à preeminência. As imagens do império, encontradas tanto nos discursos do *Leave* como nos discursos do *Remain*, atuam como o imaginário que insiste em ocupar o espaço deixado entre o simbólico e o real. É preciso dominar discursivamente o vazio deixado pelo choque e pelo deslocamento do universo simbólico. É preciso, enfim, fornecer uma *linguagem política* com a qual determinados estados psíquicos dolorosos possam ser, pela primeira vez, expressados.

#### 4.4 A maioria silenciosa

“Cidadão médio”, “a maioria de nós”, “eleitores”, “*middle England*”,<sup>89</sup> “o povo”, “pessoas que se sentem insatisfeitas e que não tiveram voz durante anos”, “*antiestablishment*”, “pessoas que sentem ignoradas, cuja voz não tem sido ouvida, que são tratadas como insignificantes”, “os ingleses”, “classe trabalhadora tradicional”, “os muitos”, “o povo britânico”, “consciência nacional”, “nacionalismo inglês”, “movimento nacionalista inglês”, “identidade inglesa”, “a maioria”, “deixados para trás”, “perdedores [da globalização]”, “eleitores tradicionais do *Labour*”, “comunidades da classe trabalhadora tradicional”, “prisioneiros”, “trabalhadores comuns”, “povo trabalhador”, “eleitores da classe trabalhadora que votam no *Leave*”, “revolta da classe trabalhadora”, “milhões de pessoas”, “instintos do povo britânico”, “a maioria do povo da classe trabalhadora”, “muita gente”, “muitos eleitores da classe trabalhadora”, “mais e mais britânicos”, “oprimidos”, “ignorados pelos políticos”, “pessimismo inglês”, “verdadeiro britânico”, “eleitores deixados para trás”, “os esquecidos”, “o homem comum”, “o povo esquecido”, “milhões de pessoas”, “*Little Englander*”,<sup>90</sup> “revolta do povo”, “rebeldes obstinados”, “um homem do povo que bebe cerveja e fuma cigarro”, “cinturões tradicionais do *Labour*”, “pessoas reais”, “pessoas comuns”, “pessoas decentes”, “instintos de um povo livre”, “o resto”, “boa parte da população da Inglaterra”, “o resto do país” e “eleitorado feroz”.

Essas foram algumas das expressões que apareceram nos jornais *The Guardian* e *The Telegraph* para constituir a categoria do “povo britânico” nas

<sup>89</sup> “*Middle England*” é uma expressão que se refere ao grupo de eleitores e habitantes da Inglaterra central, geralmente vistos como sendo conservadores.

<sup>90</sup> “*Little Englander*” é um termo depreciativo que se refere a eleitores britânicos com visão limitada e nacionalista da política e sociedade. No contexto da UE, foi usado para fazer referência a pessoas contra a integração europeia e que defendem a independência do Reino Unido acima de tudo.

discussões sobre o referendo do Reino Unido sobre a União Europeia. Nesta seção, esboçamos uma breve análise sobre as possíveis contribuições do imaginário populista para a constituição da identidade nacional durante os discursos do Brexit.<sup>91</sup> Para fazer essa análise, buscamos inspiração na teorização de Ernesto Laclau a respeito do populismo (LACLAU, 1987) e relacionamos os textos da imprensa com a análise de Patrick Wright sobre a identidade inglesa defensiva do escritor e jornalista G. K. Chesterton (WRIGHT, 2008).

A despeito do resultado apertado do referendo no dia 23 de junho — 51,9% dos britânicos optou por deixar a União Europeia —, não demorou para a opção vitoriosa em favor do *Leave* ser facilmente tomada por políticos, jornalistas e columnistas de opinião como representativa o suficiente para falar em nome de todo o “povo” e da “nação” britânicas. A esse “povo” foram associadas características como: “antipatia à autoridade”, “apatia”, “insatisfação”, “frustração”, “alienação”, “vocação para a independência”, “antiautoritarismo”, “ousadia”, “desiludidos”, “economicamente desfavorecidos”, “apatia política”, “desencantamento político”, “rejei o”, “opiniões sinceras” e “personalidades autênticas”. Mas o que é esse “povo”, afinal? Qual é seu conteúdo substantivo? Essa categoria se baseia em um referente empírico ou discursivo? Seria uma completa abstra o, um efeito do discurso ou se referia a pessoas realmente existentes que estariam sendo “deixadas para tr s”, como tantas vezes defendeu John Harris no *The Guardian*?

Seguindo Ernesto Laclau, entendemos o populismo como um imaginário político. “Imaginário”, no sentido lacaniano de tentar suprir o espaço deixado entre o “simbólico” e o “real”; e “político”, no sentido de envolver relações de antagonismo, como apontam as teorizações de Mouffe e Laclau. No caso do populismo, esse imaginário político se baseia na dualidade povo/poder. De acordo com Laclau, o populismo opera uma divisão dicot mica no espaço político, dividindo-o em duas forças antagônicas: os “de cima” e os “debaixo”, o “povo” e as “elites” (LACLAU, 1987, p. 30). Essa cisão do espaço político em dois polos opostos ocorre pelo estabelecimento das “cadeias de equivalência”. Estas levam à simplificação do espaço discursivo, que é rigorosamente dividido em dois campos

<sup>91</sup> Fomos particularmente inspirados pelo seguinte *insight* de Yannis Stavrakakis a respeito da relação entre o nacionalismo e o populismo: “Qualquer conexão entre os dois [...] é uma construção instável, uma articulação contingente e historicamente determinada.” (STAVRAKAKIS, 2005, p. 246). “Any connection between the two [...] is an unstable construct, a contingent, historically determined articulation, and not an essential attribute of populism.”



opostos. Por meio das equivalências, cada elemento de um sistema entra numa relação de oposição com os demais elementos de outro sistema. As determinações positivas entre dois objetos são anuladas; em vez disso, a identidade entre eles se dá por referência a algo externo comum, que é concebido *em termos negativos*. Por exemplo, a construção do discurso populista dos movimentos milenaristas ocorre quando a “cultura camponesa” é tida como a identidade do movimento, e a “cultura urbana” é concebida como o inverso negativo da “cultura camponesa”; assim, todos os aspectos da “cultura urbana” são símbolos da “anticomunidade”. Entretanto, a existência desses campos opostos, segundo Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, *não é empírica*: em vez disso, tratam-se dos efeitos discursivos de uma articulação hegemônica (LACLAU; MOUFFE, 1985).

A teoria do populismo de Laclau faz com que entendamos melhor o funcionamento das expressões que listamos anteriormente. Estas constituem o “povo” ao negar quaisquer diferenças positivas entre cada um dos elementos que constituiriam o povo britânico. Graças às cadeias de equivalências, essas especificidades entre os elementos são anuladas discursivamente, mas não para expressar uma essência comum positiva entre os elementos, e sim para antagonizar com um poder externo que é negado. É assim que o populismo produz seus “efeitos de fronteira”, como se a separação entre “dentro” e “fora” fosse dada e evidente, como se a estrutura referencial do discurso populista fosse adquirida uma vez por todas. Entretanto, se esse foi o “povo” e essas foram as características atribuídas a ele, qual seria o seu externo constitutivo ao qual ele antagonizaria nos discursos do Brexit?

Assim como muitos termos funcionaram como “povo”, foram inúmeras expressões usadas para constituir essa exterioridade: “funcionários e burocratas não eleitos”, “*quangocrats*”,<sup>92</sup> “*eurozealots*”,<sup>93</sup> “bancos e corporações”, “establishment”, “elites”, “classes governantes”, “líderes políticos”, “classe governante”, “poder governamental”, “burocratas do NHS”, “pequena elite”, “tecnocratas”, “tecnocracia”, “10% do topo”, “vencedores da globalização”, “elites

<sup>92</sup> “*Quangocrats*” é uma palavra depreciativa que se refere a funcionários públicos ou políticos nomeados para cargos em organizações sem fins lucrativos no Reino Unido. O termo é frequentemente usado para fazer referência a burocratas europeus vistos como tendo poder excessivo e desconectados da opinião pública.

<sup>93</sup> “*Eurozealots*” é uma expressão pejorativa que se refere aos entusiastas da integração europeia, defendendo a UE acima de tudo, independentemente das implicações para seus países de origem.

em Bruxelas”, “sistema corporativista e elitista”, “políticos”, “economistas”, “George Soros”, “burocratas”, “experts”, “elites europeias”, “instituições políticas e partidos tradicionais”, “classes políticas”, “elite de Westminster”, “grandes corporações”, “especialistas políticos”, “elite liberal”, “elites da UE”, “poderosos”, “establishment político”, “elite global”, “SW1”,<sup>94</sup> “políticos ‘profissionais’”, “status quo”, “classe política que habita a bolha autossuficiente de Westminster” e “elite metropolitana”.

Essas foram algumas das expressões que construíram a “elite” nos discursos do Brexit. Quanto às suas características desse “poder” contra o qual o “povo” ganha saliência, vimos o aparecimento de expressões como: “não eleitos”, “disfuncionais”, “grande”, “burocrática”, “incompetência”, “tediosa”, “remota”, “caótica”, “distantes”, “antidemocrático”, “não democrático”, “complacência”, “legislação sem sentido” e até “domínio imperfeito do inglês”.

Desse modo, foram múltiplas as formas assumiram os polos “povo” e “elite”. Entretanto, quando analisamos o uso específico desses termos nos seus devidos contextos, fica mais evidente o caráter “ambíguo e abstrato” que o populismo pode adquirir, como havia teorizado Laclau (LACLAU, 1987, p. 30). Mais especificamente, *nos discursos do Brexit, o populismo apareceu à direita e à esquerda*. Na edição do dia 18 de dezembro de 2015, o editor de política Patrick Wintour do *The Guardian* mencionou um discurso de Jeremy Corbyn, líder do *Labour*, defendendo o argumento de que a União Europeia deveria promover mudanças caso tenha o objetivo de atingir à “maioria do seu povo”, em vez de atender ao que chamou de “bancos e corporações”: “as pessoas em toda o Reino Unido e Europa sabem que a UE precisa mudar se quiser trabalhar melhor para a maioria do seu povo, não apenas para seus bancos e corporações”.<sup>95</sup> Além disso, no dia do referendo, a jornalista Heather Stewart trouxe uma declaração de David Cameron se opondo ao que chamou de “establishment”: “Ele [Cameron] disse aos eleitores que ‘o establishment’ estava mentindo que os migrantes são os culpados

<sup>94</sup> “SW1” é o código postal do bairro de Westminster, no centro de Londres, Reino Unido, e uma metonímia para se referir ao establishment político e à classe política do país.

<sup>95</sup> WINTOUR, Patrick. Jeremy Corbyn says he opposes making EU migrants wait to receive benefits. *The Guardian* (on-line), 18 dez. 2015. Europe: Jeremy Corbyn. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2015/dec/17/jeremy-corbyn-says-he-opposes-making-eu-migrants-wait-to-receive-benefits>. Acesso em: 15 fev. 2023. “[...] people across Britain and Europe know that the EU needs to change if it’s going to work better for the majority of its people, not just its banks and corporations.”

pela pressão sobre os empregos e serviços públicos, quando a culpa é dos *políticos em Westminster*".<sup>96</sup> Nesse último trecho, mesmo com suas conhecidas reservas a respeito do avanço da integração política do projeto europeu e enquanto um "*reluctant Remainer*", Cameron optou por antagonizar com o "*establishment*" e com os "políticos em Westminster", no lugar da UE ou dos imigrantes. Por outro lado, ainda mais à direita do espectro político, o tom populista apareceu no seguinte comentário do jornalista e escritor Charles Moore publicado no *The Daily Telegraph*: "[...] o projeto europeu foi concebido para ser tão *monótono* e suas decisões tão *remotas* que a maioria de nós se sente forçada a aceitá-lo em grande parte pela confiança. Trata-se de uma área [...] na qual as *elites* dominam".<sup>97</sup>

Além de o populismo ter sido amplamente adotado por conservadores, trabalhistas e eurocéticos de extrema-direita, gostaríamos de enfatizar uma forma particular que ele assumiu nos discursos do referendo. Essa forma, iríamos descobrir, pode ser relacionada a uma versão específica a respeito da identidade inglesa. Consideramos que quem melhor a descreveu foi Patrick Wright, em sua análise sobre a identidade inglesa defensiva de G. K. Chesterton (WRIGHT, 2008). Nascido em 1874 e falecido em 1936, G.K. Chesterton é considerado um dos escritores mais importantes e influentes da Inglaterra do século XX, tendo escrito poesia, ensaios, romance e ficção. Escolhemos essa versão defensiva da identidade inglesa porque ela parece ter articulado de forma mais fiel as tendências populistas e a construção das identidades nacionais nas disputas do Brexit. A seguir, destacamos quatro componentes dessa articulação: oposição à autoridade, nostalgia pelo passado, apelo ao senso comum e defesa da autenticidade.

Em primeiro lugar, abordamos a discussão do papel da autoridade, do Estado e do poder no imaginário populista. O jornalista e escritor John Harris, considerado uma das vozes mais importantes da esquerda britânica, notabilizou-se por escrever colunas de opinião no *The Guardian* nos quais defendia a "classe trabalhadora"

<sup>96</sup> STEWART, Heather. Jeremy Corbyn makes final referendum pitch to Labour voters. **The Guardian** (on-line), 23 jun. 2016. Europe: Labour. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/22/corbyn-final-pitch-referendum-voters>. Acesso em: 15 fev. 2023. "*He said voters were being wrongly told by 'the establishment' that migrants are to blame for pressure on jobs and public services, when the fault lies with politicians in Westminster.*"

<sup>97</sup> MOORE, Charles. Unless something changes, the Outers are still more likely to lose. **The Daily Telegraph**. London, n. 49.943, 19 dez. 2015. Comment, p. 26. "*[...] the European project is designed to be so tedious and its decision-making to be so remote that most of us feel forced to take it largely on trust. It is an area – the greatest one left in this disrespectful modern world – in which the elites hold sway.*"

que, além de marginalizada economicamente, também teria sido ostracizada e mal compreendida pelos políticos do *Labour*, o qual se referia a esse segmento como racista, xenófobo ou intolerante. Em especial, essas pessoas que Harris diz defender são contrárias à imigração e revelam uma “antipatia à autoridade”:

Embora com consequências profundas para o Reino Unido como um todo, a votação é essencialmente um evento político *inglês*: uma tentativa de resolver as tensões inglesas dentro de um partido essencialmente inglês que verá o *Leave* falar com um grupo de pessoas que se autoidentificam cada vez mais como *ingleses*, e que sentem que *uma antipatia à autoridade é agora parte de sua identidade nacional*.<sup>98</sup>

No trecho citado, Harris defendeu que o voto pelo *Leave* e a oposição à imigração seriam majoritariamente um fenômeno “inglês”, e que a “antipatia à autoridade” seria parte significativa dessa identidade nacional. No *The Daily Telegraph*, o jornalista Fraser Nelson, uma das principais vozes conservadoras do Reino Unido, também seguiu uma direção semelhante ao mencionar a descrição antiautoritária feita por uma revista alemã, mas dessa vez fazendo referência aos “britânicos”: “A edição atual do *Der Spiegel* resume isso muito bem. Os *britânicos*, explica, ‘têm uma *independência interior* que nós alemães não temos, além de uma miríade de *tendências antiautoritárias e desafiadoras*’”.<sup>99</sup> Após a votação, Andrew Roberts declarou algo semelhante no mesmo jornal: “O papel de *rebeldes obstinados a fazer o oposto do que lhes é dito pelas autoridades* tem sido central nos grandes eventos políticos da história britânica”.<sup>100</sup> Esse componente antiautoritário também é encontrado na análise da identidade inglesa de G. K. Chesterton. Mais especificamente, Wright afirma: “[a identidade inglesa de Chesterton] é uma postura defensiva adotada *contra o poder do Estado* e as

<sup>98</sup> HARRIS, John. Irrational, unhinged, gullible? No, the many who want Britain out of Europe deserve to be listened to. **The Guardian** (on-line), 26 fev. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/feb/26/irrational-unhinged-gullible-many-who-want-britain-out-of-europe-deserve-listened>. Acesso em: 24 jan. 2023. “*Though it will have profound consequences for the UK as a whole, the vote is essentially an English political event: an attempt to resolve English tensions within an essentially English party which will see the leave side speaking to a group of people who increasingly self-identify as English, and who feel that an antipathy to authority is now part of their national identity.*”

<sup>99</sup> NELSON, Fraser. I love Europe. Which is why, with sadness, I must vote for a divorce. **The Daily Telegraph**. London, n. 50.102, 23 jun. 2016. Europe 2016, p. 9. “*The current issue of Der Spiegel sums it up rather well. Brits, it explains, ‘have an inner independence that we Germans lack, in addition to myriad anti-authoritarian, defiant tendencies’.*”

<sup>100</sup> ROBERTS, Andrew. This vote was a people’s revolt in the great British tradition. **The Daily Telegraph**. London, n. 50.104, 25 jun. 2016. Britain Out: Mood of the country, p. 11. “*The role of bloody-minded insurgents willing to do the opposite of what they’re told by the authorities has long been central to great political events in British history, and the 17,410,742 people who voted to leave the European Union can certainly be ranked among their number.*”

transformações que se sucedem na sequência de uma história modernizadora” (WRIGHT, 2008, p. 62).<sup>101</sup>

Mas essa versão da identidade inglesa não apenas desafia a autoridade, como também revela uma nostalgia pelo passado. No *The Guardian*, o colunista Stewart Dakers escreveu sobre o apelo do ideal de independência defendido pelo *Leave* para conquistar o voto dos idosos: “O voto dos idosos [no referendo] é crítico, e a perspectiva de independência nos leva de volta aos *bons velhos tempos, quando fazíamos as coisas ‘do nosso jeito’*”.<sup>102</sup> Da mesma forma, na análise de Wright, o sentimento nostálgico também aparece: “A identidade inglesa de Chesterton encontra sua essência no sentido de *oposição às tendências predominantes do presente*.” (WRIGHT, 2008, p. 63).<sup>103</sup> “Ao polarizar o *passado* a partir do *presente*, produz uma Inglaterra imperfeita na qual cada manifestação de diferença ou mudança é instantaneamente identificada com degeneração, corrupção e morte.” (WRIGHT, p. 69).<sup>104</sup>

Além da oposição à autoridade e da nostalgia pelo passado, o populismo também pode se orientar pela valorização do senso comum, do conhecimento popular e dos instintos das populações locais. Como afirmou Boris Johnson no *The Daily Telegraph*, “Nossa campanha é sobre a autoconfiança. Trata-se de confiar nos *instintos* do povo britânico”.<sup>105</sup> Nessa mesma edição, Michael Gove pediu desculpas após ter comparado os “especialistas” [*“experts”*] que opinaram sobre o Brexit com os nazistas, o que sugere um apelo e valorização ao senso comum e um desprezo pela intelectualidade. Além disso, alguns dias depois, o jornalista e escritor Charles Moore fez outra referência aos instintos britânicos e menosprezou

<sup>101</sup> “Chesterton had his preferences, too, but the Englishness of his ‘secret people’ is not just an inventory. It is, instead, a defensive stance adopted against the power of the state and the transformations that follow in the wake of a modernising history.”

<sup>102</sup> DAKERS, Stewart. Why Brexit makes a visceral appeal to the older generation’s psyche. **The Guardian** (on-line), 22 jun. 2016. Society: Grey matters. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2016/jun/21/brexit-visceral-appeal-older-people-eu-referendum>. Acesso em: 15 fev. 2023. “The grey vote is critical, and the prospect of independence takes us back to the good old days when we did things ‘our way’.”

<sup>103</sup> “Chesterton’s ‘Englishry’ finds its essence in that sense of being opposed to the prevailing trends of the present.”

<sup>104</sup> “In polarising the past from the present, it produces a kippered England in which the every thought of difference or change is instantly identified with degeneration, corruption and death.”

<sup>105</sup> DOMINICZAK, Peter. This vote is more important than my political career’ (Interview). **The Daily Telegraph**, London, n. 50.102, 23 jun. 2016. News, p. 2. “‘Our campaign is about self-belief,’ Mr Johnson says. ‘It is about trusting the instincts of the British people, trusting in our democracy, trusting in the institutions that have evolved over a long time. Our campaign is about accountability.’”

o papel dos especialistas nas discussões democráticas: “Graças aos *instintos* de um povo livre, a democracia foi restaurada sem nenhum indício de tumultos ou revolução [...] ninguém é um *especialista* em democracia. Cada um de nós vale apenas um voto”.<sup>106</sup> Os especialistas também foram atacados no *The Guardian*: “Os chamados ‘*especialistas*’ eram na verdade divulgadores partidários de suas ilusões elitistas, inteligentes demais para perceber o que todo verdadeiro britânico sabe *intuitivamente* - que quando o Reino Unido se une para vencer o mundo, o mundo é derrotado.”<sup>107</sup> Essa afirmação a respeito do que “todo verdadeiro britânico sabe intuitivamente” também aparece na análise de Wright: “Seus ingleses podem ser imaginados como [...] sem escolaridade, mas *instintivamente sábios*. Esses representantes do *bom senso nativo*” (WRIGHT, 2008, p. 63);<sup>108</sup> “Este, obviamente, é Lorde Ivywood, contra o qual Chesterton celebra o dono da taverna Humphrey Pump como um tipo de nativo inglês que aprendeu pela *experiência*, em vez dos livros. O *bom senso* e uma ‘bondade incorruptível’ estão na raiz da identidade inglesa de Pump.” (WRIGHT, 2008, p. 69)<sup>109</sup>, afirmou, fazendo referência aos personagens fictícios criados por G.K. Chesterton.

Por último, destacamos a defesa da autenticidade na articulação entre populismo e identidade nacional. Andrew Roberts publicou uma coluna de opinião em que afirmou que o Brexit seria um feito mais importante do que a Revolução Francesa, listando um dos personagens essenciais nessa conquista popular: “um

<sup>106</sup> MOORE, Charles. The most momentous, and moving, thing I’ve seen in 40 years of politics. **The Daily Telegraph**, London, n. 50.104, 25 jun. 2016. Comment, p. 30. “Thanks to the instincts of a free people, democracy has been restored with no hint of riots or revolution [...] no one is an expert where democracy is concerned. Each of us is worth only one vote.”

<sup>107</sup> ORR, Deborah. 10 things we’ve learned from the EU referendum campaign. **The Guardian** (online), 24 jun. 2016. Opinion: Brexit. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/23/10-things-learned-eu-referendum-campaign-tories-labour-eurozone>. Acesso em: 15 fev. 2023. “So-called ‘experts’ were in fact just partisan peddlers of self-interested elitist cobblers, too clever to see what every true Brit knows instinctively – that when Britain unites to beat the world, the world stays beat.”

<sup>108</sup> “Its ‘secret’ Englishmen can be imagined as a group of Anglo-Saxon men seated in an unrenovated pub: slow but steadfast, unschooled but instinctively wise. These representatives of native common sense have sat there drinking their undoubtedly real ale while the centuries have unfolded outside and sometimes come crashing in through the door.”

<sup>109</sup> “That, of course, is Lord Ivywood, against whom Chesterton celebrates the unschooled publican Humphrey Pump as kind of English aborigine who has learned by experience rather than through books. Common sense and an ‘incorruptible kindliness’ lies at the root of Pump’s ‘Englishry’.”

*homem do povo que bebia cerveja e fumava cigarro*".<sup>110</sup> Na análise da identidade inglesa de G. K. Chesterton, Patrick Wright também faz alusão a "um grupo de homens anglo-saxões sentados em um *pub* raiz" e afirma que Chesterton "considerava a *cerveja* como simultaneamente o desejo e o direito tradicional do inglês nativo oprimido" (WRIGHT, 2008, p. 63).<sup>111</sup> Mas a autenticidade da identidade inglesa não resultava apenas do culto pela cerveja ou cigarro, era também uma questão de um estilo orgânico, que recusa assumir as feições de uma campanha profissional ou treinada. No dia 26 de junho, Janet Daley publicou o seguinte texto de opinião no *The Sunday Telegraph*:

Essa derrota do *Remain* é muito mais do que a insatisfação do país com a UE. Quando a política se tornou um ramo da indústria publicitária, era apenas uma questão de tempo até ela perder completamente o contato com o objetivo do processo democrático: tornou-se tão importante *conduzir uma campanha 'profissional'* (suave, controlada, perfeitamente manipulada) quanto *representar as opiniões das pessoas reais*. Ou mesmo ouvi-las. Porque se alguém naquela sinistra aliança de partidos *mainstream* tivesse se importado em ouvir, eles teriam percebido que o que mais havia alienado o público era precisamente o que os estrategistas políticos chamam de '*profissionalismo*'. O que os eleitores querem - como eles agora o fizeram claramente - é algo *não profissional: respostas genuínas e espontâneas* de pessoas que podem às vezes parecer amadoras e falhas, mas que parecem ter *opiniões sinceras e personalidades autênticas e idiossincráticas*. (Indicação: Boris Johnson?).<sup>112</sup>

No trecho, Daley buscou valorizar a política "não profissional", que se orienta por "opiniões sinceras" e "personalidades autênticas" e seria próxima das "pessoas reais", em detrimento da "campanha 'profissional'" que, por sua vez, estaria mais

<sup>110</sup> ROBERTS, Andrew. This vote was a people's revolt in the great British tradition. **The Daily Telegraph**. London, n. 50.104, 25 jun. 2016. Britain Out: Mood of the country, p. 11. "Today's insurgent leaders were themselves a ragbag bunch: a half-albino Classicist whose friends called him 'the truffle-pig'; a German-born female Labour MP; a beer-drinking, cigarette-smoking man of the people; and an infinitely courteous intellectual with a razor-sharp brain, who had nevertheless been sacked as education secretary a few years earlier. It wasn't much to set against the combined forces of the Establishment, yet they won."

<sup>111</sup> "He treated beer as both the desire and customary right of the put-on native Englishman."

<sup>112</sup> DALEY, Janet. Today's voters are crying out for sincere opinions and authentic personalities. **The Sunday Telegraph**. London, n. 2.872, 26 jun. 2016. Comment, p. 28. "This defeat for Remain is about much more than the country's dislike of the EU. When politics became a branch of the advertising industry, it was just a matter of time before it lost touch entirely with the point of the democratic process: it became at least as important to run a 'professional' (slick, controlled, flawlessly manipulated) campaign as to represent the views of real people. Or even to listen to them. Because if anybody in that sinister alliance of mainstream parties had bothered to listen they would have gathered that what had alienated the public most was precisely what political strategists call 'professionalism'. What the voters want - as they have now made stunningly clear - is unprofessionalism: genuine, spontaneous responses from people who may sometimes look amateurish and flawed but who appear to have sincere opinions and authentic, idiosyncratic personalities. (Cue Boris Johnson?)."

distante do “processo democrático”. Enquanto isso, no *The Guardian*, David Shariatmadari destacou que não é necessário *ser* autêntico para *parecer* autêntico:

A lista de políticos julgados *autênticos* - Nicola Sturgeon, Boris Johnson, Mo Mowlam, Justin Trudeau do Canadá - é uma lista de pessoas que desviaram os filtros habituais e *atingiram diretamente o coração e a mente* das pessoas. [...] autenticidade é um ingrediente especialmente potente na receita para o sucesso político. Se vier naturalmente, você deve se considerar sortudo. E se não vier? Você sempre pode tentar forjá-la.<sup>113</sup>

Forjada ou não, a autenticidade permite “atingir diretamente o coração e a mente das pessoas” e fez parte da retórica populista e dos ingredientes essenciais para a construção dessa versão bastante específica da identidade inglesa. Além dela, vimos que oposição à autoridade, nostalgia pelo passado e apelo ao senso comum também constituem a dieta nacional populista nos discursos do referendo. Entretanto, é importante lembrar que a cisão binária em polos opostos que autoriza a constituição de um “povo” e de uma “elite” não corresponde, como alguns textos nos jornais sugerem, a referentes empíricos existentes *fora do discurso*, mas são um *efeito* deste e se baseiam numa articulação hegemônica. Isso ocorre independentemente da força popular que essa articulação hegemônica adquiriu e de seu apelo eleitoral. Esse detalhe é crucial e distancia a nossa análise frontalmente de algumas perspectivas que apareceram na imprensa com o suposto objetivo resgatar o “povo” ou a “classe trabalhadora tradicional” das injustiças, como se essas categorias adquirissem sentido fora de um momento discursivo específico de articulação.

Gostaríamos de concluir esta breve seção retomando a teorização de Ernesto Laclau sobre o populismo. Como explicou Tom Nairn, o Reino Unido historicamente construiu a sua unidade nacional com base em dois elementos principais: de um lado, uma divisão hierárquica rígida e papéis sociais bem

<sup>113</sup> SHARIATMADARI, David. What do Jeremy Corbyn and Donald Trump have in common?. **The Guardian** (on-line), 18 dez. 2015. Opinion: Politics. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/dec/18/authenticity-matters-politics-sturgeon-corbyn-trump>. Acesso em: 15 fev. 2023. “The list of politicians judged authentic – Nicola Sturgeon, Boris Johnson, Mo Mowlam, Canada’s Justin Trudeau – is a roll call of those who have bypassed the usual deadening filters and made straight for people’s hearts and minds. When voters lament the rise of the Identikit, careerist politician, they’re not thinking of Mhairi Black or Alan Johnson. Authenticity can be a tactic, as that cynical opening quote shows. But if you’re able to deploy it, you have a headstart on your rivals. [...] By itself it may not be enough. But the evidence all points one way: authenticity is an especially potent ingredient in the recipe for political success. If it comes naturally, you should count yourself lucky. And if it doesn’t? You can always try faking it.”



definidos; de outro, o conservadorismo liberal, que trazia flexibilidade para o Estado atender a algumas demandas das camadas populares e da classe trabalhadora. Esse último aspecto, embora tenha mantido as estruturas do Estado e do sistema britânicos intactas — pelo menos até agora —, provou-se bastante efetivo na absorção das reivindicações sociais. O que Laclau permite que acrescentemos à explicação de Nairn é a hipótese de que essa estratégia de negociação e absorção das demandas fez com que o Reino Unido se desenvolvesse em direção às *cadeias de diferença*, por meio das quais o espaço político deixa de ser dividido em termos dicotômicos e se torna, à medida que os protestos e reivindicações são trazidas para o interior da formação social, um espaço puro das diferenças. Como consequência da redução da carga de negatividade do antagonismo pela absorção das demandas, a mobilização efetivamente “popular” só ocorria, como observa Nairn, nos contextos de guerra, em que havia claramente um inimigo externo contra o qual o “povo” podia se opor e, assim, ganhar saliência.

Entretanto, com a destruição do *welfare state* após o período de Margaret Thatcher, o Reino Unido pode ter favorecido a simplificação do espaço social — a proliferação das *cadeias de equivalência* —, incluindo o aparecimento de discursos populistas de esquerda e de direita. A diferença é que, no caso do *Remain*, parecia não haver um inimigo “externo” claramente definido contra o qual a luta democrática pudesse orientar as suas próprias energias — houve, de fato, inimigos difusos, mas sem a criação de cadeia de equivalência entre eles, e, assim, os problemas do neoliberalismo, da desindustrialização, do colapso do *welfare state* e da intensificação das desigualdades ficaram paratáticos, sem permitir um imaginário dicotômico opondo “eles” de “nós”. Em contraste, o *Leave* parece ter encontrado esse adversário externo claro — em especial, criando equivalências entre a União Europeia, as elites, as minorias, a esquerda e os imigrantes — para explicar as experiências de deslocamento social e do universo simbólico no Reino Unido. Foi no terreno fértil da versão defensiva da identidade inglesa de G. K. Chesterton que as lógicas de equivalência populistas encontraram vazão nos discursos do Brexit, por meio de um imaginário político que apresentava o Reino Unido como um país orgânico ameaçado por forças estrangeiras, burocráticas e modernizadoras.

## 4.5 Conclusão

Ao unir discursos e teorizações sobre nação, crise pós-imperial e populismo no Reino Unido, gostaríamos de considerar a hipótese segundo a qual o país ainda se encontra em uma fase de transição em que os britânicos deixam de ser concebidos como um “povo imperial” para uma fase em que estes passam a se entender pela primeira vez como um “povo nacional”. Com o fim do império, a manutenção de uma unidade nacional foi precariamente assegurada em função de dois elementos: a guerra e o *welfare state*. Sem a ajuda de ambos, os britânicos são convidados a redefinir a sua própria identidade nacional, uma vez que, a despeito continuidade das instituições e símbolos do conservadorismo, as hierarquias deixam de ser tão rígidas e os papéis sociais são menos estáveis, sobretudo nos momentos mais agudos de deslocamento do universo simbólico. O problema que se coloca é que a linguagem do nacionalismo exige a congruência entre o Estado e a nação, ou seja, “uma cultura, um Estado” (GELLNER, 1983, p. 45).

Nesse sentido, gostaríamos de argumentar que *o Brexit foi tomado como uma oportunidade de redefinição da identidade dos britânicos como um povo “nacional” (e não mais “imperial”) na ausência tanto da guerra quanto do welfare state*. A dificuldade enfrentada no momento da votação era como definir os limites da legítima “comunidade nacional” de modo a dar conta das experiências de deslocamento. Como definir de forma segura quem são os britânicos em meio a cataclismas como o fim do império, a desindustrialização, o individualismo, a substituição do bem-estar pela austeridade, o reconhecimento das minorias, as transformações culturais e as experiências da imigração em massa que, desde o final da Segunda Guerra, desestabilizam qualquer tentativa de fixar o conteúdo substantivo último da comunidade nacional?

Entendemos que esses deslocamentos expõem para fora os antagonismos que antes eram absorvidos dentro da própria formação social, como era o caso das disputas entre trabalhadores e capitalistas no pós-guerra. Durante a vigência do *welfare state*, os trabalhadores insatisfeitos com as suas condições poderiam, por meio dos sindicatos, dos direitos sociais ou do funcionalismo público buscar melhorias *enquanto trabalhadores*. Isso significa que, quaisquer transformações que fossem alcançadas, o Estado ainda serviria para garantir a negociação exitosa entre esses dois grupos sociais, trabalhadores e capitalistas, *que se manteriam*

*coerentes enquanto tais*. Entretanto, as transformações na paisagem do Reino Unido nos momentos pós-imperial e pós-industrial alteraram esse universo simbólico fechado de tal forma que não há mais um sistema coerente que mereça o mesmo nome de outrora de uma verdadeira “unidade nacional”. Essa unidade, se é que ainda pode ser forjada, teria de ser reconstruída sob outras bases e por meio de outros alicerces.

Por razões históricas e estruturais — mas nem por isso menos contingentes —, imaginações imperiais continuaram a tentar constituir a identidade dos britânicos nos discursos do referendo, mas, como dissemos, essa identidade deveria ser construída em termos nacionais. É aí que começam as querelas e disputas entre o Partido Conservador, o Partido Trabalhista e o Partido pela Independência do Reino Unido, uma vez que não havia consenso sobre as bases “nacionais” de definição dessa comunidade sem o auxílio de um inimigo externo consensual ou da absorção das demandas num espaço puro das diferenças. Por meio de uma vertente populista e defensiva da identidade inglesa, esse “buraco” nacional parece ter sido temporariamente preenchido, dando um horizonte de sentido e um efeito de totalidade a experiências antes caóticas e indefinidas, órfãs de uma linguagem política que pudesse exprimi-las com sucesso e gozo. Mas seria apressado demais concluir, a partir do resultado do dia 23 de junho, que esse espaço foi preenchido de uma vez por todas e que outras versões e inscrições das identidades nacionais no Reino Unido não possam ser hegemonicamente articuladas.

## 5 Conclusão

Mais do que apenas relatar, investigar e analisar os significados atribuídos ao referendo do Reino Unido no dia 23 de junho, podemos ver agora como esta pesquisa também participou desse mesmo esforço de significação, ajudando a construir coletivamente o que foi o Brexit. Se, por um lado, fizemos uma extensa análise das fontes primárias entre os dias 17 dezembro de 2015 e 13 julho de 2016, incluindo a leitura de jornais, artigos na internet, discursos, programas partidários e leis britânicas, por outro lado o trabalho apresentou uma série de limitações. Em primeiro lugar, restringimos a análise aos atores políticos *partidários*, deixando de lado os aspectos políticos relacionados ao referendo que não necessariamente encontravam expressão dentro da institucionalidade. Em segundo lugar, nossa delimitação temporal não incluiu os acordos legais que foram firmados durante o governo do primeiro-ministro britânico Boris Johnson, nem mesmo o momento anterior ao Brexit, no qual o euroceticismo já era uma força política relevante no Reino Unido. Além disso, a pesquisa se baseou em grande parte na leitura de dois jornais britânicos ligados aos chamados “partidos tradicionais” (nesse caso, *Labour* e *Tories*), o que fez com que a atuação da extrema-direita, por meio do *UKIP*, aparecesse de forma marginal e limitada. Olhando em retrospectiva, percebemos como pode parecer curiosa essa nossa opção por pensar a extrema-direita a partir do que ela *não é*, isto é, tendo como material de análise apenas seus *efeitos* sobre outros atores.

Entretanto, se formos bem-sucedidos em iluminar ao menos alguns aspectos sobre a extrema-direita, isso só terá sido possível porque as distinções entre democracia liberal/autoritarismo, partidos tradicionais/extrema-direita já não podem mais ser tomadas de forma rígida e absoluta, como pede parte da literatura. De fato, a extrema-direita marca a história dos partidos tradicionais e do sistema político, alterando-os do lado de fora, isto é, como o “exterior constitutivo” de sua estrutura interna. À pergunta “*Como se dá a relação entre a extrema-direita e os partidos tradicionais no referendo do Brexit de 2016?*”, sugerimos que essa relação ocorreu de forma confusa, constante e permanente, de modo que nenhum partido foi capaz de atuar de forma autônoma ou isolada nas disputas políticas por hegemonia durante o referendo. Em vez disso, os discursos políticos foram possibilitados por uma herança e um imaginário compartilhados na cultura, mesmo

que esses elementos em comum tenham sido mobilizados a partir de diferentes dinâmicas e perspectivas.

Acreditamos que a aparente estranheza em iniciar uma investigação da extrema-direita a partir dos partidos tradicionais pode ser parcialmente relativizada quando nos perguntamos o que tornou possíveis as próprias distinções e oposições entre democracia liberal/autoritarismo, partidos tradicionais/extrema-direita. Por definição, como mostra o filósofo francês Jacques Derrida ao longo de suas obras, as condições de possibilidade dos sistemas conceituais não podem ser encontradas nos mesmos termos desses mesmos sistemas, mas sim, apenas fora deles. É nesse exterior, ao buscar a interação, as aproximações e os deslocamentos entre os posicionamentos e discursos dos diferentes partidos britânicos, que constatamos os limites do próprio sistema político democrático e que passamos a entender as ameaças autoritárias não mais como uma anomalia ou acidente, mas como uma ameaça constitutiva. Isso significa que a democracia deve ser defendida de forma mais aberta e permanente. Trata-se, aqui, de uma abordagem, pensamento ou *ethos* que não está nada certa sobre a oposição entre o fora e o dentro, mas que é sensível à intromissão e à contaminação de um no outro, por meio da circulação porosa de um imaginário que faz com que as linhas que dividem nunca separem um lado de outro de uma vez por todas, mas sejam, em vez disso, constantemente redefinidas.

A essa altura da reflexão, parece oportuno apresentar a definição da filósofa americana Judith Butler no livro *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"* a respeito da noção de "exterior constitutivo" desenvolvida por Derrida e outros autores:

[...] parece que o que é excluído deste binário também é *produzido* por ele como uma exclusão e não tem existência separada ou totalmente independente como um exterior absoluto. Um exterior constitutivo ou relativo é, evidentemente, composto de um conjunto de exclusões que, no entanto, são *internas* a esse sistema como sua própria necessidade não tematizável. Ele surge dentro do sistema como uma incoerência, uma perturbação, uma ameaça à sua própria sistematicidade. (BUTLER, 1993, p. 13, grifo da autora).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> "[...] it seems, what is excluded from this binary is also produced by it in the mode of exclusion and has no separable or fully independent existence as an absolute outside. A constitutive or relative outside is, of course, composed of a set of exclusions that are nevertheless internal to that system as its own nonthematisable necessity. It emerges within the system as incoherence, disruption, a threat to its own systematicity."

É assim que entendemos a ação perturbadora e desestabilizadora do *UKIP* nos discursos do Brexit. Embora deixada de lado pelos jornais *The Guardian* e *The Telegraph*, podemos perceber como sua atuação nos debates continuava a limitar o campo de atuação possível dos partidos ditos “tradicionais” ou “democráticos”. Da mesma forma, estes também influenciavam o campo de atuação da extrema-direita, de forma que não havia um lugar verdadeiramente “próprio” para nenhum desses atores; em vez disso, todos estavam sujeitos ao mesmo sistema geral da ação política.

Ainda nos parece prematuro prever todas as implicações dessas hipóteses para a discussões sobre o Brexit e a extrema-direita. Entretanto, arriscamos de maneira preliminar que análises posteriores se beneficiariam se não partissem do pressuposto de que as definições devem ser rígidas ou de que as identidades políticas devem ser totalmente diferenciadas umas das outras. Essa flexibilidade na análise cria uma abertura para fazer emergir nas próprias investigações as aproximações, os distanciamentos e os múltiplos movimentos que ocorrem nas órbitas de categorias tidas como distintas ou antagônicas. Por fim, acreditamos que contribuímos de forma mais específica com a área de Relações Internacionais pelo nosso esforço de busca de fontes primárias para a construção das hipóteses aqui desenvolvidas, e não apenas a aplicação de determinadas teorias ou conceitos pré-definidos aos “objetos” de investigação, subordinando os últimos aos primeiros. De forma distinta, esta pesquisa mostrou que o diálogo e o confronto entre as fontes primárias e secundárias, uma prática de certa forma já consolidada entre boa parte dos historiadores, tornam possível o desenvolvimento de novas perspectivas que não estavam previstas na própria literatura mobilizada, dando combustível à “viagem” de referências, teorias e métodos a lugares improváveis. Essa estratégia favorece o aparecimento de novos olhares produtivos e outras possibilidades de investigação e pode contribuir de forma mais rica para a compreensão dos fenômenos estudados.

## Fontes primárias e referências bibliográficas

### Fontes primárias

#### Jornais

THE DAILY TELEGRAPH. London, 17 dez. 2015 a 13 jul. 2016. Telegraph Media Group Limited.

THE GUARDIAN. London, 17 dez. 2015 a 13 jul. 2016. Guardian News & Media.

#### Artigos na internet

COLIGNATUS, Thomas. The Brexit referendum question was flawed in its design. Campaigns | Featured | UK politics. **LSE Brexit** (*on-line*), 17 maio 2017. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/brexit/2017/05/17/the-brexit-referendum-question-was-flawed-in-its-design/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SAVAGE, Michael. 'Remain or leave' will be question on referendum ballot. **The Times** (*on-line*), 26 jan. 2016. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/remain-or-leave-will-be-question-on-referendum-ballot-hdtvbm5gn>. Acesso em: 13 fev. 2023.

#### Discursos públicos

REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010-2016: David Cameron). **EU speech at Bloomberg**. London, 23 jan. 2013. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/eu-speech-at-bloomberg>. Acesso em: 30 ago. 2022.

REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010-2016: David Cameron). **David Cameron's departing words as Prime Minister**. London, 13 jul. 2016. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/david-camerons-departing-words-as-prime-minister>. Acesso em: 29 jun. 2022.

#### Programas partidários

CONSERVATIVE PARTY. **The Conservative Party Manifesto 2010**: Invitation to Join the Government of Britain. Disponível em: [http://media.conservatives.s3.amazonaws.com/manifesto/cpmanifesto2010\\_lowres.pdf](http://media.conservatives.s3.amazonaws.com/manifesto/cpmanifesto2010_lowres.pdf). Acesso em: 27 out. 2022.

CONSERVATIVE PARTY. **The Conservative Party Manifesto 2015**: Strong Leadership, a Clear Economic Plan, a Brighter, More Secure Future. Disponível em:

<https://www.theresavilliers.co.uk/sites/www.theresavilliers.co.uk/files/conservativemanifesto2015.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

LABOUR PARTY. **The Labour Party Manifesto 2010: A Future Fair for All.** Disponível em: <https://manifesto.deryn.co.uk/wp-content/uploads/2021/04/TheLabourPartyManifesto-2010.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

LABOUR PARTY. **The Labour Party Manifesto 2015:** Britain can be Better. Britain only succeeds when working people succeed. This is a plan to reward hard work, share prosperity and build a better Britain. Disponível em: <https://manifesto.deryn.co.uk/wp-content/uploads/2021/04/BritainCanBeBetter-TheLabourPartyManifesto2015.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

UNITED KINGDOM INDEPENDENCE PARTY. **UKIP Manifesto April 2010:** Empowering the People. Disponível em: <http://www.manifesto.com/wp-content/uploads/2015/09/UKIPManifesto2010.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

UNITED KINGDOM INDEPENDENCE PARTY. **UKIP Manifesto 2015:** Believe in Britain. Disponível em: <https://d3n8a8pro7vbm.cloudfront.net/ukipdev/pages/1103/attachments/original/1429295050/UKIPManifesto2015.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

## Acordos e leis

REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010-2016: David Cameron). **European Union Referendum Act 2015.** London, 17 dez. 2015. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2015/36/enacted/data.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2019-2022: Boris Johnson). **Agreement on the Withdrawal of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland from the European Union and the European Atomic Energy Community.** Brussels and London, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/agreement-on-the-withdrawal-of-the-united-kingdom-of-great-britain-and-northern-ireland-from-the-european-union-and-the-european-atomic-energy-community>. Acesso em: 3 set. 2022.

REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2019-2022: Boris Johnson). **Trade and Cooperation Agreement between the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, of the one part, and the European Union and the European Atomic Energy Community, of the other part.** Brussels and London, 30 dez. 2020. Disponível em: [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/982648/TS\\_8.2021\\_UK\\_EU\\_EAEC\\_Trade\\_and\\_Cooperation\\_Agreement.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/982648/TS_8.2021_UK_EU_EAEC_Trade_and_Cooperation_Agreement.pdf). Acesso em: 4 set. 2022.



## Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso, 1983.
- AUSTIN, J. L. **How to do Things with Words**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Race, Nation, Class**: Ambiguous Identities. Translation of Etienne Balibar by Chris Turner. London: Verso, 1991.
- BHABHA, Homi K. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.
- BLEIKER, Roland et al. The visual dehumanisation of refugees. **Australian Journal of Political Science**, v. 48, n. 4, p. 398-416, 2013.
- BREUILLY, John. Introduction: Concepts, Approaches, Theories. In: BREUILLY, John (ed.). **The Oxford Handbook of the History of Nationalism**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 62-113.
- BURKE, Peter. Nationalisms and vernaculars, 1500–1800. In: BREUILLY, John (ed.). **The Oxford Handbook of the History of Nationalism**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 115-174.
- BUTLER, Judith. **Bodies that Matter**: On the Discursive Limits of “Sex”. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021. Título original: *Excitable speech: A politics of the performative*.
- CARTER, Elisabeth. Right-wing extremism/radicalism: Reconstructing the concept. **Journal of Political ideologies**, v. 23, n. 2, p. 157-182, 2018.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 1v. Título original: *L'invention du quotidien, I : Arts de faire*.
- CLARK, Jonathan C. D. Protestantism, Nationalism, and National Identity, 1660–1832. **The Historical Journal**, v. 43, n. 1, p. 249-276, 2000.
- CLARKE, Harold D.; GOODWIN, Matthew; WHITELEY, Paul. **Brexit**: Why Britain Voted to Leave the European Union. New York: Cambridge University Press, 2017.
- CONNOLLY, William E. **Identity\Difference**: Democratic Negotiations of Political Paradox. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. 1v. Título original: Capitalisme et schizophrénie 2 : Mille plateaux.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974. Título original: Logique du sens.
- DENNISON, James; GEDDES, Andrew. Brexit and the perils of ‘Europeanised’ migration. **Journal of European public policy**, v. 25, n. 8, p. 1137-1153, 2018.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973. Título original: De la Grammatologie.
- DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1990. Título original: Limited Inc.
- DERRIDA, Jacques. **Posições**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Título original: Positions.
- DOREY, Peter. Towards exit from the EU: The conservative party’s increasing euroscepticism since the 1980s. **Politics and Governance**, v. 5, n. 2, p. 27-40, 2017.
- FAVELL, Adrian; BARBULESCU, Roxana. Brexit, ‘immigration’ and anti-discrimination. In: DIAMOND, Patrick; NEDERGAARD, Peter; ROSAMOND, Ben (org.). **The Routledge Handbook of the Politics of Brexit**. London: Routledge, 2018. p. 118-133.
- FORD, Robert; JENNINGS, Will; SOMERVILLE, Will. Public opinion, responsiveness and constraint: Britain’s three immigration policy regimes. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 41, n. 9, p. 1391-1411, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020. Título original: L’archéologie du savoir.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. Título original: Les mots et les choses.
- FRASER, Nancy. **The Old Is Dying and the New Cannot Be Born: From Progressive Neoliberalism to Trump and Beyond**. With an Interview by Bhaskar Sunkara. London: Verso, 2019.
- GELLNER, Ernest. **Nationalism**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1997.
- GIFFORD, Chris. The rise of post-imperial populism: The case of right-wing Euroscepticism in Britain. **European Journal of Political Research**, v. 45, n. 5, p. 851-869, 2006.

- GILROY, Paul. *Melancholia or Conviviality: The Politics of Belonging in Britain*. In: DAVISON, Sally; RUTHERFORD, Jonathan (ed.). **Race, Identity & Belonging: A Soundings Collection**. Lawrence & Wishart, 2008. p. 48-59.
- GILROY, Paul. **There Ain't No Black in the Union Jack: The cultural politics of race and nation**. 2. ed. New York: Routledge, 2003.
- HALL, Stuart. **The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation**. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- HALL, Stuart. The toad in the garden: Thatcherism among the theorists. In: NELSON, Cary Nelson; GROSSBERG, Lawrence Grossberg (ed.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Basingstoke: Macmillan Education, 1988. p. 35-57.
- HANSEN, Lene. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. London: Routledge, 2006.
- HENKEL, Imke. **Destructive Storytelling: Disinformation and the Eurosceptic Myth that Shaped Brexit**. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- HOBBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (ed.). **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JAKOBSON, Roman; LOTZ, John. Notes on the French phonemic pattern. **Word**, v. 5, n. 2, p. 151-158, 1949.
- KENNY, Michael. **The Politics of English Nationhood**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- KUMAR, Krishan. **The Making of English National Identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London: Verso, 1985.
- LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.
- LACLAU, Ernesto. Populismo y transformación del imaginario político en América Latina. **Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, n. 42, p. 25-38, 1987.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982. Título original: Les structures élémentaires de la parenté.
- MANDELBAUM, Moran M. **The Nation/State Fantasy: A Psychoanalytical Genealogy of Nationalism**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

- MARSH, David. Brexit and the politics of truth. **British Politics**, v. 13, n. 1, p. 79-89, 2018.
- MARSHALL, Hannah; DRIESCHOVA, Alena. Post-truth politics in the UK's Brexit referendum. **New Perspectives**, v. 26, n. 3, p. 89-105, 2018.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão de troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. Precedido de uma Introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Lévi-Strauss. Textos de Georges Gurvitch e Henri Lévy-Bruhl. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-314. Título original: Sociologie et anthropologie.
- MAZOWER, Mark. **Dark Continent: Europe's Twentieth Century**. New York: Alfred A. Knopf, 1998.
- MORRIS, L. D. 'Moralising' Welfare and migration in austerity Britain: a backdrop to Brexit. **European Societies**, v. 21, n. 1, p. 76-100, 2019.
- MUDDE, Cas. **Populist radical right parties in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- NAIRN, Tom. **The Break-Up of Britain**. 2. ed. London: Verso Books, 1977.
- OUTHWAITE, William. Migration Crisis and Brexit. In: MENJÍVAR, Cecilia; RUIZ, Marie; NESS, Immanuel (ed.). **The Oxford Handbook of Migration Crises**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 93-109.
- ÖZKIRIMLI, Umut. **Theories of Nationalism: A Critical Introduction**. London: Macmillan Press Ltd., 2000.
- RENAN, Ernest. Que é uma nação?. Tradução de Samuel Titan Junior. **Plural**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 154-175, 1997. Título original: Qu'est-ce qu'une nation ?.
- ROSE, Jonathan. Brexit, Trump, and post-truth politics. **Public Integrity**, v. 19, n. 6, p. 555-558, 2017.
- SAID, Edward Wadie. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Título original: Orientalism.
- SAUNDERS, Robert. Brexit and Empire: 'Global Britain' and the myth of imperial nostalgia. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, v. 48, n. 6, p. 1140-1174, 2020.
- SAUNDERS, Robert. **Yes to Europe!: The 1975 Referendum and Seventies Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio da edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. Título original: Cours de linguistique Générale.

- SHILLIAM, Robbie. **Race and the Undeserving Poor: From Abolition to Brexit.** Newcastle upon Tyne: Agenda Publishing, 2018.
- SIGONA, Nando. The contested politics of naming in Europe's "refugee crisis". **Ethnic and Racial Studies**, v. 41, n. 3, p. 456-460, 2018.
- STAVRAKAKIS, Yannis. Religion and Populism in Contemporary Greece. In: PANIZZA, Francisco (ed.). **Populism and the Mirror of Democracy.** London: Verso, 2005. p. 224-249.
- TUDOR, Alyosxa. Ascriptions of migration: Racism, migratism and Brexit. **European Journal of Cultural Studies**, v. 0, n. 0, p. 1-19, 2022.
- VASILOPOULOU, Sofia. UK Euroscepticism and the Brexit referendum. **The Political Quarterly**, v. 87, n. 2, p. 219-227, 2016.
- WALKER, R. B. J. **Inside/outside: international relations as political theory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WALSHA, Robert. The one nation group and one nation Conservatism, 1950–2002. **Contemporary British History**, v. 17, n. 2, p. 69-120, 2003.
- WRIGHT, Paul. Last Orders for the English Aborigine. In: DAVISON, Sally; RUTHERFORD, Jonathan (ed.). **Race, Identity & Belonging: A Soundings Collection.** Lawrence & Wishart, 2008. p. 60-71.